

REVISTA DA ACADEMIA NORTE-RIO-GRANDENSE DE LETRAS



Edição dedicada ao 4º Centenário da Cidade do Natal.

Nº 29 - Vol. 41 - Dezembro de 1999.

**REVISTA DA ACADEMIA
NORTE-RIO-GRANDENSE
DE LETRAS**

**NÚMERO 29 – VOLUME 41
Dezembro de 1999**

Digitação: Maricely de Medeiros

Revisão: Pelos Autores

Editoração Eletrônica: Digiart Informática Ltda

Impressão: RN/Econômico - Empresa Jornalística Ltda

Capa: Presépio - Campus UFRN, construído na
administração do Reitor Diógenes da Cunha Lima.

Foto: Fernando Pereira

Revista da Academia Norte-Rio-Grandense de
Letras. V. 41, N° 29, Dezembro/1999.

1 — Literatura

CDU: 820

DIRETORIA ATUAL DA ACADEMIA

Presidente:

Diógenes da Cunha Lima

Vice-Presidente:

Paulo Macêdo

1º Secretário:

Nilson Patriota

2º Secretário:

João Batista Pinheiro Cabral

Tesoureiro:

Enélio Lima Petrovich

Diretor da Biblioteca:

Dorian Gray Caldas

Editor e Diretor da Revista:

João Wilson Mendes Melo

Comissão de Contas:

Sanderson Negreiros

Gilberto Avelino

Maria Eugênia Montenegro

Comissão de Sindicância:

Nilson Patriota

João Batista Pinheiro Cabral

Jurandir Navarro

ACADEMIA NORTE-RIO-GRANDENSE DE LETRAS
PATRONOS E ACADÊMICOS
Situação em Dezembro de 1999

Cadeira n.º	Patrono	Primeiro Ocupante	Sucessores
01	Padre Miguelinho	Adauto Câmara	Raimundo Nonato da Silva; Sílvio Piza Pedroza – Falecido
02	Nísia Floresta	Henrique Castriciano	Hélio Galvão; Grácio Barbalho
03	Cons. Brito Guerra	Otto Guerra - Falecido em 16.03.96	José de Anchieta Ferreira- eleito
04	Lourival Açucena	Virgílio Trindade	Enélio Lima Petrovich
05	Moreira Brandão	Edgar Barbosa	Ascendino de Almeida; Manoel Onofre de Souza Júnior
06	Luís Carlos Wanderley	Carolina Wanderley	Gumerindo Saraiva; João Batista Pinheiro Cabral
07	Ferreira Nobre	Antônio Soares	Mariano Coelho; Nestor dos Santos Lima
08	Isabel Godim	Matias Maciel	Walter Wanderley; Nilson Patriota
09	Almino Afonso	Nestor Lima	Cristóvão Dantas; Humberto Dantas; Peregrino Júnior; Dorian Gray Caldas
10	Elias Souto	Bruno Pereira	Paulo Macêdo
11	Padre João Maria	Januário Cicco	Onofre Lopes da Silva; Miguel Seabra Fagundes; Fagundes de Menezes
12	Amaro Cavalcante	Juvenal Lamartine	Veríssimo Pinheiro de Melo Osvaldo Lamartine - eleito
13	Luís Fernandes	Luís da Câmara Cascudo	Oriano de Almeida
14	Joaquim Fagundes	Antônio Fagundes	Raul Fernandes - Falecido
15	Pedro Velho	Sebastião Fernandes	Antônio Pinto; Eloy de Souza; Umberto Peregrino
16	Segundo Wanderley	Francisco Palma	Rômulo Chaves Wanderley; Maria Guerra Eugênia Montenegro
17	Ribeiro Dantas	Dioclécio Duarte	Aluísio Alves
18	Augusto Severo	Waldemar de Almeida	Dom Nivaldo Monte
19	Ferreira Itajubá	Clementino Câmara	Nilo Pereira; Murilo Melo Filho
20	Auta de Souza	Palmira Wanderley	Mário Moacir Porto Dorian Jorge Freire
21	Antônio Marinho	Florian Cavalcante	Luís Rabelo; Valério Mesquita- eleito

22	Leão Fernandes	Padre Luís Monte	Dom José Adelino; Padre Jorge O'Grady de Paiva
23	Antônio Glicério	Bezerra Júnior	Othoniel Menezes; Jaime dos Guimarães Wanderley; Iaperi Soares de Araújo - Eleito
24	Gothardo Neto	Francisco Ivo Cavalcante	Antídio Azevedo; Antônio Soares Filho - Falecido em 03.08.96
25	Ponciano Barbosa	Aderbal de França	Inácio Meira Pires; João Wilson Mendes Melo
26	Manoel Dantas	José Augusto Bezerra de Medeiros	Diógenes da Cunha Lima
27	Aurélio Pinheiro	Américo de Oliveira Costa	Vicente Serejo - Eleito
28	Padre João Manoel	Paulo Viveiros	Jurandir Navarro
29	Armando Seabra	Esmeraldo Siqueira	Itamar de Souza
30	Mons. Augusto Franklin	Manoel Rodrigues de Melo - Falecido em 29.02.96	Aluisio Azevedo
31	Padre Brito Guerra	José Melquiades	
32	Francisco Fausto	Tércio Rosado	João Batista Cascudo Rodrigues
33	Tonheca Dantas	Oswaldo de Souza Falecido em 20.02.95	Hipérides Lamartine- Eleito
34	José da Penha	Alvamar Furtado	
35	Juvenal Antunes	Ednor Avelino	Gilberto Avelino
36	Benício Filho	João Medeiros Filho	Olavo Medeiros Filho
37	Jorge Fernandes	Newton Navarro	Luís Carlos Guimarães
38	Luís Antônio	José Tavares	Jerônimo Vingt-Un Rosado Maia
39	Damasceno Bezerra	Raimundo Nonato Fernandes	
40	Afonso Bezerra	Sanderson Negreiros	

SUMÁRIO

I	– Crônicas da Cidade no Grande Aniversário dos Quatrocentos Anos	
1	– CANÇÃO PARA NATAL	15
	Oriano de Almeida	
2	– LOUVANDO A MINHA CIDADE	17
	Dom Nivaldo Monte	
3	– NATAL DESLUMBRANTE	19
	Pery Lamartine	
4	– NATAL – A MULHER NATALENSE	21
	Diógenes da Cunha Lima	
5	– LEMBRANÇAS DE NATAL NA ÉPOCA DO RÁDIO	25
	Nilson Patriota	
6	– DEVASTAÇÃO DO VERDE	33
	Manoel Onofre Jr.	
7	– MINHA CIDADE NATAL	35
	Jurandir Navarro	
8	– MEUS TEMPOS DE ESTUDANTE EM NATAL	38
	Aluísio Azevedo	
9	– CIDADÃO NATALENSE	41
	Grácio Barbalho.	
10	– A DISSIPAÇÃO DA AURORA	45
	Fagundes de Menezes	
11	– OS TORPEDEAMENTOS E O DESPERTAR DO PATRIOTISMO	47
	João Wilson Mendes Melo	
II	– História	
1	– FUNDAÇÃO E NOMES DA CIDADE DO NATAL	53
	Luís da Câmara Cascudo	
2	– NATAL EM 1756	61
3	– NATAL EM 1864	63
	Olavo de Medeiros Filho	
4	– NATAL QUATROCENTONA	68
	Murilo Melo Filho	

5	– HISTÓRICO – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL	75
III – O Pensamento Acadêmico Sobre Vários Temas		
1	– A MÚSICA E SUA EVOLUÇÃO	83
	José Melquíades	
2	– NUNCA 13 PESSOAS À MESA	89
	José de Anchieta Ferreira	
IV – Novos Acadêmicos		
1	– DISCURSO DE POSSE DE DORIAN JORGE FREIRE	93
2	– DISCURSO DE POSSE DO ACADÊMICO FAGUNDES DE MENEZES	100
3	– DISCURSO DE SAUDAÇÃO AO NOVO ACADÊMICO FAGUNDES DE MENEZES	112
	Murilo Melo Filho	
V – Contos		
1	– Oriano De Almeida, Contista	117
2	– MISSÃO	118
	Oriano de Almeida	
VI – Nossos Poetas		
1	– A RIBEIRA SOB O GIRAR DOS CATA-VENTOS	129
	Gilberto Avelino	
2	– SOBRE O POTENGI	133
	João Batista Pinheiro Cabral	
3	– POESIA DE MARIA EUGÊNIA MONTENEGRO	134
VII – Necrológios		
1	– EM MEMÓRIA DE VERISSIMO PINHEIRO DE MELO	141

- 2 – O JURISTA MÁRIO MOACYR PORTO 151
Raimundo Nonato Fernandes

VIII – Colaboração dos Amigos Da Academia

- 1 – UMA JANELA PARA O POTENGI 159
Carlos Henrique Nogueira de Lucena
- 2 – CIDADE DE NATAL: UMA VISÃO HISTÓRICA 166
Marlene da Silva Mariz
- 3 – LEMBRANDO O TEMPO DE GUERRA 171
Tarcísio Medeiros
- 4 – UMA AVENIDA ESPECIAL 173
Lêda Batista Gurgel de Melo
- 5 – DIA 176
Nathalie
- 6 – NATAL 400 ANOS 177
Branca Coelho Macauense

IX – Documentos

- 1 – REGIMENTO INTERNO DA ACADEMIA NORTE-RIO-
GRANDENSE DE LETRAS 183
- 2 – ESTATUTOS DA ACADEMIA NORTE-RIO-
GRANDENSE DE LETRAS 193



**Crônicas da Cidade
no Grande Aniversário dos
Quatrocentos Anos**

Canção para NATAL

Rio - 1948

Música - Oriano de Almeida

Letra - Waldemar Henrique

VOZ

Na - tal Ci - da - de co - lo - ri - da fe - liz Su - as
 du - nas São ver - sos no al - vor do lu - ar As te - lhas ver - me - lhas São po -
 e - mas no a - zul O - ver - de É ri - ma que se es - prai - a no mar Jas -
 mins Per - fu - mam su - as noi - tes gen - tis As re - des Em - ba - lam ge - ra -
 ções de a - mor Co - quei - ros Na - mo - ram as ve - las bran - cas no ri - o Há
 paz Há luz A - mor.



Iniciativa e divulgação do
**INSTITUTO HISTÓRICO E
 GEOGRÁFICO DO RIO
 GRANDE DO NORTE**

Rua da Conceição, 622

Fone: (84) 221-1228

Presidência: Enélio Lima Petrovich



Cópia:

Carlos Lyra e
 Nilda Cunha Lima

Canção para NATAL

Música: Oriano de Almeida

Letra: Waldemar Henrique

Natal
Cidade colorida feliz
Suas dunas
São versos no alvor do luar
As telhas vermelhas
São poemas no azul
O verde
É rima que se espraia no mar
Jasmins
Perfumam suas noites gentis
As redes
Embalam gerações de amor
Coqueiros
Namoram as velas brancas no rio
Há paz
Há luz
Amor.

LOUVANDO A MINHA CIDADE

Dom Nivaldo Monte

Sobre as ripas alcantiladas que demoram à margem direita do Rio Potengi, foi chantada a Cidade do Natal. À cavaleiro do mar que lhe beija os pés, vê-se constantemente acariciada pela brisa suave dos Alísios que, nascidos nos areais ardentes do Sahara, vêm, pouco a pouco, ao contato amigo e benfazejo das águas frias do oceano, e ao perder a ardência selvagem do deserto, agora, um como brando zéfiro se espalha sobre as lindes caprichosas das praias potiguares. Assim refrescada pela brisa que vem do mar, torna-se a cidade do Natal detentora do clima mais ameno e puro de todo o hemisfério ocidental.

Ao palor da tarde, ao por do sol, no estuário tranqüilo do Potengi ela se veste de um verdadeiro encanto quando, qual vaidosa adolescente, carateia ciente de sua inconfundível beleza sobre o espelho de prata do rio que adormece.

Olhando o sul, são os medonhos do Tirol que lhe emolduram o colo de alabastro qual jóia de gaias esmeraldas que, num como abraço de ternura e proteção lhe cinge o talhe de menina moça. Aconchegada entre as dunas verdejantes e o azul do rio, tendo o mar como barreira oriental, se expande suavemente lânguida sobre os tabuleiros encarrascados que se estendem displacentemente salpintados dos mais variados matizes pelas frondes coloridas das ubaias e mangabeiras, dos camboins e cajus silvestres até às profundas depressões do vale de Pitimbu.

A ponte velha é o limite natural em busca dos canaviais perdidos de Taborda e Mipibu. Olhando o Norte, qual coroa de nacaradas pérolas as dunas de alvinitentes areias lhe cinge a frente como se fora um diadema real, conferindo-lhe o porte majestoso de uma verdadeira rainha.

Nascido nos grotões rupestres dos sertões bravios, o Potengi, na estação das águas, serpeando desde o contrafortes de granito da grande cordilheirada Borborema, vem lançar-se calmo e tranqüilo ao encontro do mar, um como leão domado no regaço acolhedor da cidade amiga.

Ao cair da tarde a beleza do rio é um panorama à parte.

Tingido de ouro, ouro antigo, o estuário do rio literalmente se incendeia de margem à margem em revérbero de luz pelas gambôas que se insinuam serpeando por debaixo dos manguesais frondosos.

É sempre um “luar de agosto” o luar da minha terra.
Assim cantou o poeta os luares de Natal:

Noite de lua em minha terra, que beleza
a natureza se desfaz em poesia.

A lua branca se espalhando sobre a serra
lembra saudades
vesperais de nostalgia.

É nesta hora mais que em outras horas que toda a cidade parece querer sonhar.

Ainda ouço em meu escutar saudoso de criança, os seresteiros insones enchendo as madrugadas aos acordes dolentes dos violões, quando Macrínio de Medeiros, os irmãos Carolinos, Diolindo Lima e muitos outros enchiam de romance e poesia as ruas de Natal com a inconfundível melodia de seus saudosos cantares.

Como pois me esquecer de ti, minha cidade querida, mesmo que os meus amanhãs já não sejam tão prolongados e a neve dos cabelos me tingindo a frente, quero te dizer que me recuso terminantemente a pendurar nos ramos dos salgueiros a minha lira, como me recuso a fechar a minha boca como os deportados de Israel recusando diante do opressor a cantar os cantares de Sião.

És, como sempre fostes, a musa de minha constante inspiração, fonte dos primitivos amores cujas águas conservam sempre jovens aqueles que souberam realmente Amar.

NATAL DESLUMBRANTE

Pery Lamartine

Ao recorrer à memória a fim de identificar quando estive em Natal, pela primeira vez, chego a 1934. Naquele ano, ainda criança, passei uma temporada nesta capital, freqüentando uma escola de alfabetização da Prof^a Alice Petit, localizada na rua 13 de maio (hoje Princesa Isabel), já bem perto do Baldo. Aquele período jamais esquecerei, pois foi onde consegui, pela primeira vez, ler e compreender um texto completo de um livro infantil, adotado na escola.

Morava na residência de uma tia (Olga Lamartine Paiva, irmão do meu pai), na rua Trairi, onde hoje está o edifício Ewerton Cortez. Um casarão térreo dentro de um terreno amplo onde se tinha até vacas para o leite da meninada.

A rua Trairi, iniciando na Praça Pedro Velho, ia até a av. Hermes da Fonseca; toda ela era uma verdadeira campina, onde os meninos da rua jogavam “pelada”. Naquele tempo, o nome do bairro, Petrópolis, ainda não havia pegado e os populares continuavam a chamar Solidão, o nome que havia antes da chegada aqui do arquiteto italiano Giacomo Palumbo, que implantou o Plano Diretor da cidade.

Voltei para o Seridó e anos depois, com mais idade, retornei a Natal; a cabeça mais amadurecida e uma razoável capacidade de apreciar as coisas. Cheguei pela “Sopa” de Caicó, através da velha estrada de Macaíba. Foi um deslumbramento! A antiga ponte dos Guarapes, a estrada sinuosa contornando os manguesais, a curva da morte, o bairro das Quintas com suas vacarias, a Ponte das Lavadeiras, a Ponte Ferroviária de Igapó, foram as primeiras imagens natalenses que me impressionaram e ficaram gravadas para sempre no meu âmago.

Fui estudar no velho Atheneu da Junqueira Aires, ao tempo em que o Prof. Celestino Pimentel era o Diretor. Da balastrada tinha-se a visão do porto, da Fortaleza dos Reis Magos, com o farol intermitente e algumas bóias luminosas no meio do rio Potengi.

A medida em que eu avançava na idade, a cidade ia se descobrindo, por etapa, para mim: a travessia de bote a vela para a Redinha; o rio Doce; as praias de: Ponta Negra, Areia Preta e do Meio. Visitas a Fortaleza dos Reis Magos, o bairro de Santos Reis e sua festa popular com apresentações folclóricas, a Ribeira com suas ruelas mal freqüentadas impróprias para menores, o Teatro Carlos Gomes hoje Alberto Maranhão, o Tirol, o Alecrim, Lagoa Seca com o seu belíssimo Baobá, uma herança do tempo dos escravos que o trouxeram da África, e finalmente, toda a metrópole. Esse patrimônio só fazia aumentar minha paixão pela cidade. Quando criei asas e tive de voar para longe, habitei outras cidades também encantadoras, mas o meu espírito já havia sido conquistado. A força de atração natalense me trouxe de volta e aqui fiz a minha base da atividade profissional, de onde sempre partia para o “além mar” com o mesmo espírito que movia os navegadores; também fiz minhas “descobertas”, mas sempre retornava ao solo natalense.

Hoje Natal, com seus 400 anos, ainda conserva as mesmas características de ontem, apesar do progresso e suas implicações. O natalense não mudou nada e preserva a sua receptividade, um fator importante no carisma da cidade.

PARABÉNS NATAL!
H. LAMARTINE (PERY)
Natal, 11 de Agosto de 99

NATAL – A MULHER NATALENSE

Diógenes da Cunha Lima

Natal é patrimônio da História e da cultura brasileiras. Em verdade:

Natal nasceu por ordem de grande Rei. O católico rei de Espanha, Felipe II, Felipe I de Portugal. As cartas régias mandavam expulsar os franceses, normandos e bretões, que aqui viviam, casavam e traficavam. A escolha de Natal era óbvia: os cronistas relatam a abundância e melhor qualidade do **pau-brasil** aqui existente e a fartura de peixes do rio Potengi.

Não é difícil imaginar os meninos resultantes do casamento de **vickings**, louros e arruivados normandos, com índia potiguar. Alguns teriam olhos amendoados sob o dourado dos cabelos.

Carta régia mandava também fazer uma fortificação e criar uma cidade. A esquadra de Mascarenhas Homem chegou à larga boca da barra do Rio Potengi em um 25 de dezembro, 1597.

O arquiteto e engenheiro Gaspar de Samperes, que se tornou frade, traçou uma estrela, o clássico polígono estelar das fortificações. A fortaleza começou a ser erguida sobre os arrecifes, descortinando o rio e o mar a 6 de janeiro, 1598, pelo fato mesmo chamada Fortaleza dos Reis Magos. Seguindo o traço inicial, estava concluída a sua forma primeira a 24 de junho, dia de São João.

Novamente em um 25 de dezembro, 1599, a “cidade” foi criada: demarcado o terreno, rezada a missa, assentado o pelourinho, símbolo do poder. O sítio escolhido, alto e plano, foi em torno da atual praça André de Albuquerque. Lá, havia poucas casas, pobres, uma capelinha. Mas já era cidade. Natal nunca foi distrito, povoação, povoado, aldeia. Nasceu cidade - porque era ordem do Rei.

A Cidade nascente teve sempre nomes sonoros, consagradores de sua beleza e futuro. Natal **los Reys**, Cidade

dos Reis, Cidade do Rio Grande, Santiago, lembrando Compostela, o patrono de Espanha, Nova Amsterdã, mesmo nome que os holandeses atribuíram a Nova York. Cidade do Natal, Natal.

Foi sempre uma cidade mulher: de linhas curvas, nas dunas, nos rios, nas ruas; sedutora, detalhista, acolhedora. Tem sido também ao longo do tempo inovadora, pioneira, amante das coisas velozes, das transformações sociais. Foi república em 1817, seis anos antes do Reinado, e instaurou Regime Comunista (1935), 24 anos antes de Cuba. Teve o primeiro Mártir da aviação brasileira, inventor da dirigibilidade dos balões, Augusto Severo. Durante a Segunda Guerra Mundial, possuiu o mais movimentado aeroporto do mundo, daqui decolando e aterrizando aviões até 700 vezes ao dia. Daqui se lançaram, da Barreira do Inferno, os primeiros foguetes brasileiros.

A participação feminina do Rio Grande do Norte é inexcusável. A primeira notícia é de Américo Vespúcio que aqui chegou contratado pelo Rei Dom Manuel, o Venturoso, para tomar posse da terra do Brasil em nome de Portugal. Vespúcio já estivera no Assu, com Ojeda em 1499, a serviço de Espanha. O homem que deu seu nome à América relata em sua **lettera** o acontecimento de 1501. Dois marinheiros baixaram à terra para averiguação. Não voltaram. Depois surgiu um grupo de selvagens à distância. Observação mútua, dos barcos e da terra. Depois, os potiguares enviaram mulheres à beira da praia. Os portugueses “adivinharam” serem Embaixatrizes. A índia potiguar, como Tupis que eram, semelhavam às descritas por Pero Vaz de Caminha na Bahia: nuas e bem postas. “Com cabelos muito pretos e compridos pelas espáduas, e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas e tão limpas de cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha”. Escolheram um mancebo para a aproximação com as “embaixatrizes”. O mancebo foi admirado, arrodado, apalpado. De súbito, uma potiguar racha-lhe a cabeça com um pau. É retalhado, assado e, ali mesmo, comido. Nem tiro de bombarda conseguiu afastar a fome potiguar. Foi este o primeiro banquete antropofágico e feminino que a História das Américas registra. Dá para pensar se o man-

cebo português, depois de 67 dias de mar, com escassa água doce, sem mulher, apalpado por índias limpas, nuas e bonitas, não tenha tido expressiva e devolvente apalpação? Seria tão absurdo supor que a índia potiguar repelira, ainda que com evidente excesso, o que hoje se chama de assédio sexual?

Sobre Clara Camarão a verdade e a lenda se misturam. Era uma das mulheres do índio Poti, chamado pelos portugueses de Felipe Camarão. Ajudou, à frente de mulheres guerreiras, à expulsão dos holandeses.

Nísia Floresta Brasileira Augusta foi a mais notável mulher brasileira do Século XIX. Pertence à pré-história do feminismo mundial. Em 1832, publica livro que já define o seu pensamento: **Do Direito das Mulheres e da Injustiça dos Homens**. Amiga dos maiores intelectuais da Europa, seus livros foram editados em Milão, Paris e Londres. Pioneira na educação feminina do Brasil, inspirou de longe Henrique Castriciano a criar a Escola Doméstica de Natal, reconhecida desde 1914 como um dos melhores estabelecimentos escolares do País.

Auta de Souza, a poetisa mística, apresentada no fim do século XIX por Olavo Bilac, tem projeção nacional. Continua a produzir poemas psicografados. O mais famoso livro foi escrito através do médium Francisco Cândido Xavier.

Natal é pioneira no voto feminino no Brasil e em todo o mundo latino. Em 1927, décadas antes da França, Inglaterra, Itália, o Governador José Augusto sancionou Lei autorizando a mulher Norte-Rio-Grandense a votar. Tivemos, então, a primeira eleitora, a primeira prefeita, a primeira deputada.

O Rio Grande do Norte teve também a primeira Reitora de Universidade Pública. Da Universidade de Mossoró.

A mulher natalense tem tido notável participação social. Agora mesmo, pela segunda vez a cidade tem Prefeita, Vilma Faria Meira. O Estado elegeu também os primeiros gêmeos deputados federais. Depois de várias eleições de Henrique Eduardo Alves, participa da Câmara de Deputados a sua irmã gêmea, Ana Catarina Alves.

Há uma dirigente máxima no CREA do Rio Grande do Norte... pioneira!

Zélia Santos, engenheira, primeira presidente de CREA no Brasil.

Natal é ainda cidade de gente boa que busca ser e fazer feliz.

Natal é também dia claro e leve brisa.

Ser Natalense é um Dom de Deus.

LEMBRANÇAS DE NATAL NA ÉPOCA DO RÁDIO

Nilson Patriota

Os vinte anos que vão de 1940 a 1960 foram de vital importância para o desenvolvimento econômico e sócio-cultural brasileiro e consagraram, sem dúvida, a Época da Rádio no Brasil. Fator de forte atuação sobre a psicologia coletiva, o rádio tem sido utilizado para a transmissão rápida e direta tanto de ensinamentos culturais quanto de mensagens políticas de partidos e grupos interessados na divulgação ou monopólio de idéias e causas. Igualmente às demais capitais brasileiras, como Rio de Janeiro, Recife e Fortaleza, nossa cidade também seria contemplada com a influência do rádio.

À época a que me refiro, Natal era uma cidade proviciana de aproximadamente cinqüenta mil habitantes, idílica como um poema de Fagundes Varela, mas que teve a sorte de se achar, de um momento para outro, isto é, a partir de 1942, dentro do ciclo de influência dos interesses políticos-militares dos aliados ocidentais, liderados pela Grã Bretanha e os Estados Unidos da América, em luta contra as forças do totalitarismo político da Alemanha nazista e de seus sequazes: a Itália de Mussolini e o Império Japonês de Hiroito.

Como num passe de mágica, a cidade ainda pequena, mas que ao tempo da administração Omar O'Grady havia sido dotada de largas avenidas pelo arquiteto italiano Giacomino Palumbo, encheu-se de centenas de oficiais e militares de soldados norte-americanos, que incessantemente se deslocavam em aviões para frentes de combate na África e na Europa. Eram aqueles combatentes, indivíduos de uma sociedade economicamente mais desenvolvida que a brasileira e, portanto, beneficiários das benesses de uma civilização de elevado caráter tecnológico, cujos avanços gostaríamos de ver adotados em nossos País.

Por exigências da guerra, os norte-americanos basearam-se em solo norte-rio-grandense. Através do contato com os mesmos, acabamos adquirindo importantes noções do que havia de mais moderno na civilização ocidental, da qual até havíamos vivi-

do na rabada. Com isso modificamos nossa maneira de ser e de olhar o mundo.

Incentivados pelo exemplo daqueles que hospedávamos, e tendo que aprender seu idioma para poder com eles trabalhar e nos relacionar, passamos a nos acercar de bens e vantagens tecnológicas que iam sendo postas à nossa disposição pelas mais recentes conquistas do progresso.

Muitas foram as influências que recebemos dos norte-americanos sediados na base aérea de Parnamirim, e com isso renovamos nossa mentalidade. Desse processo de renovação e adaptação à modernidade do mundo, surgiu e cresce o nosso *broadcast*. De repente moços e moças começaram a ocupar os horários do rádio, divulgando mensagens, cantando e executando instrumentos musicais. O músico e o cantor entravam, juntamente com o locutor, na ordem do dia.

A radiodifusão em Natal teve início nos anos Quarenta, com a Rádio Educadora, a chamada REN, em seguida da Poti. E nos anos Cinquenta, com a Nordeste e outras emissoras como a Cabugi, a Trairi e a Rural. Tais emissoras foram cadinhos em que se fabricaram as primeiras gerações de cantores, atores, músicos, locutores, comentaristas, compositores, vocalistas, produtores, discotecários, rádio-jornalistas, controlistas, técnicos, publicitários, homens de rádio em geral. Em conjunto, tais indivíduos que estreavam profissões até então desconhecidas, ajudaram a edificar, com o seu trabalho, os alicerces de uma sociedade mais aberta e esclarecida, a qual contribuiu decisivamente para transformar a cidade acanhada e provinciana de então na metrópole moderna dos anos Noventa. Por isso, decidida e destemidamente, Natal prepara-se para papéis cada vez mais importantes nos dias vindouros.

Tão proveitosa foi a Segunda Guerra Mundial para Natal – lembrava outro dia o mérito acadêmico Alvamar Furtado de Mendonça, em oração pronunciada no *Diário de Natal* – que o término da Guerra – um alívio para o resto do mundo – produziu entre nós um profundo sentimento de nostalgia, uma grande frustração. Era como se a iminente evacuação de Parnamirim pelos norte-americanos nos fizesse antever o vazio em que, inevitavelmente, pensávamos cair. Mas a cidade do Natal uma vez despertada

de sua letargia, nunca mais voltou a ser o que tinha sido no passado. A Segunda Guerra Mundial, trazendo no bojo de suas conquistas a inelutável vitória da democracia sobre os regimes ditatoriais, transformou para sempre a mentalidade mundial. De nossa parte também nos beneficiamos com as modificações.

Conseqüências naturais das conquistas da Guerra, foram a redemocratização do País, a industrialização dos grandes centros urbanos, a crescente transferência das populações rurais e interioranas para as cidades mais desenvolvidas de cada Estado e a intensa influência da radiodifusão para o desenvolvimento brasileiros. Nas altas camadas o Rádio seria substituído pela TV, no contexto geral da Nação ainda mantém uma grande liderança.

Após a Segunda Guerra mundial, o progresso, em suas múltiplas manifestações materiais, culturais, artísticas e educacionais, assumiu importante papel na vida brasileira. Foi intensa e total a adesão dos brasileiros aos acenos de setores como a construção civil, a indústria, a agricultura e o comércio. Com o nome de *desenvolvimento* o progresso material entrou no vocabulário dos economistas, nas metas dos administradores políticos. E um dos mais eficientes meios de propaganda desse desenvolvimento foi o rádio, tanto por sua eficiência e rapidez, quanto por sua generalizada adaptação a todas as tendências.

Natal, como vimos, não escaparia a essa decidida adesão ao desenvolvimento, sem perder, entretanto, sua feição provinciana. Não se trata aqui de perenizar no tempo a atmosfera plácida e sentimental de uma cidade marcada pela mansuetude de suas manhãs, o romantismo de suas tardes, a simplicidade de seus hábitos e costumes. Relembro Natal de minha mocidade, pela forma que aos meus olhos apaixonados ela então se me apresentara: cidade feminina, cheia de recatos e encantos, cidade coquete, às vezes escrupulosa, às vezes sensual como uma dama, porém jamais violenta e devassa.

Natal da época da REN, da Poti e da Nordeste, com seus bondes elétricos correndo nos trilhos, seus canteiros floridos enfeitando as praças, suas mongubeiras ensobrando as ruas, seus cantores e cantoras espalhando o romantismo de suas canções nas ondas do Rádio, seus locutores e comentaristas tecendo cotidianos enredos, formando opinião.

Em agosto de 1954, fui convidado a integrar a equipe administrativa da Rádio Nordeste. Na Nordeste passei dez anos e ali fui tudo: de locutor e dadiotador a produtor e diretor. Até então, vagamente eu havia acompanhado o desenvolvimento da radiodifusão em Natal, mas a partir daí, por forças das circunstâncias, desse desenvolvimento participei, procurando dar o máximo de colaboração que me foi permitido.

Os primeiros artistas usando microfone e se apresentando em programas radiofônicos, que me vêm à memória, são Tertuliano Pinheiro, Zezé Gomes, Teresinha Maia, Marisa Machado, Lourdinha Coringa, João Damásio, Jacinto Maia, Paulo Silva, Rubens Cristino, Roberto Ney, Rinaldo Calheiros, Paulo Tito, Agnaldo Rayol, Francisco de Assis, Gurgel Filho, José Honório, Zito Borborema, Aldair Soares, Pedro Viana, Ubaldo Lima, Jeasi Lima, Raimundo Machado, Carlos Gomes, Odúlio Botelho, Clovis Alves, José Filho, Revoredo Neto, Edmilson Avelino, José Alves, José Coelho, e as cantoras Marisa Machado, Teresinha Maia, Lourdinha Coringa, Glorinha Oliveira, Lourdinha Lopes, Lourdinha Silva, Tônia Santos, Valdira Medeiros, Marly Rayol, Selma Rayol, Francineide Ferreira, Chiquinha da Sanfona, Déa Ferreira, Izaltina calvacante, Carminha Silva, Dalvina Lopes, Luíza de Paula, Francineide Lima, Doris Sandra e Mariazinha, de eco longínquo, já meio esquecido, vez que afastados do Rádio há muitos anos. Por isso mesmo precisam ser lembrados, para que não se apaguem, definitivamente, da memória da cidade que um dia os admirou e aplaudiu.

O Rádio de antigamente exercia no público um papel semelhante ao que na atualidade está sendo exercido pela televisão. Os programas radiofônicos eram apresentados e representados. Com o *script* diante dos olhos, os narradores e apresentadores faziam seu trabalho com muita competência e esmero. Mas tal trabalho também podia ser popular, com os apresentadores improvisando e animando os auditórios repletos. Nesses programas havia sempre uma sessão dedicada aos calouros. Com a participação de locutores, músicos, cantores e cantoras, os programas de auditório realizavam-se geralmente aos sábados e domingos, enquanto que os programas de estúdio, feitos à base de discos ou de novelas radiofônicas, com a participação

do *cast* de cada estação, é que deram a dica para a programação que atualmente é levada aos telespectadores pelas emissoras de Televisão.

Até hoje o Rádio anima os lares com os seus musicais. Mas houve um tempo em Natal em que somente o Rádio embalava, através de suas ondas, os sonhos e as aspirações dos habitantes da cidade, transformado espontaneamente em ouvintes. Tais ouvintes tiveram pela radiodifusão o mesmo entusiasmo que as atuais gerações têm pela TV, e aquelas que já passaram tiveram pelo avião e os reides fenomenais dos heróicos pilotos.

Impossível, atualmente, imaginar-se o grau de penetração e de influência do Rádio na formação educacional e política das gerações que viveram em Natal entre os anos Quarenta e sessenta, quando as transmissões televisivas não passavam de promessas a serem executadas no futuro por pioneiros numa alta e inacreditável tecnologia.

Tempos houve em que o Rádio envolveu-se firmemente na política e as palavras dos políticos chegaram a ser pronunciadas com ardor, fogo e fumaça. Isso, a partir do final dos anos Cinquenta, quando a cidade abandonava sua lírica condição de província, em que meigamente viveu fiel ao seu romântico passado, adquirindo foros de metrópole nascente que se exaltava com certas conquistas como na Universidade e a iminência da chegada, poucos anos depois, da energia de Paulo Afonso. Nessa época imperavam no Rádio figuras como Genar Wanderley, Fonseca Júnior, Paulo Macedo, iniciando a crônica Social, Teixeira Neto, Luiz Cordeiro, Geraldo Fontenely e Eugênio Neto, dando os primeiros passos no rádio-jornalismo, e José Garcia Câmara desenvolvendo as noções de publicidade e propaganda modernas e trazendo-as para dentro do Rádio.

No tempo do Rádio Natal dispunha do Grande Ponto, um local tradicionalmente consagrado ao diálogo e à perda de tempo, do qual se recordam com saudade os que o conheceram. É certo que o Grande Ponto ainda existe, mas a partir dos anos Sessenta sofreu as primeiras mudanças ocasionadas pelo desenvolvimento urbano da cidade, quando então se iniciaram suas transformações definitivas.

Ao se modificar, de acordo com as exigências do progresso, o Grande Ponto encolheu-se e começou a morrer, tanto como espaço quanto como ambiente gerador de um estilo de vida *sui generis*. Perdeu suas dimensões físicas, que abrigiam dois quarteirões da Rua João Pessoa e dois da Rua Princesa Isabel, situando-se, humildemente, diante do **Café São Luís**, esquina da princesa Isabel com a Cel. Cascudo. Já não oferecia resposta nem podia ser considerado gratificante àqueles que fielmente o frequentaram ao longo dos anos. Era como se espírito daquele sítio de esplêndida convivência coletiva houvesse olhado para dentro de si mesmo e, através dos cristais rarefeitos de seus próprios olhos, tivesse detectado a desolação e a melancolia de seu entardecer.

Mas as suaves lembranças da cidade bucólica tinham ficado retidas na memória de seus antigos frequentadores, muitos dos quais já ausentes ou em processo de afastamento. Mesmo assim o Grande Ponto ainda retinha em suas calçadas figuras de tradição como Deus, Valflan, José Américo, o garçom do Bar Cisne, Newton Navarro, Ticiano Duarte, Joanilo de Paula Rego, Albimar Marinho, João Medeiros Filho, Severino Galvão, João Machado e Luisinho Doubleshek, este exortando os foliões à ventania da música aliciante dos carnavais em que, feito Rei Momo, bebendo gostosamente rios de cerveja, transformava os vocábulos mais simples numa algaravia inacreditável, pondo em evidência os primores constantes das sentenças de seu raciocínio fóssil embaralhado.

Por esse tempo as vozes emocionavam os natalenses durante radiofônicas eram as de Idalmo César, Fonseca Júnior, Yêdo Wanderley, Genar Wanderley, Ernani Lopes, Rui Ricardo, Edmilson de Andrade, Renato Jorge, Teixeira Neto, Chibé (também palhaço), Barros de Alencar, Geraldo Fontenely, Luiz Messias, Sebastião Carvalho, Décio Câmara, Eugênio Neto, Luiz Cordeiro, Severino Barbosa, Ernani Dantas, Vanildo Nunes, Valter Gomes (o jornalista), Clarisse Palma, Francisco de Assis, Isis Del Mar, Lourdes Nascimento, Lourdinha Lopes, Zilma Rayol, Nice Fernandes, Glorinha Oliveira, Eliete Regina.

Os músicos de orquestra eram Jónatas de Albuquerque (maestro), Paulo Lira, Pedro Duarte, Judite Ferreira, Arnaldo

Toscano, Tonheca, José Venâncio, Geraldo Pereira, Nelson, Helvécio, Waldemar Ernesto (maestro), Júlio granados, Maíinha, Dante Lima, Euclides, Isnard, Zé Martins, Paganini, Gaúcho, Boto, Carlito, Jaime de Moura, Herculano, Plácido, José Sampaio e Pimentel.

Os músicos de regional eram João Martins, Duca Nunes, Gil Barbosa, Roldão Botelho, Zacarias, Neco, Cícero Bezerra, Jair, Yêdo Wanderley, Costa Leite, Chinoca, Antônio Rosalino, Tércio Pereira, Gaúcho, Vivaldo Medeiros, Renato Tito, Joca, Gabriel, Tílio Lopes, Hermes, Carioca, Boto, Gaúcho, Jair do Bongô e Zito Borborema.

Todos estes músicos, ou quase todos, trabalharam na Poti e na Nordeste, revezando-se entre as duas emissoras de acordo com os seus interesses.

Na época do Rádio conheci os seguintes compositores: Jacira Costa, Neco, Dozinho, Luiz Cordeiro, Gil Barbosa, Airton Ramalho, Aldair Soares (o Pau-de-Arara), Breno Ferreira, Edson França, Franco Vilar, Roberto Ney, Francisco Elion, Demócrito Coriolano, Alberto Benigno, Raimundo Olavo, José Luiz, Hianto de Almeida, Manoel Medeiros (Memé), Jorge Ivan, José Antônio, Olacildo Jales, Cascudo Rodrigues.

Os locutores, trabalhando na Poti e na Nordeste eram os seguintes: Alberto Salomão, Genar Wanderley, Jaime Queiroz, Edmilson de Andrade, Fernando Garcia, Paulo Roberto, Luiz Cordeiro, Gutemberg Marinho, Ivan Lima, Marcelo Fernandes, Sandra Maria, Maria Lali, Vanildo Nunes, Geraldo Fontenely, Meira Pires, Décio Câmara, Adamires Furtado, Waldir Coelho, Nilson Freire, Fonseca Júnior, Arnóbio Toscano, Rui Ricardo, Gilberto Wanderley, Paulo Ferreira, Paulo Câmara, Bené Marinho, Danilo Santos, Haroldo Miranda.

Odúlio Botelho apresentou na Rádio Poti o programa *Clube Papai Noel*, constituído de crianças artistas: músicos, cantores, etc.

Os conjuntos vocais de que me recordo eram o Trio Hindu, composto por Pageú, Tércio e Paulo Silva; o Trio Puracy, com Perci, Francisco de Assis e Pageú; o Trio Muirapuru, com Neco, Francisco de Assis e Alberto Benigno; o Quarteto Murupiara, com Neco, Perci, Alcinei e Elion; os Vocalistas Potiguares, com

a participação de Walter Canuto, Roldão Botelho, Enock Figueiredo, Sebastião Botelho, Josué e Luiz Alves; os Irmãos Costa, com Canelinha e Cláutenis; as Irmãs Ferreira, com Fracinete, Déa e Chiquinha da Sanfona; o Trio Irapuã e o Trio Feminino.

Sob a orientação dos diretores das duas principais emissoras, Poti e Nordeste, os profissionais aqui lembrados deram amor e vida a Natal.

DEVASTAÇÃO DO VERDE

Manoel Onofre Jr.

Em visita a Natal, o escritor Mário de Andrade definiu a cidade com estas palavras:

“... é um encanto de cidadinha clara, moderna, cheia de ruas conhecidas encostadas na sombra de árvores formidáveis.”

Mário esteve aqui em 1928.

Hoje, decorridos 71 anos, a população multiplicou-se por 20, as ruas encheram-se de veículos, espigões agridem a paisagem, mas a urbe ainda conserva um pouco daquela aparência bucólica.

É verdade que, das árvores formidáveis, restam apenas algumas na rua Jundiá e na praça André de Albuquerque. Mas, cajueiros, mangueiras e outras fruteiras resistem nos quintais, e quase sempre se cuida da arborização pública – acácias, jambeiros, etc.

Não há dúvidas: sob este aspecto, Natal é uma cidade privilegiada. Ainda tem o Parque das Dunas, a segunda maior floresta urbana do país.

Como bem dizia Mário de Andrade: “É capital, se sente que é capital, o que firma bem a sensação de conforto praxeado, tudo à mão, e ao mesmo tempo, tem ar de chacra, um descanso frutecente, bolido de ventos incansáveis.”

É isso aí.

Mas não devemos ter ilusões quanto ao futuro, pois inexistente uma mentalidade coletiva de respeito ao meio ambiente.

Dia desses, em Ponta Negra, um ponto do Morro do Careca pegava fogo, mas somente duas ou três pessoas se incomodavam em tomar providências. As demais – dezenas, centenas – pareciam nem estar vendo aquilo. Negócio de apagar incêndio não era com elas. “Uns matos queimando, coisa sem importância...”

A mesma insensibilidade transparece no mau hábito, que o natalense tem de jogar lixo e “metralha” em terrenos baldios.

Há anos, a Prefeitura mandou botar abaixo todos os pés de ficus da cidade. Motivo: estavam empestados de “lacerdinhas”. Solução “genial”, em vez de se combater a praga de insetos.

A retirada de areia das dunas, para uso na construção civil, tem se constituído, também, numa ameaça – tão grande quanto a poluição do rio Potengi.

E que dizer de outra espécie de poluição – a predial, que asfixia a cidade?

Numerosos arranha-céus foram construídos, nos últimos anos, a maioria em Petrópolis, Tirol e Candelária. Esses mastodontes de concreto e vidro começam a proliferar em outros bairros da classe média. A paisagem vai ficando emparedada, e o clima, cada vez mais quente. Inúmeros outros problemas decorrem desse crescimento vertical desenfreado, inclusive a contaminação do lençol freático. Ambientalistas e urbanistas sabem muito bem disto.

Infelizmente, tudo indica que aquela Natal, encanto de Mário de Andrade, dentro em breve será, como a Itabira de Drummond, apenas “um retrato na parede”. Doerá tanto como já doem estes versos de Ferreira Itajubá:

*“Natal é um vale branco entre coqueiros:
Logo que desce a luz das alvoradas,
Vão barra afora as velas das jangadas,
Crescem no rio as trovas dos barqueiros.”*

MINHA CIDADE NATAL

Jurandir Navarro

O sentimento telúrico gera a saudade quando distanciado se tar da terra-berço. O amor à terra é imanente, nasce com o homem. Qual o amor que não se aperta com a saudade? Emoção idêntica golpeia o imo do coração quando a juventude é recriada na imaginação proustiana. Voltar ao passado, que doce recordação... que ternura emotiva, em procurar o tempo perdido, envolto com as ilusões despedaçadas!

Em silenciosa madrugada, no caminho do Mar, eu sentí, evocando a poesia chinesa, eu sentí o perfume do passado. E saudade assaltou-me o espírito com o aroma do jasmim branco e das flores escarlates das mungubeiras. O tempo não eclipsa a lembrança penerizada na alma. Quanta alegria vivida nas praias banhandas pelo Mar esverdeado, com suas “ondas de espumas sorridentes”, na doce inspiração do indú Kalidasa! Alvas praias, onde as manhãs radiosas, de esperança enchiam a alma exultante de vida!

Mocidade! por que fugistes tão cedo, tangida que fostes pelos ventos alados do tempo?!

Natal, cidade que me deu berço, tem sido a morada da minha vida de homem comum. Mesmo dela distante, pelo espaço ou pelo pensamento, fixam-me raízes no seu ventre pétreo de mãe. Terra de belas praias, soberba visão talássica, musa eleita pela ode lírica dos seus poetas maiores.

E o deslumbrante pôr-do-sol do Potengi, que fascinava as pupilas azuis de Palmira?

És, cidade minha, a Segunda Belém do Menino-Jesus! E que tantas bençãos recebestes da Padroeira celeste, a Senhora Iluminada da apresentação!

Uma cidade, porém, não deve ser considerada, apenas, pelo seu aspecto físico, visual, místico ou emocional; mas, também, e sobretudo, pela vida realizadora dos seus filhos. Sem eles, ela não vive, mesmo que seja bela e encantadora. O povo é que forma uma nação, “o seu princípio espiritual”, no dizer de Renan.

Vejo, assim, Natal, como o florido jardim das Hespérides – as filhas da tarde, “a noiva do sol”, na prece de Câmara Cascudo,

a ninfa da juventude, sempre festiva. Sinto-a através os empreendimentos dos seus filhos e pela formosura de suas filhas, qual Afrodite, molhada, saindo das ondas, na arte mágica do pincel de Apeles.

Evoco, o que o vento levou para bem longe: os jogos de voleibol da Centro Esportivo Feminino; as tardes de passeio da praça “Pedro Velho”, os banhos de mar da praia de Areia Preta e o carnaval do Aéreo Clube. Recordo, também, e ninguém pode esquecer os lindos semblantes das moças bonitas daquele tempo: Arilda Veiga, Cordélia Guerreiro, Edna Furtado, Norma Medeiros Galvão, Maria Antônia Navarro, Mariãh Miranda, Ivone Dantas (filha do professor Hostílico), Vilma Pinheiro (campeã de Voleibol) e Gláucia Garcia que mereceu, pela sua beleza, um canto poético de Esmeraldo Siqueira, intitulado “A Flor do Tirol”. Lembro, ainda, os “artista” da passerela do Grande Ponto, com suas cabeleiras alisadas de “gumes”, envergando palitóis-jaquetões, no tecido branco diagonal : Milson Dantas, José Garcia, Jair Navarro, Mozart Romano e Rômulo Maiorana...

E os vultos ilustres, os ilustres vultos da sua sociedade?

NATAL deu o exemplo da moral na vida ilibada do católico Ulisses de Góes. Engradeceu-a, também, o civismo olímpico de Luiz Soares, tão salutar às gerações meninas dos Esciteiros do Alecrim e a Pedagogia de Severino Bezerra, direcionada à Criança, esperança da Pátria.

E os saudosos sacerdotes arrebatados aos Céus? Migelinho, revolucionário heróico, entregando a vida pela Verdade. João Maria, o santo da caridade, curando através os apêlos da Fé. E o Padre Luiz Monte, filho da Sabedoria, falando- lhe do mistérios de Deus e dos mistérios dos homens.!

Qual a participação do velho Atheneu de Humanidades? Alvamar Furtado despontando a sua eloquência erudita. Antônio Pinto de Medeiros, com sua irreverência indomável, arrebatando a mocidade com o seu talento literário e Floriano Cavalcanti, iluminando as inteligências jovens com sua cultura histórica, filosófica e jurídica.

Que dizer do estoicismo, da judicatura sábia e da grandeza humana de Miguel Seabra Fagundes? Ou a postura ímpar do Juiz Edgar Barbosa que, ao prolatar a sua sentença, engastava o rubí do direito numa peça literária?!

A formosa NATAL, morada do sol, encanto de luz e de clima, tem enfeitado a todos que a visita; tudo fazendo crer, que os espelho trêmulo das águas das suas praias reflete a imagem de Aspásia, a bela e culta hetaira grega que, mesmo na velhice, atraía a mocidade de Atenas para contemplar a sua beleza.

MEUS TEMPOS DE ESTUDANTE EM NATAL

Alúcio Azevedo

Chegando a Natal, em 1939, vindo da região do Potengi, para continuar meus estudos, que se realizaram em Escolas Públicas Estaduais da Capital, residi em quase todos os bairros da cidade, daquela época, a saber: Ribeira, Alecrim, Cidade Alta e Petrópolis. Sendo um menino pobre, fiquei hospedado em casa de parentes, alguns amigos da família e , finalmente, na Casa do Estudante do Rio Grande do Norte, que fora fundada naqueles tempos.

Natal era uma cidade pequena, com uma população estimada em 50 mil habitantes. Com o início da 2ª Guerra Mundial, naquele mesmo ano, nossa capital se transformou, de uma hora para outra, num centro de concentração de forças militares, das três armas: Exército, Marinha e Aeronáutica, inclusive de Forças Americanas, na Base Aérea de Parnamirim, pelo motivo de estarmos muito próximos do continente Africano, onde se desenrolavam lutas entre as forças do Eixo e dos Aliados.

Relembro, a título de ilustração, as medidas adotadas pelos comandos militares, com vistas à defesa antiaérea da nossa cidade. Nas encostas de nossas praias e em outros pontos estratégicos, como por exemplo, a Praça Pio X, em cujo local se ergue, hoje, a Nova Catedral e a Sede da Urbana, no Alecrim, estavam instaladas armas de defesa antiaérea, como canhões, holofotes e aparelhos de escuta, além de numerosas sirenes espalhadas por toda a cidade. Além disso, existiam os abrigos antiaéreos, especialmente, os da Praça Pio X, para onde a população se dirigia, como uma forma de proteção, no caso de bombardeio inimigo.

Recordo os black-outs, impostos à cidade, como parte de exercício defensivo, não podendo esquecer aquele que se realizou com alarme de sirene e tudo mais, o qual provocou um enorme vexame na população. Comentava-se, naquela época, que homens e mulheres saíram de suas casas em trajes menores. No entanto, a cidade cresceu consideravelmente, tendo em vista

a presença de milhares, transferidos para cá, por necessidade de guerra.

Além das Bases Naval e Aérea, que desempenharam uma importante missão militar, vários quartéis do Exército aqui se instalaram alguns deles, até, com precárias condições de alojamento.

Deixemos de lado os acontecimentos da fase da guerra para falarmos, um pouco, sobre o secular Ateneu Nortriograndense, fundado em 1834, que era uma verdadeira Universidade, tamanho era o conceito, e pelo qual passaram as mais eminentes figuras das letras, da educação e da política de nosso Estado. Tive a felicidade e honra de ter sido aluno de tão tradicional estabelecimento de ensino, no qual pontificavam mestres da grandeza de um Edgar Barbosa, Severino Bezerra, Antônio Fagundes, Israel Nazareno, Celestino Pimentel, Esmeraldo Siqueira, Alvamar Furtado, Cônego Luís Wanderley, Paulo Gomes, Gentil Ferreira, Sebastião Monte, Pedro Segundo, José Gurgel, Álvaro Navarro, Waldemar de Almeida, Clementino Câmara, Hostílio Dantas, Vécio Barreto e Berta Guilherme, além de outros cujos nomes já se perdem na voracidade dos anos. Eram professores catedráticos, admitidos para o cargo, mediante a defesa de tese, perante a Congregação de Professores.

Uma outra grata recordação de meus bons tempos de estudante, em Natal, foi a minha permanência, durante 6 anos, na Casa do Estudante do Rio Grande do Norte, fundada em 1946, onde ingressei no ano seguinte e dela só me afastei depois de minha formatura, na Faculdade de Farmácia e Odontologia de Natal, em 1951. Lá, tive a felicidade de conviver com valorosos colegas, muitos dos quais se destacam, hoje, em diversos campos de atividades humanas. A minha Casa do Estudante foi a de Petrópolis, à Rua Seridó, habitada por jovens idealistas, que não temiam enfrentar dificuldades, daí a razão das suas consagradas vitórias.

Das tradições e costumes de Natal, naqueles tempos, falo sobre os meios de transporte, o tradicional bonde da Companhia Força e Luz de Natal, que se arrastava pelas linhas do Alecrim, da Ribeira, de Petrópolis e de Tirol, não podendo esquecer o Dia do Estudante, no qual os jovens não pagavam transporte, viajan-

do o dia todo. A partir da década de 50, os barulhentos bondes foram substituídos por ônibus, que permanecem até os nossos dias.

Das festas tradicionais da cidade, a mais animada e aguardada com muita ansiedade, era a da Padroeira, Nossa Senhora da Apresentação, que terminava no dia 21 de novembro. A Praça André de Albuquerque era pequena para conter tanta gente, que se deslocava de todos os pontos da cidade. Quanto aos Clubes da Capital, destaco o América Futebol Clube e o Aero Clube, ambos promovendo animados bailes, em diversas épocas do ano.

Com estas expressões, ditadas pelas forças do meu coração, homenageio e saúdo Natal, Cidade Presépio, Cidade dos Reis Magos, que agora comemora o seu 4º Centenário de fundação. Cidade hospitaleira, tão rica em belezas naturais, para a qual um grande número de turistas vem sendo atraído, por motivo de seus encantamentos.

CIDADÃO NATALENSE

Grácio Barbalho

Na hora em que me vejo Cidadão de Natal posso repetir as palavras do nosso querido e saudoso Djalma Marinho, proferidas neste mesmo recinto, e, como ele, dizer que a minha aventura emocional com esta cidade começa nos trilhos da velha Great-Western.

Na pequena comunidade onde nasci e onde vivia a presença do trem era uma atração de todos os dias. Não só quando surgia, imperceptível, silencioso, na sua rota para o sul como nas viagens de volta quando arquejava, denunciando a sua aproximação.

A visão do caixeiro-viajante, vindo de terras longínquas e apenas imaginadas, se juntava á imponência daqueles homens, vestidos de guarda-pó, que passavam buscando a Capital.

É certo que, ao rememorar flagrantes assim tão pessoais, estou apenas desdobrando pequena parte do cenário, no universo das minhas reminiscências. A parte mais significativa, de maior conteúdo emocional, reservo aos primeiros encontros com esta cidade, nas idas e vindas do velho trem.

Era nos anos vinte, uma década tida como particularmente romântica. É natural que a minha condição de menino, trazido de São José de Mipibu por minha mãe ao horizonte da Praça André de Albuquerque ou da Ribeira, não percebesse uma Natal igualmente romântica, com sua elite social vivendo as inovações e cultuando o modismo que a primeira guerra mundial deixara em sua passagem. E assim, nem de longe poderia visualizar a imagem da "Melindrosa" dançando a valsa e o "One Step" nos salões do Natal Clube.

Desse primeiro deslumbramento talvez tenha restado a lembrança do Menino-Colecionador procurando, com amigos ocasionais, carteiras vazias de cigarros pelos becos da cidade grande.

Depois, na adolescência, o colégio com o grande e sempre lembrado mestre, o Prof. Severino Bezerra, seu diretor, Natal mais se aproximou de mim.

No internato, o convívio com os colegas vindos de municípios distantes e o lazer das saídas aos domingos. Na nossa ida-
de era impossível suspeitar que a grande recessão econômica
dos Estados Unidos, ao contaminar o mundo ocidental, pudesse
atingir uma Natal de trinta mil habitantes.

A morte de João Pessoa não deveria ter para nós sentido
político; só um vago reflexo de associação quando, meses de-
pois, ajoelhados ante o seu retrato nas avenidas da Ribeira,
cantávamos em cântico o hino de Eduardo Souto. A revolução de
trinta, com suas mudanças no comportamento político, era nada
mais que acontecimento trazendo as férias forçadas pelo estado
de sítio, onde se podia ouvir o canto das paródias que glosavam,
em termos regionais, a queda do poder.

Já chegava até nós o som inovador das vitrolas elétricas
mas o rádio de galena era apenas uma curiosidade ocasional.
Entretanto guardo a memória musical da época. E guardo tam-
bém coisas do lazer que a cidade me oferecia: O futebol, os Jo-
gos de Bilhar e, em seguida aos “Farwests” do Carlos Gomes, a
novidade do cinema falado.

Os anos se foram com rapidez. Veio o Ateneu, novos cole-
gas, novos mestres, outras motivações. É neste momento que
me vem à lembrança o Pan Jazz , nas suas exibições
domingueiras em casas de família ou nos espetáculos onde o
virtuosismo dos estudantes bem representava a voz e a atitude
dos ídolos do cinema. E a farda que, nas salas de aula ou na
sacada do velho Ateneu, denunciava a presença do “Gola Azul”,
ainda hoje lembrado pelo mestre Câmara Cascudo.

Quero descupar-me de estar pormorizando fatos e deta-
lhes que, certamente , só a mim deveriam ser confidenciais. É
que esta cidadania, tão grata ao meu espírito, reclama a paisa-
gem de um reencontro e faz, ao mesmo tempo, despontar a mi-
nha incorrigível condição de saudosista. Um saudosista que tei-
ma ignorar o amargo conceito de HEMINGWAY de que o velho
é, simplesmente, o homem diante do fracasso.

Assim, continuarei a desdobrar o livro do tempo, sempre
de braços dados com esta cidade. Aconteceu a despedida quan-
do fui levado a outros horizontes. Era a época em que a busca de
um futuro profissional exigia, no mínimo, a intrepidez de viagens

empoeiradas. Na atmosfera distante, uma nova convivência e a necessidade de me absorver nos estudos não impediam a presença furtiva de instantes aqui vividos. Era, talvez, a obstinação da volta que se derramava, como força invisível, através do inconsciente.

Quando afinal, trazendo uma profissão definida, voltei ao meu Estado, estava certo de que poderia aqui reativar as notas, meio adormecidas, de um diálogo interrompido.

Natal vivia um momento de singular transformação em sua paisagem social. A velha estrutura elitista, amiga dos saraus, do piano familiar, começava a ser substituída por conta do êxodo rural intensificado e, sobretudo pela presença de gente de alémar que se misturava em nossas ruas, impondo as suas maneiras ou tentando absorver o nosso tropicalismo. Longe estava o cenário da guerra mas a nossa condição geográfica permitia configurar uma das ante-salas desse palco distante.

Lá do sertão recomecei, então, o diálogo. A principio tímido e espaçado, embora já pudesse significar uma preparação para a etapa final, o abraço definitivo que, certamente, viria. Durante quase uma década fui o visitante a quem Natal oferecia as reuniões do Cova da Onça e do Grande Ponto, a convivência do outro Natal Clube e a musicalidade dos carnavais do Aero.

Em 1950 voltei para ficar. Era o que estava escrito na trajetória sentimental da minha condição de viver. Voltei para ficar, já agora entrando na maturidade e procurando me ajustar a uma comunidade que começava a se expandir para, afinal, receber a mensagem progressista e um tanto atordoante dos nossos dias. Da mesma forma que, na distante adolescência, ajustei-me e vivi a placidez da cidade provinciana.

E aqui estou, já caminhando nesta terceira etapa da vida, consciente de que um gesto tão confortador e amigo, como este que recebo de vossas mãos, certamente amacia os caminhos por onde passo.

Como cidadão natalense, venho me juntar aos meus filhos que aqui nasceram e a meus pais, que aqui vieram trazidos pelo destino e que, mesmo adormecidos, vigiam a pequena área de terra onde irei encontrá-los no futuro dos tempos. Como cidadão natalense, um título que me deixa orgulhoso e retemperado para

A DISSIPAÇÃO DA AURORA

Fagundes de Menezes

Da janela do apartamento do hotel, olho a cidade com os olhos gulosos de paisagem, nesse reencontro inesperado. Verdade que sempre volto à terrinha boa, acolhedora como bem poucas, uma alegria permanente no ar, saudável aragem vinda das praias próximas e quase sempre a envolver os transeuntes que não se movem com a pressa e a sofreguidão dos habitantes dos grandes centros urbanos. Verdade que sempre volto, mas desta vez não esperava a viagem, nem a hospedagem no hotel de muitos andares, destoando do casario baixo, dos velhos sobrados de arquitetura pobre, simples e sólidas moradias antigas, muitas já transformadas em lojas ou escritórios comerciais.

A cidade mal começa a despertar, poucos são os automóveis se locomovendo nas ruas – tranqüilidade quase silêncio dando-me uma sensação de suavidade e bem-estar que raramente experimento.

Estendo o olhar para os lados do Tirol e do Alecrim, e fico tão contente em ainda poder descobrir tanto verde, tantas árvores nos quintais: velhas e frondosas mangueiras, jambeiros, sapotizeiros, pés de castanhola (ou coração-de-negro), viçosas jaqueiras, renitentes cajueiros se esgalhando e transpondo muros encardidos, pés de serigüela, algarobas ornamentando as ruas.

Mas também fico triste ao verificar enormes clareiras em áreas outrora quase um matagal de árvores frutíferas, consequência de nunca suficientemente condenada exploração imobiliária, rijos e grossos troncos derrubados com impiedade para que se possam traçar os loteamentos destinados a casinhas monotonicamente padronizadas.

Resolvo deter-me no verde, contemplar apenas as mangueiras de copas altas e espessas, como se ainda estivéssemos nos tempos da meiga e frágil Auta de Souza:

“Verdura e flores é o que a vista alcança”.

Ou “a viração gemendo docemente”, vindo beijar os canários da autora do **Horto**.

E lembro Jorge Fernandes, o poeta pioneiro, o renovador da poesia norte-rio-grandense:

“–Viva o sol!

...Vem-vem – viva o sol!

Cará-cará: viva o sol!

Nambu – viva o sol!

Carão: – viva o sol!

Asa-branca ... pá-de-cafofa – acauã – azulão – galo-de-campina

– Viva o sol que te deu todas estas cores:

O vermelho como o fogo...

O amarelo vivo como o fogo...

Cantem em assobios e gagãos em trilos e gritos fortes:

Viva o sol!”

Que cidade como tu, Natal da minha paixão permanente e incontida, poderá exibir um amanhecer tão deslumbrante?

É em ocasiões como esta que justifico certos transbordamentos de linguagem, alguma incontinência verbal que geralmente condeno.

Viva o sol! Viva o teu sol, Natal – festa matinal que ora me envolve, tua aurora se espalhando e dissolvendo, natalensemente singular e única.

OS TORPEDEAMENTOS E O DESPERTAR DO PATRIOTISMO

João Wilson Mendes Melo

Foram momentos, dias, semanas e meses em que a cidade esteve irmanada com o país inteiro, mais do que nunca, à semelhança de outros grandes eventos do passado em que o sentimento nacional de brasilidade fora atingido.

Em represália à posição assumida pelo Brasil ao lado das nações de sua tradicional amizade e que mantinham regimes políticos democráticos mais condizentes com a vocação do povo brasileiro, a destruição de vidas e de bens nacionais veio do inimigo comum, via submarinos, através dos traiçoeiros engenhos germânicos, com a participação subserviente e duplamente criminosa dos italianos, latinos como nós.

As notícias chegavam como golpes na carne e no coração, naqueles tristes dias de mil novecentos e quarenta e dois. Navios de cabotagem sem armas nem soldados, foram torpedeados e afundados, a princípio em águas distantes do território brasileiro e, no final, já nas proximidades das nossas praias.

Desde os primeiros, Cabedelo, Buarque e Olinda, a revolta correspondeu à gravidade da ofensa e fez apagar qualquer vestígio de germanismo que ainda existisse em brasileiros menos conhecedores dos métodos totalitários, sobretudo quando temperados de racismo odiento, tornado doutrina e fanatismo.

A cidade, afillhada dos Reis pacíficos que se renderam à grandeza pobre, simples e fraterna do Rei dos Reis, chorou pelas vidas sacrificadas dos irmãos brasileiros e se encheu de revolta pelo ato belicoso e covarde dos que agiam de tocaia, escondidos nas águas e na escuridão das noites de alto-mar.

Como era de esperar, homens, mulheres, jovens e crianças saíram às ruas ao encontro da solidariedade dos outros e a protestar com a força maior que a multidão faz gerar e crescer.

Houve passeatas durante a tarde, da Ribeira à Cidade Alta, e à noite, comícios no lugar de todos os encontros, o Grande Ponto, confluência da Avenida Rio Branco com a Rua João Pessoa.

Os oradores se sucederam do alto das cadeiras trazidas do Café de Andrade ou das casas vizinhas. Todos falaram no sacrifício de mulheres e crianças inocentes. Um falou na alegria que sentia em ter três filhos em idade de servir ao Exército e que haveriam de estar presentes ao primeiro grito de convocação para que se lavasse a honra nacional.

De todas as palavras que a multidão ouvia, de todo o quadro que a eloquência pintava, ressaltava, como os fogos-de-vista das festas populares, o contraste da teoria e das ações da cruz suástica e da cruz que todos traziam no peito e na memória e alguns, no coração.

Depois, cheios do entusiasmo patriótico provocado pelos acontecimentos tristes dos mares, das palavras e atitudes de que os natalenses estavam comungando com todos os demais brasileiros (os possíveis Quinta Coluna eram exceções que desapareceram paulatinamente), meditamos sobre a autenticidade dos símbolos, na representação gráfica e visual, como síntese verdadeira das idéias, do estado de espírito e das ações que traduziam.

Por que isso? Lembramo-nos que, por esses mares, navegaram portugueses e espanhóis, sob outros símbolos que lembravam cruces, como a Cruz de Malta, e que vieram em busca de ouro e de terras para si próprios e para El Rei, e em parte também, diziam, para propagar a Fé Cristã. Levaram ouro e nas terras descobertas praticaram algum bem e algum progresso e algum mal com as armas mais fortes que traziam.

Agora, sob o símbolo de uma cruz gamada, a suástica nazista, sorratamente, escondidos de verdade por baixo das águas, traziam apenas destruição, sem nenhum objetivo de utilidade ou de nobreza. Mais uma vez o símbolo retrata a filosofia e os propósitos, desta vez tão divergentes, até mesmo daqueles dos piratas das várias nacionalidades que, igualmente, pelo Caribe ou Atlântico Sul, praticaram crimes e roubaram ouro.

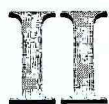
Suas antecessoras marcas foram as cruces egípcias, gregas, de Lorena, potentéia e de âncora, que andavam a céu aberto, trazidas e levadas pelo vento e por alguns nobres ideais.

Contra esse símbolo atual que, em forma de circunferência, deveria rolar sobre todas as nações, num sonho louco de um tresloucado que comandou fantoches feitos de homens de inteligência e vigor, para surpresa do mundo, iríamos lutar de verdade.

Os sentimentos comumente adormecidos, de pátria, de liberdade e de religião, acordaram com as bombas submarinas, com o grito desesperado das vítimas brasileiras e o choro final das crianças, alvo das formas guerreiras e modernas de matar.

A cidade dos Reis Magos andou pelas suas ruas contra os déspotas, chorou nas suas noites pelos que morreram nas águas de mares próximos e distantes e deliberou ajudar, com a sua juventude, principalmente, a destruir a rua de valentões que se formava num sonho de dominação e numa loucura de infundada superioridade racial.

(Do livro "A Cidade e o Trampolim", em edição do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte).



História

FUNDAÇÃO E NOMES DA CIDADE DO NATAL

Luís da Câmara Cascudo

O forte construído ficava isolado no seu arrecife cercado pelo mar assim como a guarnição estava circundada pela índiada furiosa. A conquista pela espada seria consolidada pela catequese dos espíritos. Mosquetes, canhões, lanças, espadas e pelouros nada fariam. Vencido, recuava o indígena como uma onda e voltaria, mais forte, quebrando-se nas muralhas de pedra do Reis Magos. O processo era embainhar a espada e dar palavra ao padre.

É a vez dos jesuítas no futuro Rio Grande do Norte. Padre Francisco Pinto conquista o tuxaua dos potiguares, o Camarão-Grande, Potiguassu. O padre Gaspar de Sampéres percorre, num largo círculo, o próximo distrito, arrebanhando os chefes para as pazes. Tudo se apazigua. A serra da Capaoba (Cupaoba), na Paraíba, era articulada com as aldeias potiguares derredor do Potengi. Padre Francisco Pinto seguiu para a serra, desarmado, com uma cruz de madeira na mão. Falou e venceu os grandes chefes indígenas, Ibiratinin (Pau Seco), Paraguassu, (Mar Grande), senhores de setenta aldeias populosas. São grandes animadores das pazes os tuxauas Zorobabe e Ipãguassu, (Ilha Grande), instruídos pelo padre Gaspar de Sampéres.

A 11 de junho de 1599 os chefes indígenas estão na capital da Paraíba, jurando alianças perpétuas, auxílio mútuo e fidelidade, tão raramente mantidas pelos brancos e cristãos. Manuel Mascarenhas Homem, de Pernambuco, Feliciano Coelho de Carvalho, da Paraíba, Alexandre de Moura, sucessor de Mascarenhas, braz de Almeida, Ouvidor-mor, o franciscano Bernardino das Neves, grande intérprete, o padre Francisco Pinto, Pai Pinto, apóstolo dos potiguares, estavam presentes. Os selvagens manteriam o contrato, morrendo por ele, em duzentos anos, até o último. O português ia erguer mais uma cidade, a marca do norte, extrema da posse, pouso e reforço para a lusitanização do Brasil setentrional.

A história do Rio Grande do Norte finda um dos capítulos iniciais e áspers a 11 de junho de 1599, data digna de memória e citação. É o nosso primeiro tratado político entre duas raças, duas civilizações, duas mentalidades. O indígena, com seu enduape vistoso, o canitar ondulante, o tacape invencido, os colares de dentes de onça, a pedra verde das metaras enfiada no beijo, consente em desaparecer, depois de servir três séculos...

Agora é possível o segundo número do programa del-rei:
— a fundação duma cidade.

Nasce a Cidade do Natal do Rio Grande. Por que Cidade do Natal?

O visconde de Porto Seguro ensina: “... se chamou do natal, em virtude sem dúvida de se haver inaugurado o seu pelourinho ou a sua igreja matriz no dia 25 de dezembro desse ano da fundação” (1599). Vicente de Lemos decide: “A 25 de dezembro do mesmo ano (1599), Jerônimo de Albuquerque, saindo da Fortaleza, na distância de meia légua, num terreno elevado e firme, que já se denominava Povoação dos Reis, demarcou o sítio da cidade que recebeu o nome de Natal, em honra desse glorioso dia, que assinala no mundo da cristandade o nascimento do divino Redentor”. Frei Jaboatão (1768): “... vendidos os índios da terra... se deu princípio à povoação... e foi honrada a tal povoação cidade do Natal, porque pela festa do nascimento do senhor se fez este ano, no ano de 1599”. Aires do Casal (1817): “... teve oportunidade de lançar os fundamentos à cidade de Natal, que tomou este nome por se encontrar a inauguração da sua matriz, com a festividade do nascimento do Nosso Salvador em 1599”. Milliet de Saint Adolphe: “... pôs o nome de Natal por coincidir a inauguração da igreja que ali fez edificar com a festividade de Nosso Senhor do ano de 1599”. Rocha Pombo, *História do Rio Grande do Norte*: “Dentro de poucos meses estava mudada a povoação, e pronta a capela, que foi inaugurada em dezembro do mesmo ano (1599) dizendo-se a primeira missa com toda solenidade no dia 25 : circunstância que se aproveitou para dar à vila o nome de Natal”. Tavares de Lira, *História do Rio Grande do Norte*: “Esta povoação tomou, em 25 de dezembro do mesmo ano (1599), o nome de cidade de Natal”. Rafael Galanti (1911): “... uma povoação... que cha-

mou Natal, talvez porque inaugurou o seu pelourinho ou a sua igreja matriz no dia 25 de dezembro de 1598 ou 99". Frei Agostinho de Santa Maria (1722); "... *uma povoação... a que deram o nome da cidade do Natal, que brevemente foi levantada com título de cidade*". São as fontes mais comuns e tradicionais.

Há outra versão. O padre Serafim Leite, S.J., (*História da Companhia de Jesus no Brasil*, Lisboa, 1938, I, p.526, nota) cita os nomes acima, exceto Galanti, e conclui: "*Nenhum destes acertou. Chamou-se Natal porque foi esse o tempo em que a armada entrou a barra do Rio Grande do Norte. Apesar da cidade se começar depois, perpetuou-se, no seu nome, a recordação daquele fato*". A informação é do padre Pero Rodrigues, em documento que o padre Serafim Leite descobriu no Arquivo da Companhia de Jesus em Roma. O trecho do jesuíta, p. 515, é este: "*O capitão do mar se partiu com sua armada, de catorze velas muito bem negociadas, na qual iriam quatrocentos homens. E, com ela entrou, toda, com muita prosperidade, pela barra do Rio Grande, dia de Natal do ano de 97, em que se começava o de 98*". A carta é datada da Bahia, 19 de dezembro de 1599, onde Pero Rodrigues era Provincial.

Outra fonte corroborante é a *relação das cousas do Rio Grande, do sítio e disposição da terra* (1607) encontrada pelo pe. Serafim Leite, S.J., no *Archivum Societatis Iesu Romanum*, transcrita, idem, 1, 557, anônima mas sugerindo ao divulgador a figura do jesuíta Gaspar de Sampéres. "*O Rio Grande está em cinco graus e meio de altura à parte do sul da linha equinocial. Entraram os portugueses neste rio e terra a conquistar o ano de 97, a 25 de dezembro*". Certo é repetição da data que o provincial Rodrigues escrevera oito anos antes.

A Hipótese do padre Leite, S.J., é sugestiva mas não infirma a versão popular da missa no dia do Natal. A carta de Pero Rodrigues é seis dias anterior à fundação e a "Relação" não nomeia a cidade já fundada. Nenhum documento dos séculos XVI e XVII regista a origem do nome. Nada impossibilita que a armada de Mascarenhas Homem entrasse a barra em 25 de dezembro de 1597 e houvesse uma missa a 25 de dezembro de 1599. O nome da cidade tanto provirá duma como de outra razão, sem contrariedade ou exclusão.

O sítio onde a cidade havia de ser fundada fora escolhida muitos antes das pazes solenes com os potiguares. A carta do Padre Francisco Pinto, o futuro mártir dos Tocarijus da Ibiapaba, a *amanajara* (senhor da chuva) dos Tabajares e potiguares, é de 19 de maio de 1599, ao seu Provincial, Pero Rodrigues. As pazes solenes na Paraíba são de 11 a junho. O padre Pinto informava ser relativamente fácil conservar os indígenas batizados – *“residindo em algumas partes, como será fazendo uma boa residência na nova cidade, que agora se há-de fundar, obra de meia légua do forte do Rio Grande”*, (Serafim Leite, I, 525).

O chão elevado e firme à margem direita do rio que os portugueses chamavam Rio Grande e os potiguares o Potengi compreende o pequeno platô da colina que sob pela rua Junqueira Aires e desce pela avenida Rio Branco até o Baldo, praça Carlos Gomes. A demarcação foi feita com os cruzeiros de posse, tão comuns. Uma cruz no norte denominou a rua que surgiu depois, rua da Cruz, Junqueira Aires atual. A cruz ficara chantada no lado esquerdo da elevação, muito desmontada e trabalhada, começando do *square* Pedro Velho. A cruz do sul fincou-se no declive do Baldo, margem de um córrego ainda resistindo e visível, rio do Baldo, o velho Rio da Bica, Rio de Beber, o Tiuru de George Maregrave, Tissuru na *descrição de Pernambuco em 1746*. É a Santa Cruz da Bica, guardados os fragmentos dentro do Cruzeiro que está erguido na praçuela lateral.

Quinze dias depois de fundada ainda estava deserta. O capitão-mor João Rodrigues Colaço, na petição da primeira sesmaria concedida nas terras do Rio Grande do Norte, por Mascarenhas Homem em 9 de janeiro de 1600, informa que *“quer fazer umas casas no sítio que está escolhido para a cidade”*. D. Diogo de Menezes, governador geral do Brasil, escrevia ao Rei, em 4 de dezembro de 1608, informando que, no Rio Grande, *“a povoação que está feita não tem gente”*.

Com quinze anos de vida, a cidade do Natal do Rio Grande tinha maior nome que número de moradas.

Em fevereiro de 1614 Natal possuía... doze casas. Lembro os nomes desses moradores na manhã do século XVII. Os jesuítas tinham uma casinha de taipa e telha, Manuel Rodrigues, grande proprietário de terras imprestáveis, orgulhava-se de ter

duas, uma delas na Ribeira, junto à *lagoa da campina*, Simão Nunes, Gaspar Rabelo, o vigário Gaspar Gonçalves da Rocha, dono de muito terreno, Manuel João, Maria Rodrigues, duas vezes proprietária, Miguel João, que morava numa casa de palha e Gaspar da Silva eram *os influentes* da época. Menciona o *Auto da Repartição das Terras* que as casas de Pero da Costa e de Antônio Gonçalves Minhoto haviam caído. Jorge de Araújo, que explorava uma olaria onde é a praça Augusto Severo, largou a indústria em 1608, convencido de que não seria rico fazendo tijolos.

Tentava-se valorizar a terra imensa. O capitão-mor João Rodrigues Colaço ofereceu mil braças em quadra de terra no rio Jaguaribe como sendo dote da moça Izabel Alvares, filha de Domingos Alvares, em setembro de 1601. Vai o bombardeiro do Forte dos Reis Magos, Diogo de Almeida, e casou com a donzela Izabel e recebeu a terra, para povoá-lo, em três anos. No fim de um ano a mulher lhe deu uma filha. O bombardeiro largou o dote porque *he terra de nhu proueito...*

De trinta e sete chãos para construir casas no sítio da cidade, apenas doze casinhas surgiram. Os senhores da terra, dominadores de centos de braças, com alagados, Currais de gado, pescarias, negros de Guiné, viviam na labuta, vindo raramente à cidade. Antônio Gonçalves Minhoto, João Lostão, Manuel Rodrigues, Francisco Coelho eram os potentados daquele tempo. Exceto o primeiro, morreriam às mãos truculentas dos janduís, a guarda pretoriana dos holandeses, no domínio de vinte e um anos.

Nesse fevereiro de 1614 chegou ao Natal um grupo ilustre, o desembargador Manuel Pinto da Rocha, Ouvidor Geral, o Capitão-mor de Pernambuco, Alexandre de Moura, o escrivão Tomé Domingues, com sua pena de pato, o tinteiro portátil, de chifre de boi, o areeiro de poalha fina, para enxugar a tinta. Houve um documento que atravessa tempo. O escrivão da Fazenda, Alfândega e Almoxarifado, Pero Vaz Pinto, Certifica que pregou as cópias do bando (edital) do Governador Geral do Brasil, Gaspar de Souza, no Forte dos Reis Magos e *preguei uma nas paredes da Igreja Matriz desta dita Capitania por não ter portas...*

A Matriz não tendo portas estava sempre aberta as orações.

Em setembro de 1631 as doze casas eram sessenta.

A Cidade do Natal sempre se chamou assim? *O auto de repartição das terras*, em fevereiro de 1614, declara, sisudo: *Cidade do natal do Rio Grande*. Os holandeses falam, quase unanimemente, na aldeia ou cidade do Natal. A carta geográfica de George Marcgrave registrou natal assim como os mapas de Johannes Vingboons, duas autoridades decisivas na espécie.

Houve nome anterior deixando vestígio na História e cartografia erudita. Cidade dos Reis. Frei Vicente do Salvador, escrevendo em 1627 a primeira História do Brasil, informado por seus irmãos de hábito, frei Bernardino das Neves e frei João de São Miguel, testemunhas da colonização do Rio Grande, registrou: *“Feitas as pazes com os potiguares, como fica dito, se começou logo a fazer uma povoação no Rio Grande uma légua do forte, a que chamam a cidade dos Reis”*. O mapa de João Teixeira, 1612, no *Livro que dá rezão de estado do Brasil* (fl. 36) fixou *Cidade dos Reis*. O Janvier de 1782, *Natal los Reys*. O Vougondy, corregido por Lamarche, *Natal los Reys ou Rio Grande*. O Zurneri de 1709, *Natal los Reys*. O Guilherme Sanson de 1679, *Natal ó los Reys*. O Marquês de Basto escrevendo em 1654 chama *cidade dos Reis*.

Também apareceu Cidade de Nova. O Lapie de 1814 cita *Ciudad Nova ou Natal* e se decidiu pela última na edição de 1820.

Surgiu a Cidade de Santiago em vez do Natal. Capistrano de Abreu escreveu: *“Melchior Estácio do Amaral, historiador do naufrágio da nau “S. Lago” diz que chamava-se cidade de Santiago a que se fundava no Rio Grande, e tinha três casas de pedra e cal”*. Robert Southey, fiado na mesma letra dissera semelhantemente: *“Recebera ele instruções para fundar ali uma vila, que, tendo a ordem emanado do governo espanhol, foi posta debaixo do padroado de Santiago, e chamada do mesmo nome, mas depois da revolução, reputando quiçá os portugueses aquele santo por demais votado aos interesses da Espanha, privaram-se do seu protetorado, chamando Três Reis a Povoação”*. Southey,

para maior confusão, cita João Rodrigues Colaço como encarregado de fundar o Forte dos Reis Magos.

Durante o domínio holandês Natal passou a ser *New Amsterdam*, Nova Amsterdã, ou simplesmente Amsterdã. Joan Nieuhof, contemporâneo dos fatos, ensina: “*Acima do Rio (Rio Grande) há uma cidade de pequena importância denominada Amsterdã*”.

Aires do Casal, em 1817, descobriu outro nome, Natalópolis. Diz a sua *Corografia Brasileira*, 2,161: – *Natal, Natalópolis, que se acha às vezes na história com o nome Cidade dos Reis...*

A Cidade guardou o nome mais bonito e fácil, Natal. Cidade do Natal.

E a situação da cidade, sua posição geográfica? A coordenada da rua Grande, praça André d’Albuquerque, onde se fundou a cidade, foi levantada em 1903 pelos comandantes A. Silvado e C. Castro: – Latitude, 5° 46’ 41”S; Longitude, 35° 12’ 24” WG. Não tivemos outra cidade além da que se ergue na rua Grande.

Há, em alguns historiadores, entre eles o grande Rocha Pombo, o registro de uma primeira Natal, convencendo-se dar nome e hierarquia de cidade ao acampamento de Mascarenhas Homem enquanto durou a construção dos Reis Magos. Mesmo assim é uma versão de dispensável presença na história. Os portugueses e indígenas iam sendo abrigados no forte na proporção do adiantamento do trabalho. Não há documento para afirmar-se uma transferência de povoação, do cimo do arrecife da barra para o chão elevado e firme onde, realmente, nasceu a cidade legítima. Não há vestígio. A cidade dos Reis é a mesma Cidade do Natal.

Southey escreve que a vila (do Natal) fora destruída pelo holandês e criada outra, possivelmente onde a história e a tradição indicam a Natal única. Southey: “... *destruída a vila não tardou a reerguer-se a alguma distância em lugar mais conveniente*”, IV, 415. A notícia é de Barléu: “*Fica aí a vila de Natal, de aspecto triste e acabrunhador pelas suas ruínas, vestígios da guerra. Deu-se permissão aos moradores de edificar nova cidade em lugar mais feraz e em sítio mais vantajoso, na freguesia de Potengi. À légua e meia de Natal vê-se o forte de Ceulen*”.

Se houve a permissão não houve o ato permitido. Não há exemplo de um só documento gráfico situando a cidade do Natal fora dos limites defendidos por sua tradição. É a indicação portuguesa da época e toda a holandesa, unânimes. As pequenas cartas topográficas batavas, *Veroveringe van Rio Grande in Brafil Anno 1633 e Afbeelainghe van t'fort op Rio Grande ende belegeringhe*, a primeira fixando a ação militar de dezembro de 1633 e a Segunda pormenorizando o terreno, registam *het Dorp vande Portugefen*, a aldeia dos portugueses correspondendo à parte da Cidade Alta, topônimo denunciador de sua origem.

(Capítulo do Livro "História da Cidade do Natal" de Luís da Câmara Cascudo membro fundador desta Academia)

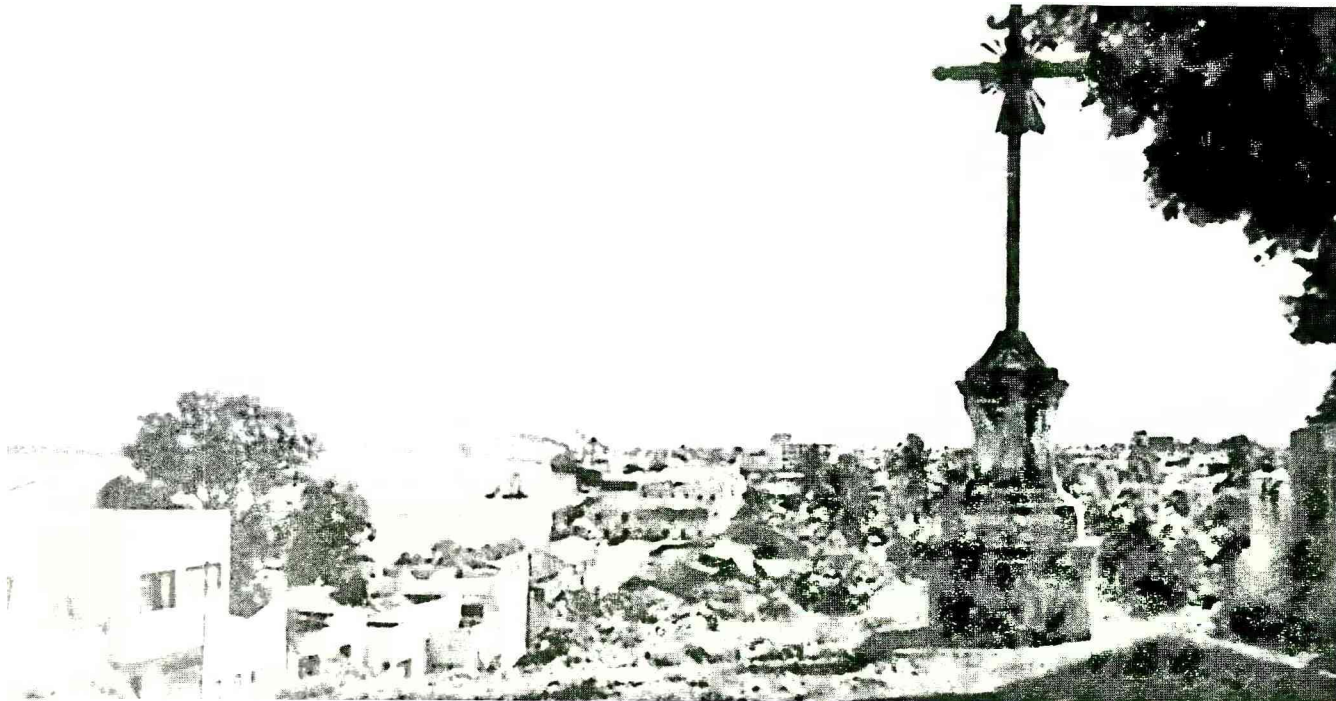
NATAL EM 1756

Domingos Monteiro da Rocha, Ouvidor da Paraíba, descreve que a Cidade do Natal tinha 400 braças de comprimento por 50 braças de largura, com 118 casas.

Os limites eram: ao norte o Cruzeiro que deu nome da Rua da Cruz, depois Junqueira Aires e hoje Luis da Câmara Cascudo; ao sul o Cruzeiro junto à Santa Cruz da Bica (margens do Potengi); a leste a atual rua da Conceição e a oeste a atual rua Santo Antônio e o Rio Potengi.

(História da Cidade do Natal, de Luis da Câmara Cascudo, 1a. ed. 1947)





Panorama antigo da Ribeira, Rocas, Redinha e Rio Potengi, fotografado das proximidades do Cruzeiro à frente da Igreja dos Negros do Rosário que era, então, o mirante principal da Cidade. Câmara Cascudo costumava visitar esse local com os amigos visitantes, principalmente nos fins de tarde.

NATAL EM 1864...

Olavo de Medeiros Filho

Em 1868 era publicado o ATLAS DO IMPÉRIO DO BRASIL, de autoria de Cândido Mendes de Almeida, no qual consta um mapa relativo à então província do Rio Grande do Norte. Encartadas no mesmo mapa, figuram uma planta de Natal e uma topografia do porto.¹ Pesquisas procedidas nos levaram a determinar o ano de elaboração do mapa: 1864, quando a província era presidida pelo Dr. Olinto José Meira.

De relance constata-se a existência, em Natal, de dois núcleos urbanos: os bairros da Cidade Alta e da Ribeira. Separando os dois bairros havia um alagado, conseqüência de um baldo, com cerca de 200 metros de extensão, construído na margem direita do Potengi, vizinho à atual Praça Augusto Severo. O alagado achava-se cortado por uma ponte, edificada no ano de 1732. Medindo cerca de 130 metros de extensão, a ponte, de madeira, fora construída sobre duas paredes paralelas, de pedra e cal, medindo cada uma quatro palmos de altura e outros tantos de largo. A ponte foi obra do mestre-pedreiro Antônio Correia, mediante contrato firmado com o Senado da Câmara do Natal (Auto de vereação de 18 de março de 1732).²

No tocante aos largos e praças existentes em Natal, o mapa estudado nos dá conta dos seguintes: a **Praça da Matriz**, mais conhecida como Praça da Alegria, hoje Praça Padre João Maria; a **Praça de Santo Antônio**, defronte à igreja do mesmo nome; a **Praça do Palácio**, hoje denominada de Praça André de Albuquerque; o **Largo do Quartel**, por detrás do atual Colégio Winston Churchill, estendendo-se até a Avenida Junqueira Aires de hoje; o **Largo do Rosário**, ao lado direito da igreja do mesmo nome.

As igrejas apresentadas no mapa correspondem às de **Nossa Senhora da Apresentação**, de **Nossa Senhora do Rosário**, de **Santo Antônio**, e do **Bom Jesus**, todas elas ainda existentes e em pleno funcionamento.

O mapa de 1864 também focaliza os prédios públicos, em número de onze: o **Palácio do Governo**, na Rua da Conceição, demolido em 1914 para ceder espaço à atual Praça Sete de Setembro; 2 – a **Assembléia Provincial**, que ocupava o 1º andar de um edifício (demolido em 1865), também na rua da Conceição, no ponto hoje ocupado pelo Palácio Potengi; 3 – a **Câmara Municipal**, cujo prédio foi derrubado em 1911, localizada no terreno hoje correspondente à casa nº 604 da Praça André de Albuquerque; 4 – a **Tesouraria da Fazenda**, cujo edifício foi demolido em 1875. Ficava no local onde hoje existe o Memorial Câmara Cascudo; 5 – a **Tesouraria Provincial**, ocupando o andar térreo do edifício da então Assembléia Legislativa; 6 – a **Alfândega**, na atual Rua Chile, no local onde se encontra a Capitania dos Portos; 7 – o **Atheneu**, no mesmo ponto onde hoje existe a Secretária Municipal de Finanças, na Avenida Junqueira Aires; 8 – o **Quartel de Linha**, demolido para construção do Colégio Winston Churchill, na atual Avenida Rio Branco; 9 – o **Quartel do Corpo Policial**, no mesmo terreno onde funcionou a Banco Nacional, na esquina da Rio Branco com a Rua João Pessoa; 10 – o **Hospital Militar**, onde hoje fica a Casa do Estudante, na antiga Rua Presidente Passos, atualmente Praça Cel. Lins Caldas; 11 – a **Cadeia**, que ocupava o andar térreo da então Câmara Municipal.

No bairro da Cidade Alta constatamos a presença de diversas ruas e travessas. Estas, que eram orientadas perpendicularmente em relação ao Rio Potengi, atingiam o número de cinco. A primeira dessas travessas, cujo nome não pudemos encontrar, correspondia à atual Rua Apodi (trecho estreito), ligando as atuais Avenida Rio Branco e Rua Padre Pinto. Tal travessa correspondia ao limite Sul de Natal. Ficava-lhe paralela a presente Rua Dr. Heitor Carrilho, que se estendia da atual Rio Branco à Rua Santo Antônio. O prolongamento dessa última travessa correspondia à atual Rua Expedicionário Rodoval Cabral, existente no oitão esquerdo da Igreja de Santo Antônio. Em seguida aparece a Rua João Pessoa de hoje, que tinha um curto percurso: da atual Rio Branco à Praça da Alegria. Seguia-se-lhe uma outra travessa, hoje denominada Rua Cel. Cascudo, que

também ligava a Rio Branco à Rua da Conceição. Ficava-lhe paralela, prolongando-se até as proximidades da Igreja do Rosário, uma outra travessa, hoje correspondente às ruas Ulisses Caldas e Dom Pedro I.

No sentido paralelo ao curso do Rio Potengi, verificamos a existência de algumas ruas. A Rua do Fogo, hoje chamada de Padre Pinto, que se estendia da atual Rua Interventor Rafael Fernandes até a travessa existente no oitão esquerdo da Igreja de Santo Antônio. A atual Praça André de Albuquerque também era conhecida como Rua Grande. As casas que formavam o lado Norte da praça, estendia-se até a Igreja do Rosário. Entre a Rua Grande e a Rua do Fogo, já se nota um trecho ocupado por casas, embrião da atual Praça João Tibúrcio. Paralela à Rua do Fogo, ficava-lhe ao sul a Rua Santo Antônio, que se prolongava desde o Rio do Baldo até a Praça da Alegria. A continuação da rua Santo Antônio, em direção à Ribeira, era representada pela Rua da Conceição, que principiava na Praça da Alegria, findando-se na atual Rua Ulisses Caldas. Descendo da Rua da Conceição para a Ribeira, havia a Rua do Aterro, também chamada de Rua da Cruz, a atual Avenida Junqueira Aires.

Ao leste das ruas de Santo Antônio e da Conceição, havia a antiga Rua da Palha, hoje correspondente às ruas Gonçalves Ledo e Vigário Bartolomeu. Seguia-se-lhe a Rua do Meio, hoje compreendendo as ruas Vaz Gondim e Dr. José Ivo. Finalmente a Rua Nova, atual Avenida Rio Branco, que assinalava o limite da Cidade, no sentido Sul. Nas imediações da Igreja do Rosário, já havia o embrião das atuais ruas Quintino Bocaiúva e Padre João Manoel.

Ao lado do Quartel de Linha, já tinha princípio a atual Rua Santo Tomé, antiga Rua do Quartel de Linha. Também existiam casas no chamado Caminho do Dr. Sarmiento, correspondente à atual Rua João da Mata, nas proximidades do prédio da Câmara e Cadeia.

No bairro da Ribeira já existiam os quarteirões que delimitam a Praça Augusto Severo de hoje, formando os seus lados Norte e Oeste. Também um trecho de casas, no local hoje correspondente à Travessa Aureliano Medeiros, em cujo final en-

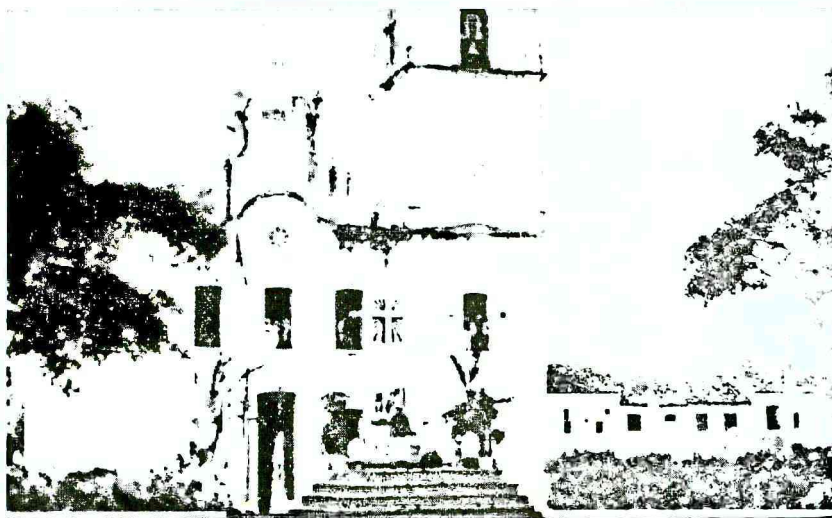
contrava-se o prédio da Alfândega. Acompanhando o leito do Potengi existia a atual Rua Chile, antiga Rua da Alfândega ou Rua do Comércio, que terminava à altura do Beco da Quarentena.

Paralela à Rua do Comércio ficava a atual Rua Dr. Barata, que se prolongava pela presente Rua Frei Miguelinho, que anteriormente correspondia à Rua da Tatajubeira. Esta ia até o Beco da Quarentena e Rua Ferreira Chaves (atuais). A Dr. Barata e a Frei Miguelinho eram cortadas pelas atuais travessas Argentina, Venezuela e duas outras, que as comunicavam com a Rua do Comércio. Um quarteirão foi mutilado, por ocasião da abertura da atual avenida Tavares de Lira, obra concluída em 1919.

Depois da Dr. Barata, seguia-se-lhe a Rua das Virgens, hoje Câmara Cascudo, que se comunicava com aquela, através da atual Travessa México e de uma outra passagem que foi absorvida pela Tavares de Lira. Em seguida vinha a antiga Rua do Bom Jesus, atual Avenida Duque de Caxias, a qual se comunicava com a Rua das Virgens através da presente Travessa José Alexandre Garcia. A Rua do Bom Jesus ligava-se à rua da Tatajubeira, através da atual Rua Nísia Floresta.

No encarte do mapa, na parte que trata da topografia do Porto de Natal, encontramos o Rego do Forte, nas proximidades da Fortaleza dos Reis Magos. Do outro lado do Potengi, divisam-se os esteiros do Jaguaribe e do Manimbu, além do Rio da Redinha, cuja barra ocorria no local hoje conhecido como Cemitério dos Ingleses. Ao sul do rio existia um Lazareto. Segundo informa o mapa de 1864, naquele ano Natal contava com 5.000 habitantes, o que indicaria a existência de cerca de 1.000 casas residenciais.

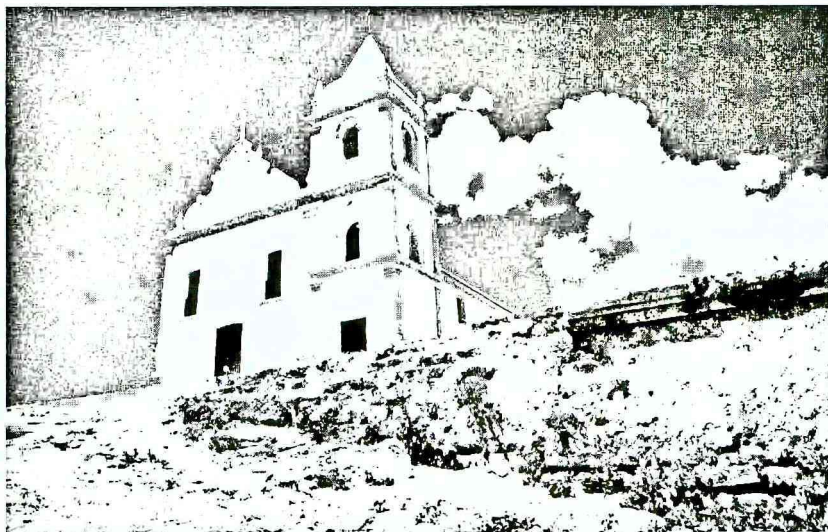
-
- (1) MENDES DE ALMEIDA, *Cândido*. Atlas do Império do Brasil;
 (2) LIVRO 4º de VERAÇÕES DO SENADO DA CÂMARA DO NATAL –
 1721-1735. Auto Vereação de 18.03.1732.



Igreja de N. S. da Apresentação

A 14 de setembro de 1896, bênção do Cruzeiro diante da Matriz. Em fevereiro de 1907 o Cruzeiro foi transportado para o adro da Igreja do Rosário.

(História da Cidade de Natal, de Luis da Câmara Cascudo, pag. 399).



Igreja do Rosário

NATAL QUATROCENTONA

*Murilo Melo Filho**

Conta-se que Manuel de Mascarenhas Homem, capitão-mor de Pernambuco, estava navegando pelo rio Potengi e ao chegar à sua foz, contemplou o Oceano Atlântico pela frente, olhou para o lado direito e disse a Jerônimo de Albuquerque, seu companheiro de viagem:

— Que belo lugar para uma cidade.

A comitiva de Jerônimo de Albuquerque, com Feliciano Coelho, fora acometida de uma epidemia de varíola, que matou vários dos seus integrantes.

Mas, exatamente no dia 6 de janeiro de 1598, começou a construção de um forte, à margem direita do Potengi e que inicialmente teve três nomes: dos Reis Magos, dos Santos Reis e dos Reis. Qualquer desses nomes era uma homenagem aos três homens que, guiados por uma estrela, chegaram até a gruta de Belém, para levar ouro, incenso e mirra ao Menino-Deus.

O projeto original do forte é do Padre Gaspar de Samperes – “mestre nas traças de Engenharia”- que, além de arquiteto e engenheiro, pertencia à Companhia de Jesus e que adotou a forma estrelada (para evocar a estrela que conduziu os três Reis Magos até aquela manjedoura), com um perímetro total de 240 metros, divididos em quatro face de 60 metros, cada.

Esse mesmo Padre Gaspar dirigiu a construção e conseguiu terminá-la após quase dois anos de intenso trabalho. Simultaneamente à construção do forte, com suas grossas paredes, suas viseiras, suas bases de apoio para os canhões que deviam dominar e guardar a entrada do rio, os portugueses tinham de executar uma ação de catequese dos indígenas locais, que estavam se dando muito bem na convivência com os franceses.

E a 25 de dezembro de 1599, há exatamente 400 anos, dedicado à natividade do Cristo, fundou-se a Cidade do Natal. Há dúvidas sobre quem foi o seu primeiro governador: se Jerônimo de Albuquerque, que já comandava o forte, ou se João Rodrigues

Colaço, em nome de quem aparece a propriedade de várias sesmarias.

A verdade é que o forte lá estava. E a cidade? A tarefa seguinte dos portugueses foi a de começar a erigi-la pouco a pouco.

Essa missão mal começava e já tinha de ser interrompida, porque, 34 anos depois, no dia 8 de dezembro de 1633, três navios holandeses desembarcaram na praia tropas que, após ligeira troca de tiros com os defensores locais, tomaram de assalto o forte praticamente indefeso e distante pouco mais de um quilômetro do ponto de desembarque.

Batizaram-no logo com o nome de Castelo de Keulen, em homenagem ao General Mathias de Keulen, diretor da Companhia das Índias Ocidentais e comandante em chefe dos conquistadores bátavos. O primeiro comandante holandês nomeado para o forte foi o tenente-coronel Joris Gardtzman.

Iniciaram eles a construção de uma nova cidade, a que deram o nome de New Amsterdam, e que não era a incipiente Natal de então, mas sim outro burgo, bem próximo dela, mas uns 6 Km distante do Forte de Keulen.

Seguiram-se na história de Natal os anos do domínio holandês, os massacres de Cunhaú e de Uruaçu, a era dos Capitães-Mores, dos Governadores e dos Presidentes de Província, os governantes republicanos, o governo comunista durante quatro dias, os regimes militares durante 21 anos e até os dias de hoje, quando Natal já está com quase 800 mil habitantes, uma população ainda inferior aquele teto-limite de 1 milhão de habitantes, que os suíços recomendam para os seus cantões, pois além desse limite começam os problemas de insegurança, tráfego, estacionamento, habitação, inchaço, favelas, etc.

Estão pintados de brancos os meios-fios das ruas, limpas, que se cruzam com avenidas largas, perpendiculares e transversais, pelas quais flui um vento permanente, vindo do mar. O calor natalense é suavizado por essa brisa constante, sobre a qual existe uma tese interessante sustentada pelo Prof. Gilberto Osório de Andrade, em conferência pronunciada a convite do então Prefeito Sylvio Pedroza.

Esse geógrafo pernambucano, muito citado pelo escritor Veríssimo de Melo, defende a tese segundo a qual, se percorrermos o paralelo em que Natal está situada, veremos que apenas na capital do Rio Grande do Norte existe vida humana.

No resto do mundo, mas sobre tudo no Saara africano, só há desertos, onde o homem não floresceu.

Em Natal, esse milagre se deve justamente aos ventos alísios, que sopram do mar sobre a cidade, tornando-a habitável. Do contrário, essa área seria mais um deserto.

Ai surge mais um fenômeno da natureza: as dunas, que impedem a invasão da cidade pelas areias das praias tangidas pelos alísios.

São as dunas benditas, salvas até agora da depredação ecológica, como se Deus quisesse proteger a cidade fundada, exatamente há quatro séculos, no dia do nascimento de Seu Filho.

Aquela pequena cadeia de morros, que se estende ao longo dos 9 km da Via Costeira, funciona como uma espécie de dádiva protetora a velar pela sobrevivência de Natal.

A extraordinária visão de Giácomo Palumbo, um arquiteto italiano, projetou Natal, em 1929, durante o governo do Prefeito Omar O'Grady, com avenidas largas nos bairro do Tirol e de Petrópolis. Previu-lhe essa amplidão numa época em que praticamente ainda não havia automóveis no Brasil e muito menos em Natal. Foi o primeiro plano urbanístico que se fez para as suas capitais brasileiras.

Essas avenidas, cujas demarcação nenhum prefeito seguinte teve coragem de alterar, e que foram marcadas na areia, aumentaram sua largura na proporção em que eram pavimentadas e urbanizadas. Elas tomaram o nomes dos presidentes da República (Deodoro, Floriano Peixoto, Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves, Afonso Pena e Hermes da Fonseca), e, perpendiculares, cruzam as ruas batizadas com os nomes dos rios do estado (Mossoró, Jundiáí, Apodi, Mipibu, Seridó, Trairi e Açu).

Entre o Atlântico e o Rio Potengi, que os portugueses insistiam em chamar Grande, mas que eram conhecido como rio

dos Camarões, na linguagem dos indígenas, a cidade tomou um grande impulso a partir da Segunda Grande Guerra, quando os americanos construíram a Base de Parnamirim, para reabastecimento dos aviões que demandavam a conquista da África e da Itália.

Foi nela que se encontraram, dentro do maior sigilo, os presidentes Franklin Roosevelt e Getúlio Vargas. O sigilo foi tão grande que nem as autoridades locais souberam do encontro.

A população, surpresa e desinformada, só tomou conhecimento dele, e assim mesmo, vagamente, quando as sirenes dos batedores cortaram o silêncio da cidade, ao conduzirem os dois presidentes do navio ancorado no rio Potengi, onde conversaram, até a base de Parnamirim, onde embarcaram de volta a Washington e ao Rio de Janeiro.

A construção dessa base fora iniciada pela FAB em 1942, quase ao mesmo tempo em que a Marinha começava, na área do Refoles, a construção da sua Base Naval, confiada ao Almirante Ari Parreiras.

Do outro lado da Base Aérea Brasileira, os americanos começaram a construir o seu próprio campo de pouso e decolagem, com pista de 3 mil metros de extensão, onde podiam pousar três aviões ao mesmo tempo. E em qualquer ponto onde parassem, ali mesmo reabasteciam e dali decolavam no rumo da África.

O combustível vinha através de um *pipe line*, de 21 km de extensão, que começava nos tanques dos navios ancorados no porto e terminava embaixo das pistas de decolagem. Em pouco mais de um mês, os 20 km que separavam Natal de Parnamirim haviam sido cobertos por asfalto numa moderna rodovia.

Conta-se que o Presidente Roosevelt, naquele seu encontro com o Presidente Vargas, em Natal, quis saber o custo daquela obra e ao ser informado dele, comentou:

— Foi muito barato. Sem esta Base, as nossas operações seriam muito mais difíceis e mais caras.

A grande concentração em Natal de soldados, marinheiros e aviadores brasileiros e americanos, chamou a atenção do Brasil e do mundo para sua localização estratégica e vital, como ponto mais avançado sobre o Atlântico.

A mentalidade dos natalenses e, sobretudo, das natalenses abriu-se muito a partir desse encontro dos americanos com centenas de oficiais brasileiros do Exército, Marinha e Aeronáutica. Muitos deles casaram-se com moças locais e desse entrosamento resultou uma abertura sadia de concepções, estilos e modos de vida. Alargou-se o horizonte para além dos limites aos quais, até, então se circunscrevia a vivência local.

Em 1940, Natal já era uma cidade de 50 mil habitantes, que iria enfrentar os anos duríssimos da Segunda Grande Guerra.

Mas, já era a Cidade do Sol: a lapinha, a pastorinha, a cidade presépio. Cidade menina, cidade mulher, dengosa e faceira, quase erótica e sensual. Cidade de Mestre Luís da Câmara Cascudo, dos bairros típicos (Ribeira, Alecrim, Baldo, Lagoa Seca, Carrasco, Quintas, Rocas, Canto do Mangue, Tirol, Petrópolis, Cidade Alta, Bairro Vermelho). Cidade das praias lindas (Ponta Negra, Pirangi, Areia preta, dos Artistas, do Forte, da Redinha, de Muriú, Genipabu, Jacumã, Pititinga, Zumbi, Cotovelo, Pirangi do Norte e do Sul).

Cidades dos mares de sargaços, dos pescadores corajosos, das dunas brancas e selvagens, dos cajueiros enfeitados, das mangueis exóticas, dos coqueirais luxuriantes. Cidades dos lugares tradicionais (Grande Ponto, Reis Magos, Natal Clube, Majestic, Mercado, Rex, Royal, São Luís, Cova da Onça, Rua Chile, Dr. Barata, Tavares de Lira, Rio Branco, a Limpa, a Corrente, Aero-Clube, América, ABC), Cidade sentinela avançada do Brasil no rumo da África. Cidade heróica, que resistiu aos holandeses e que iria transformar-se no Trampolim da Vitória. Cidade cais da Europa, traçada e planejada num projeto genial.

Cidade de atrações turísticas (Carnatal em dezembro e Carnaval em fevereiro, Forte dos Reis magos, Cidade da Criança, as dunas de Genipabu, as praias de Maracajaú, Maxaranguape, Caraúbas, Porto Mirim, e Zumbi, no litoral norte; de Tabatinga, Baía Formosa, Cunhaú, Camurupim, Tibau do Sul, Búzios, da Pipa, de Barreta, no litoral sul; o Teatro Alberto Maranhão, o Museu e o Memorial de Câmara Cascudo, o Centro de Convenções, a Via Costeira, a velha Catedral, a Igreja do Rosário, a Casa de Detenção e o Centro de Turismo, shows em ca-

sas especializadas, festas juninas, a travessia do Potengi, o maior cajueiro do mundo). Cidade de gente agradável, cativante e hospitaleira.

Já se disse que Natal não é uma cidade, mas sim um estado de espírito com um charme de simpatia e um povo receptivo, que trata os turistas como amigos fraternais e aos quais têm um prazer todo especial em mostrar as suas belezas e atrações.

Nesta ensolarada esquina do Brasil, milhares de turistas argentinos, italianos, franceses, americanos e brasileiros estão descobrindo um novo paraíso, com sol e mar. Sobretudo com sol, cuja luminosidade abençoa Natal em 300 dias por ano.

Palmyra Wanderley, a grande acadêmica e poeta potiguar, assim saudou a cidade:

— Eu te saúdo, ó Natal! Terra bíblica, cheirando a incenso das oferecidas de Belém.

Cidade lapinha, antiga e lendária dos Reis Magos, povoado simbólico de Jerônimo de Albuquerque, fundado no dia 25 de dezembro de 1599, como quem planta uma árvore cheia de sonhos e esperanças.

— Terra minha, incomparável e grandiosa! Terra minha, encantada e sonora!

— Terra moça e sadia, terra vermelha e quente, arroxeadada de morros tropicais e de colinas floridas, que branqueiam ao longe em dunas alvejando as praias.

— Tu és mãe na doçura do teu regaço morno, na encarnação sublime dos teus filhos ilustres, dos teus mártires, dos teus heróis, dos teus sábios, dos teus poetas.

— Sou espuma de tua vaga, sou galho da tua árvore, sou gemido de tua mata, sou sangue dos teus corais.

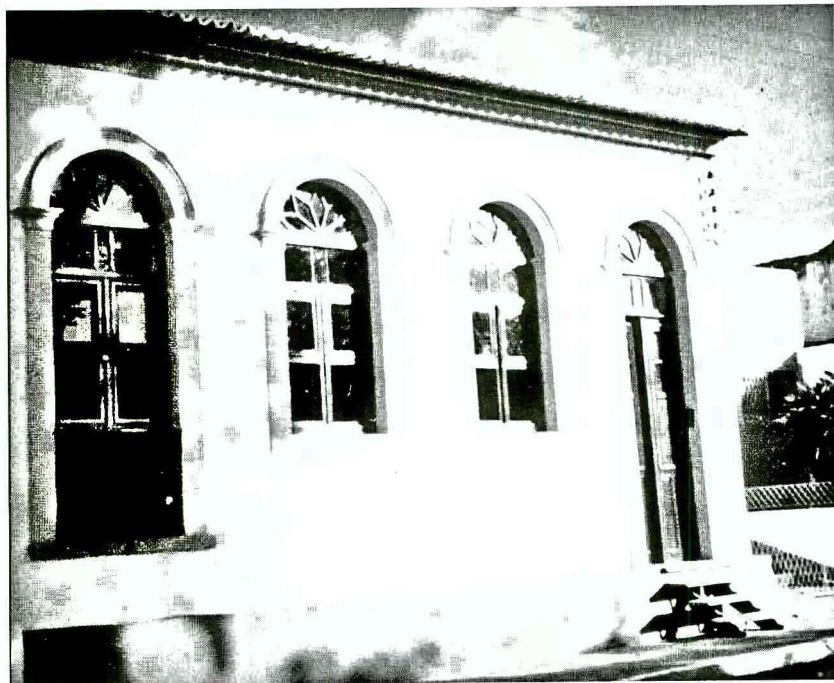
— As tuas ondas me ensinaram o ritmo de vida, nas águas do Potengi, o teu rio lendário.

Num verso em homenagem à sua **Terra Mater**, assim também escreveu o poeta e acadêmico Ferreira Itajubá:

— *Natal é um vale branco entre coqueiros.
Logo que desce a luz das alvoradas
Vão barra a fora as velas das jangadas
Cessam no potengi as trovas dos barqueiros”.*

*Quem vem a Natal não a esquece jamais.
Quem sai de Natal sempre se lembra dela.
Porque Deus, quando criou o mundo, certamente deve ter
caprichado nos cenários desta terra querida, dando-lhes
contornos e paisagens de uma beleza incomparável.*

(Da Academia Brasileira de Letras, da Academia Norte-rio-grandense de Letras, da Associação Brasileira de Imprensa, da União de Escritores Brasileiros e do Pen Clube do Brasil).



**INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E
ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN - 4º COORDENAÇÃO
REGIONAL - 3º SUB-REGIONAL II - NATAL-RN**

HISTÓRICO

A sede da 3ª SR II – IPHAN, vinculada a 4ª CR, conhecida como a casa do padre João Maria, acha-se localizada na Rua da Conceição, nº 603, Cidade Alta – Natal.

Até o ano de 1700, existiam em Natal apenas duas ruas: a da Cadeia e aquela que era chamada O Caminho do Rio de Beber Água, constituído pelas atuais ruas da Conceição e Santo Antônio. Aquele rio de beber água era o antigo Tiuru, Tissuru, Da Cruz ou do Baldo.

Não foi possível precisar a data de quando foi edificado o primeiro imóvel no terreno correspondente a atual Sede da 3ª SR II . É provável que a construção primitiva date do início do século XVII, pois foi possível identificar, durante as recentes prospecções arqueológicas ali realizadas, que a parede da fachada posterior do prédio foi construída em alvenaria de pedra e cal. Na referida parede existe, um vão com três metros de largura, onde havia uma porta, que na época só justificaria tamanha dimensão em um prédio destinado a empório ou armazém.

Nos livros de Registros de Concessão de Terras do Senado da Câmara do Natal, existem referências, a partir de 1731, de um armazém situado na atual rua da Conceição. Outra informação encontrada nos mesmos livros, a cerca do terreno onde está localizada a Casa do Padre João Maria, data de 06 de Agosto de 1825, quando o Senado da Câmara do Natal fez a doação de uma data ao Senhor Agostinho Leitão de Almeida, “na rua da Conceição, na parte do poente, junto à casa do capitão José Alexandre”. A residência do referido Capitão Corresponde ao Sobradinho, onde atualmente funciona o Museu Café Filho.

Em 07 de agosto de 1881, o Padre João Maria tomou posse na freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, em Natal. À época, aquela residência da rua da Conceição serviu de pousada ao então pároco da Matriz. A presença do padre na casa ficou guardada na memória daqueles que com ele conviveram. Depois de algum tempo residindo naquela casa, o padre transferiu-se para o consistório da igreja.

No início do século atual, a casa pertencia ao comerciante Guilherme Lettieri. Em 1927, foi ela adquirida por Dona Clara Maria Soares de Araújo, que nela fixou residência juntamente com uma irmã e a mãe, até seu falecimento, em 1975. D. Clara deixou o imóvel como herança para os sobrinhos que, em seguida, venderam aos proprietários da Casa Rio. Passou a funcionar ali um depósito da loja.

Em 1987, o imóvel foi adquirido pela fundação Pró-Memória, com a finalidade de instalar o Escritório Técnico do SPHAN/ pró-memória, em nosso Estado. Os novos proprietários procederam a restauração do prédio, que na ocasião encontrava-se em

péssimo estado de conservação. Tal restauração foi realizada através de convênio com a Fundação José Augusto, entidade executora das obras. Com a conclusão dos serviços, a casa foi reinaugurada em 28 de março de 1988. O imóvel foi tombado a nível estadual em 22 de dezembro de 1990. Em seguida, o Escritório Técnico transformou-se em Sub-Regional do SPHAN, subordinado a 4ª Coordenação Regional, sediada no Ceará.

A instituição permanece naquela casa, com atual denominação de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – cujos objetivos são mesmos: identificar, restaurar, preservar e divulgar o patrimônio histórico-cultural do Rio Grande do Norte.

PATRONO

O Padre João Maria Calvacanti de Brito era filho do Capitão Amaro Soares de Brito e de Dona Ana de Barros Cavalcanti, tendo nascido em 23 de junho de 1848, na fazenda Logradouro do Barro, na época, território municipal do Caicó; hoje, Jardim de Piranhas. A fazenda pertencia aos avós maternos da criança. Aos 13 anos de idade, João Maria ingressou no seminário de Olinda, Pernambuco, onde iniciou o seu curso eclesiástico. Concluiu os estudos de teologia em Fortaleza, onde também recebeu ordens sacras, conferidas pelo bispo diocesano do Ceará, Dom Luís Antônio dos Santos, em novembro de 1871.

Em 10 de dezembro do mesmo ano, o padre João Maria rezava a sua primeira missa na matriz de Sant'anna do Caicó. No mesmo ano, foi nomeado padre-coadjutor da freguesia do Caicó, tendo fixado residência na povoação de Jardim de Piranhas, local onde moravam seus pais. Após 5 anos de permanência naquela povoação, o padre João Maria foi para Santa Luzia do Sabugi, na Paraíba, na qualidade de vigário-interino. Em seguida, ele foi vigário de Acari. Em 07 de agosto de 1878, devidamente aprovado em concurso, João Maria foi nomeado vigário-colado de Papari (atual Nísia Floresta/ RN).

Em 1881, o padre José Hermínio da Silva Borges, vigário de Natal, propôs ao padre João Maria a permuta das freguesias, proposta que aprovada por Dom Vital, o bispo de Olinda. Então, aos 07 de agosto do mesmo ano, o padre João Maria tomava posse na freguesia de Nossa senhora da Apresentação, em Natal.

O Padre foi um batalhador incansável. Regeu a paróquia da Nossa Senhora da Apresentação durante 24 anos, honrando o Clero e conservando as mais puras intenções de servir ao próximo. Despojou-se de todos os bens materiais, tendo vivido entre os pobres, favorecendo e amparando os mais necessitados. Sendo diabético, o excesso de trabalho exauriu sua vitalidade, conduzindo-o a uma morte precoce.

No dia 16 de outubro de 1905, aos 57 anos de idade, faleceu o abnegado padre João Maria, na casa em que morava, no antigo Sítio Belo Monte, no alto de Petrópolis, em Natal. Naquele local, posteriormente, foi erguido um templo: a Igreja de Nossa Senhora de Lourdes.

RESTAURAÇÃO

As obras de restauração realizadas na sede da 3ª SR II – IPHAN/RN, iniciadas em 22 de dezembro de 1995, foram executadas pela empresa UM Construções LTDA, sob a responsabilidade e fiscalização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Os serviços programados consistiam basicamente no retalhamento, revisão nas esquadrias e instalações elétricas, remoção e recomposição de reboco, renovação de forro e pintura geral.

A remoção do reboco permitiu uma análise melhor do prédio. A revelação de vestígios arquitetônicos relevantes durante as obras, forçaram o IPHAN/RN a uma mudança de diretriz.

A arquiteta e diretora da 3ª SR II – IPHAN/RN, Jeanne Fonseca Leite Nesi, diante da possibilidade de perder uma oportu-

tunidade ímpar de informar diversas etapas construtivas do edifício, solicitou os serviços do arqueólogo Paulo Tadeu de Souza Albuquerque, do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

A arqueologia fundamentou e permitiu o direcionamento da restauração, facilitando a decisão da arquiteta, quanto a definição de medidas a serem adotadas em relação a elementos de períodos construtivos anteriores.

Nessa restauração, optou-se pelo interesse informativo. O arqueólogo sugeriu deixar as evidências à mostra, na própria edificação, transformando a sede do IPHAN/RN em um exemplar didático da arquitetura civil – a história viva da evolução urbana da cidade do Natal. Na fachada principal, a primeira revelação foi confirmada através de uma fotografia do início do século atual, publicada em 1981, no livro “380 Anos de História Foto-Gráfica da Cidade de Natal 1599-1979”, do arquiteto João Maurício Fernandes de Miranda. A mesma fotografia também viria a confirmar o que já fora identificado nas prospecções: a existência do beiral colonial, no lugar da platibanda neoclássica.

Optou-se pela reconstituição do beiral e do acesso original, passando hoje a ter função de janela rasgada, pela impossibilidade de reconstituí-lo como porta de entrada.

As cores das paredes, cimalthas, esquadrias e cercaduras, bem como dos elementos internos da casa foram definidos a partir de uma estatigrafia cromática em suas alvenarias e esquadrias.

Ao remover-se o reboco da fachada posterior, verificou-se a grande revelação – a parede foi toda construída em alvenaria de pedra e cal, onde evidenciou-se uma grande porta de serviço, cujo vão apresenta três metros de largura, com os marcos de pedra e chumbadores para fixação de grandes dobradiças. Removido o entaipamento, para liberação do grande arco, identificou-se uma outra porta, de menor tamanho, que daria acesso a um dos cômodos internos.

A descoberta do grande arco motivou uma exaustiva pesquisa histórica nos velhos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico/RN. Nos livros de Registro de Concessão de Terras do

Senado da Câmara do Natal, existem referências, a partir de 1731, da existência de um armazém situado na atual rua da Conceição. Tratava-se do “ARMAZÉM REAL DA CAPITANIA DO RIO GRANDE”.

Em 02 de julho de 1731, Bernardo da Costa era beneficiado com uma data de terra localizada “do Cunhau da Igreja matriz, correndo pela rua adiante, fronteira do Armazém ...”. Em 23 de novembro de 1741, o Capitão Antônio Pimentel de Melo, “queria fazer suas casas apegadas ao Armazém de sua Majestade ...”. Tudo leva a crer que o Armazém Real teria sido edificado no terreno atualmente ocupado pela sede da 3ª SR II do IPHAN. Ademais, somente uma edificação destinada a funcionar como armazém justificaria a enorme quantidade de material arqueológico encontrado na casa, que remonta ao século XVI.

Com a conclusão das obras, o Salão Nobre da Casa foi transformado em Galeria com exposição fotográfica de todos os bens tombados pelo IPHAN no Rio Grande do Norte. A Casa passou também a funcionar como um espaço cultural, aberto aos artistas plásticos e intelectuais do Estado, que desejem expor suas obras de arte ou fazer lançamentos de livros

(Texto de um prospecto de divulgação do IPHAN em Natal).*



**O Pensamento
Acadêmico Sobre
Vários Temas**

A MÚSICA E SUA EVOLUÇÃO

José Melquíades

Sua origem na mitologia

Tudo começa com a lira de Apolo. O nome Apolo, era grego. **Foibos Apólón** – luz da vida. Apolo era o deus do sol e se confundia com o próprio sol. Era filho de Júpiter, em grego Zeus, o mais poderoso dos deuses. Era o mais radiante dos imortais do Olimpo. Os mitólogos afirmam que Apolo foi o inventor da lira. Presedia ao concerto das musas, no monte Parnaso, e os acordes suavíssimo tirados de sua lira eram o encanto dos festins dos deuses. Mársias, seu contemporâneo, foi outro famoso músico da Tessália. Foi ele o primeiro a musicar os hinos dedicados aos deuses. Tocava divinamente sua flauta a qual se lhe atribui sua invenção. Um dia teve a imprudência de desafiar Apolo. Houve uma competição pública onde se apresentaram os dois campeões da música olímpica, a mais renhida disputa de talentos musicais. Apolo venceu, mas não convenceu. Amarrou seu rival a uma árvore e o esfolou vivo. Matou-o impiedosamente. Arrepentido, rompeu as cordas da lira juntamente com a flauta de Mársias e colocou os dois instrumentos num antro dedicado a Baco, o deus do vinho; e daí começaram as bacanais ou as orgias das bacantes. Bacante, inicialmente, era a sacerdotisa que celebrava os mistérios de Baco.

Hermes, nome grego de Mercúrio, filho de Júpiter e irmão de Apolo, da carcaça de uma tartaruga fez uma lira. Com sete tripas de ovelha fez as cordas. Era o deus dos comerciantes e ladrões. Um dia roubou o rebanho do irmão. Descoberto o furto de 40 reses, Apolo resolveu matá-lo. Diante do poderoso deus, Hermes dedilhou alguns acordes na sua lira testuda e Apolo, que era muito sensível à música, embeveceu-se e o perdoou.

Outro famoso músico da Tessália, naquele tempo, foi Orfeu também conhecido como poeta e teólogo. Segundo a mitologia,

é ele o inventor da lira de nove cordas. Tocava esse instrumento com tanta habilidade e perfeição que os pássaros e as feras se reuniam para ouvi-lo. As árvores e os rochedos o escutavam e acompanhavam os ecos dos acordes. Os rios paravam o seu curso e as cascatas silenciavam para escutá-lo. Os ventos suspiravam. Perfeição igual é impossível.

Como teólogo é responsável pelo orfismo, religião imposta na Trácia, e dominante na Grécia no século VI a.C. Esposava a crença de que a vida terrena é uma simples preparação para um plano mais elevado. Muitos atenienses sabiam de cor os hinos religiosos feitos por Orfeu e cantados na celebração dos mistério órficos.

Pã, o deus nacional das montanhas e florestas, apareceu num hino órfico como filho de Mercúrio. Pã era também adorado pelos pastores. O nome grego **pan** significa tudo e daí o **pandemonium** de Milton e o **terror pânico** dos que se amedrontam com tempestades e trovoadas, afora o pânico generalizado. Era um deus cabeludo e barbado com pés de cabra e chifres de bode. Uma divindade capricórneia. Foi ele o inventor da flauta de sete tubos. Os pais de Platão consagram o filho a esse deus capro. Nas suas danças, costumavam gritar exageradamente e os berros soltados na floresta assombavam a natureza e daí a origem do terror pânico.

A vaidade não é privilégio dos cristãos batizados. Entre os deuses essa vã qualidade (**vanitas**) existia e persistia. Movido por esse orgulho frágil, Pã teve a ousadia de preferir a sua flauta à lira de Apolo. Num certame musical escolheu Midas para juiz. Midas atribuiu a vitória ao semicapro. Apolo vingou-se transformando as orelhas de Midas em orelhas de burro, orelhas grandes e peludas. Para escondê-las, Midas inventou o barrete frágio e logo o disfarce foi descoberto pelo barbeiro Canes. Barbeiro não guarda segredo por muito tempo. Como não podia confessá-lo publicamente, dirigiu-se para o campo, abriu um buraco na terra e desabafou: **rex Midas habet aurículas asni** – o rei Midas tem orelhas de burro. Fechou o buraco e retirou-se tranqüilo. Sobre o buraco adubado com o segredo elevou-se um caniço e quando o vento soprava, as folhas gladíferas repetiam a cantilena

indesejável. Canas morreu de incontrolável doença, mas o caniço e o canavial continuam até hoje. Apoleio, no seu **Asno de Ouro**, ironizou os curtos de inteligência com essa invectiva – **aurículas asini qui non habet ?** – orelhas de burro quem não tem? E daí a necessidade de muitos imortais se protegerem com o barrete frígio. Mas a música persistiu com mais suavidade. Pã não sofreu punição pelo arbítrio.

Anfião, rei de Tebas, recebeu de Apolo uma lira e se fez poeta musical. Era irmão gêmeo de Zeto e os dois, instalados no trono, resolveram fortificar a cidade com sólidas muralhas. Zeto carregava nos ombros pesadas pedras para a construção. Para encorajá-lo, Anfião tocava a lira. Para espanto de ambos, as pedras se deixaram levar pela suavidade da música e rolavam sozinhas até o lugar da muralha; e assim, pedra sobre pedra, ao toque dos acordes líricos, consumaram a construção. A lira de Anfião tinha a mesma magia sonora daquela de Orfeu.

As Musas

No Olimpo dos deuses, habitavam as 9 musas filhas de Zeus e Mnemósine – a Memória. Organizaram um coral presidido por Apolo, o que se chamou o **coral das musas** ou **coral das 9 irmãs – choraule novem sororum Phoebi**. Seus cantos harmoniosos eram o encanto do Olimpo. Cada uma delas possuía um atributo. Terpsícore era a deusa da dança e tinha como atributo as flores e a lira. Calíope, a musa da poesia épica ou heróica, era detentora da trombeta, em latim **tuba**. Érato, patrona da poesia lírica, seus atributos eram as rosas e uma lira. A música e a poesia sempre viveram irmanadas em torno das Musas. A palavra música vem do grego **mousik**. Origina-se de **moussa** (muse) **musa**. De **mouse** procedem museu (**musaeum**) e o templo das musas. **Musea mele** era um canto harmonioso. Na Alexandria dos Ptolomues, museu era a biblioteca. Nessa seqüência, Museu (Musaeus) era um poeta lendário do tempo de Homero, contemporâneo de Orfeu. Alguns mitológicos afirmam ter ele sido mesmo discípulo de Orfeu e primeiro sacerdote dos mistérios elêusines em cujas iniciações cantava os hinos compostos pelo mestre.

Quando Ptolomeu I, servidor de Alexandre, fundou em Alexandria, um templo de arte, deu-lhe o nome de **museu** dedicando-o às musas inspiradoras da sabedoria. Esse museu foi a primeira universidade do mundo. Baco, o deus do vinho, tinha muitos apelidos. Um deles era **músico**, em alusão às musas. Em suas festas, destacavam-se as virgens chamadas **canéforas**, virgens de famílias ilustres. Moravam no templo de Minerva, a deusa virgem, inventora das artes, a divindade da sabedoria. Nas horas vagas tocava a lira inventada por Apolo. Seu templo, o Partenão, em grego **Parthenós**, significa a virgem. As festas das quais participavam as **canéforas** chamavam-se **caneforias**, em grego, **kaneon** – cesto de vime – **phoreon** – carregar. Fantasiam-se à maneira momesca e carregavam cestinhas cheias de flores e serpentes domesticadas. No cortejo, figuravam homens fantasiados de Silenos, Sáritos e Pãs. Momo era o deus das zombarias e dos gracejos, da sátira e da alegria, do riso e da pilhéria. E assim desfilavam as **canéforas**, com músicas e danças, a primeira manifestação dos carnavais futuros. Eis um pouco da história da música dentro da mitologia grega; e eis onde se originou o carnaval.

A Música e o Ritmo

O verso musical gerou o ritmo, em grego **rhythmós** – movimento regular. Esse ritmo, às vezes, era cadenciado pelos pés, como na poesia latina, pelo mesmo motivo, o verso era medido pelo pé. A palavra verso, em latim **versus**, significa sulco lavrado ao arado. **Versura** era a extremidade do rego, lugar em que os bois voltavam com o arado. Da agricultura vem a poesia, o canto do campo. **Boukólicos**, em grego, **bucolicus**, em latim: pastoral, o que se refere à vida dos pastores. Do radical grego **bous** – boi - vem a boiado e o aboio: canção do vaqueiro. Como a poesia rústica ou bucólica nasceu no campo, seu ritmo era feito com os pés, em latim **pes, pedis**. Nessa seqüência desenvolveu-se o **carmen** (cammen) do verbo **cano**: cantar, canção, poema cantado. E no compaço do pé (**pedis**) desenvolveu-se a métrica. Ênio, que redigiu versos hexâmetros à maneira dos gregos, escreveu nos seus **Annales** (acontecimentos do ano):

Musae, quae pedibus magnum pulsatis Olymum – Ò Musas, que com vossos pés fazei pulsar o vasto Olimpo. Na evolução do canto acrescentava-se o “acento musical” - ~**accentus** – corrutela da **ad cantum** – para o canto musicado. Desse modo, o canto, o verso, o acento e a métrica eram versos (sulcos) cadenciados com o pé, o que deu sílaba (syllabe) breve e longa – o som formado pela voz. E assim se desenvolveram a música, o verso, a poesia e o canto: a bucólica e o idílio (eidyllium – idyllium) poema pastoral.

Que venha da Grécia ou de Roma, da China, do Japão ou da Índia, a música e a poesia resultam no mesmo: um sentimento ou uma manifestação de alegria nascida do íntimo da alma. Santo Agostinho, no seu trabalho **De música**, define a música **como ars bene modulandi, et sciencia modilandi** – a arte e a ciência da modulação. Emprega a palavra **modulandi** (do verbo **modulor**) no sentido de **medir** – a cadência de medir ou marcar o ritmo: harmonizar os sons. Para Santo Agostinho, a música tinha um sentido moral – **bonae artes animi et corporis** – virtudes da alma e do corpo. A palavra latina **ars, artis**, quando usada no plural (artes) tinha sentido de musas: **chorus artium** – o coro das musas.

Como as musas eram as protetoras da música, da poesia, da filosofia, da ciência e das artes, eis o sentido de como Hipócrates concebeu a medicina: **ars longa, vita brevis**. Correto. Na verdade, a arte de curar não dura para sempre: cedo ou tarde o paciente morrerá. Sêneca o imita, no **seu De brevitae vitae** ao dizer: **vitam brevis esse, longam artem**. Sêneca foi muito fiel ao que escreveu: encarregou-se de abreviar a sua própria vida. Quanto ao alongar a arte, não faz muito sentido aos sentimentos de Nero de quem foi conselheiro. Quanto este imperador fez sua estréia como cantor, valendo-se de um provérbio grego, repetiu sem nenhuma cerimônia: **musicae occultae nullum esse respectus** – para a música oculta não há respeito. Embora essa informação seja desprovida de qualquer arte, pelo menos tem um sentido prático: música é para ser exposta, divulgada, cantada e não para ser recalçada. Já era provérbio muito antigo usado por Cervantes, no seu Dom Quixote: **quien canta sus males espanta**.

Não podemos aplicar a Nero ou a Sêneca o vigor do aforismo latino: **ars gratia artis** – a arte em razão da arte. **Musica mentis medicina moeste** – a música é o remédio da mente perturbada, lê-se num cânone sobre a melancolia. **Donde hay musica no puede haber cosa mala**, escreveu Cervantes. Nos desesperos de Jó, há esta consolação: **cum laudarent simul astra matutina, et iubilarent omnes filii Dei** – quando as estrelas da manhã juntas cantavam alegremente, rejubilavam todos os filhos de Deus. Eis aí toda a inspiração de **la musique céleste** entendido por Montaigne. E Emerson complementou: **music is the poor man's Parnassus**. O Parnaso, alta montanha da Fócida, era uma das moradas das musas. **Candidae musarum ianae** – as portas que se abrem para as musas são imaculadas. Eis aqui, em linhas gerais, a história da música, seu ritmo e sua evolução.

NUNCA 13 PESSOAS À MESA

José de Anchieta Ferreira

Em “Superstição no Brasil”, Câmara Cascudo diz ser o 13 um número fatídico em todo o mundo cristão. E cita um exemplo que lhe fora contado pelo Ministro Oliveira Lima, paraninfo da primeira turma de diplomadas da nossa Escola Doméstica, sobre um jantar de que participara em Bruxelas. “Um dos convivas saiu à procura de amigo para evitar sentarem-se 13 pessoas à mesa, enquanto os 12 diplomatas aguardavam”. Igual superstição Cascudo observou em Portugal, num jantar com jornalistas e professores. Um dos convivas serviu-se numa mesinha ao lado. “O mesmo presenciei em Vigo, Montevidéu, Rio de Janeiro e Recife”.

Nas “Memórias de um Soldado Errante” Wiston Churchill recorda um episódio da mocidade que lhe provocara profundo constrangimento. Recebera um convite para participar de um banquete em homenagem ao Príncipe de Gales, futuro rei da Inglaterra. Grande honra para um simples primeiro-tenente. Naturalmente o convite fora para o filho de Lord Randolph Churchill, figura proeminente na política, ex-líder na Câmara dos Comuns e Ministro das Finanças e, portanto, neto do Duque de Marlborough.

Pela velocidade que o cocheiro imprimia à carruagem, que o apanhara na estação, compreendeu que uma crise o aguardava. É que, para a homenagem, o tenente fora de trem, que atrasara quase meia hora. Encontrou, reunidos num canto do vasto salão iluminado, os convidados, que lhe dirigiam olhares de reprovação. E o pior foi a indagação do Príncipe, fitando-o com a maior severidade: “Não lhe ensinam pontualidade em seu regimento, Winston?” E eu, um rapazola, sentia-me isolado, como um réu desamparado.” Não demorou o tenente a compreender o motivo da desastrada recepção. “Ora, conhecia-se muito bem o preconceito da família real britânica contra sentarem-se 13 pessoas à mesa. Sabido o número de comensais, o Príncipe de Gales se recusava categoricamente a iniciar o basquete ... Foi um mo-

mento horrível ! Passamos à sala de jantar, aos pares, e sentamos à mesa: éramos quatorze.”

O ditador italiano, Benito Mussolini, habitualmente contava o número de pessoas às refeições. “Inúmeras vezes, Romano ou Ana Maria foram comer na cozinha” (“Mussolini Sem Máscara”- Rachel Mussolini).

Foi o que fez o Dr. Américo de Oliveira Costa na sessão da Academia de Letras do RN em 6 de maio 1988. Ladeando a mesa da presidência, contou 13 acadêmicos, E, entre todos, era ele o mais idoso. Quinze dias após, Veríssimo de Melo o assusta com a notícia do súbito falecimento de Gumercindo Saraiva, um dos 13 acadêmicos da sessão que tanto o preocupara.

IV

Novos Acadêmicos

DISCURSO DE POSSE DE DORIAN JORGE FREIRE

Senhor Presidente

Senhores Acadêmicos

Ao cabo e ao fim, eis-me aqui. Juro que nunca a honra acadêmica esteve meus sonhos e propósitos. A idéia é a de responsabilidade de um exercício na clínica de terapia da doutora Luzia Cláudia Praxedes Arcanjo, em Mossoró. Conto como foi.

A tarde escorria igual, como de hábito. Eu procurava sem maior alento estender o corpo sobre os brancos lençóis, quando entram na pequena sala, Vingt-un Rosado e João Batista Cascudo Rodrigues. Não lembro se desejaram boa tarde. João falou pelos dois e me intimou a ser candidato à cadeira acadêmica vaga com a morte de Dr. Mário Moacir Porto, o homem ilustre que eu admirava por achar que tinha um pescoço bovino que me lembrava aquele que sustinha a cabeça de meu avô, João Capistrano do Couto falecido seis anos antes de meu nascimento. Idéia mais doida mas idéia que me ligava ao professor e sábio por um parentesco virtual.

Vingt-un disse que eu seria o candidato de Mossoró. E os dois ficaram calados esperando o meu assentimento. Balbuciei.

— Por que eu?

Não sei se minhas palavras balbuciadas são mais inteligíveis que palavras escandidas ditas em alto e bom som. Sei que elas não interromperam o silêncio e a expectativa dos dois visitantes. “Eis aqui a serva do Senhor, faça-se em mim segundo a tua palavra”, Rilke diria “que tudo que acontece é bom”.

Longe daquele paciente, contestar uma afirmação de Mossoró. Por um lado. E por outro, uma idéia de Vingt-un? Os senhores não sabem da firmeza pétrea e do poder de obstinação daquele mossoroense, herança da persistência formidável de Jerônimo Rosado. Conta a história daquele povo, que querendo seu Rosado o melhor é dar logo. Deixa pra lá. Eu que não tive audácia para negar aos anjos, ousaria como o pai Moisés discutir com o Senhor? Decerto estava coberto de razões; comuns e imediatas. Tenho pesada a língua e careço do adjutório de Arão para me comunicar.

Diria que nenhuma das artes me é tão estranha como a da oratória. Gastei tanto tempo aprendendo a ler uma carta e escrever outra, que não sobrou espaço para o discurso. Como vêm os senhores acadêmicos. Dirá um espírito de porco, que não querem um orador oficial. Respondo que a nobreza obriga uma oração na liturgia acadêmica. E agora?

Sou tão avesso aos discursos, por não sabê-los fazer - confesso. Uma confissão puxa outra confissão. Deixem que eu diga que sou essencialmente um homem de jornal. E digo como disse o notável Fernando Góes, enrascado em iguais dificuldades que não estava convencido, dizia à pureza que um jornalista deva ser um acadêmico.

Há jornalistas e jornalistas. Eu serei do segundo grupo do primeiro, são Edgar Barbosa, Eloy de Souza, Bruno Pereira, Elias Souto, Aderbal França, Nilson Patriota, Paulo Macedo. Murilo Melo Filho, Aluizio Alves, Oto Guerra e Americo de Oliveira Costa. Que provam à saciedade que esta justificação é conversa de João sem Braço.

Esta ilustre Casa de Manuel Rodrigues de Melo e de Luís da Câmara Cascudo nunca esteve entre as minhas utopias. Às vezes que a idéia surgia, vinha como anedota cordial de amigos daqui. Lembro que Veríssimo de Melo, o admirável e saudoso Vivi, em algumas de suas cartas semanais prometia, às vezes, se matar para abrir vaga para mim. Eu lhe respondia com blague da mesma idade — eu já sou uma vaga iminente. E perguntado por mim, quando voltaria a freqüentar a sua Academia. Manuel Rodrigues ripostou que a partir de minha posse.

Aqui chego na hora de partir. No outono antecipado da vida. Digo com o peito cheio de certezas que Deus sabe o que faz. Serei breve.

Deixemos de despistamentos e sigamos o ritual da casa. Umhas palavras sobre a patrona e seus sucessores. Jamais como agora as palavras que não consagram trazem esperanças, de não desconsagrarem.

De início, a poesia em mulheres, não a poesia feminina que não existe a discriminação, sempre foi muito amada por Mim. Auta de Souza, Cecília Meireles, Hilda Hilst, Lupe Cotrim

Garnaude, Neide Archanjo, Zila Mamede, Renata Ralettine e Myriam Coely. A mesma pureza e pressa de partir A espiritualidade marcando a sua poesia e sua vida breve. Não é Auta, urna mística, uma Tereza de Ávila nem uma Teresinha, de Lisieux embora tenha morrido com a idade e a doença da santa francesa. Influência recebeu da “Imitação de Cristo”, de Thomas. A Kempes que encontrou na estante de livros de Macaíba.

A crítica nacional, unânime, nos louvores à jovem autora do “Horto” tem se ocupado com sua escola, sua mística, até com seus amores... Os grandes prefaciadores de seu livro, de Olavo Bilac a Jackson Figueiredo e mestre Alceu Amoroso Lima, têm estudado a vida e a poesia de Auta. Não encontrei nenhum juízo lúcido e mais verdadeiro do que o de Luís da Câmara Cascudo em “Vida Breve de Auta de Souza”. A doença, o ambiente social, suas leituras. sua fé religiosa. A sua escola literária, o seu misticismo. O grande mestre desta Casa não mintificou a poeta conterrânea, que não carece de flores de crepon nos seus altares para ser querida por seus devotos. Auta não era uma mística como Tereza de Ávila João da Cruz, João Crisóstomo. Não é melhor achar com Alceu Amoroso Lima que “tudo começa no misticismo e termina na poesia?” Ou aceitar com Oswald de Andrade que a linha ascendente da poesia moderna brasileira deriva do simbolismo e ampliar essa linha por toda poesia no Brasil?

Fico em casa com Luís da Câmara, Cascudo e sua grave honestidade intelectual não acrescentando um ponto ou tirando uma vírgula à glória de nossa poetisa. Fico com gar Barbosa no seu prefácio ao livro de Cascudo sobre Auta. “Auta romântica, parnasiana, simbolista. Ave ferida, adejando o seu cansaço entre os céus da natureza e da morte. Pretendemos dar-lhe uma escola e fazê-la matricular-se em uma classe. E perdemos procurando diferentes Autas, a mística, a desiludida, a angustiada,. todas as que estavam em nossas concepções literárias ou nos desvanecios de certo sadismo intelectual, que se compraz em torturar as mensagens mais humanas” Grande Edgar Barbosa, Não iremos acrescentar um espinho ao cilício daquela virgem que se esvaía em versos e só pedia escrevessem sobre a

sua lousa, longe da mágoa, enfim, no Céu repousa quem sofreu muito e quem amou demais”.

Tão diferente de Palmira Wanderley, outra grande voz poética deste universo potiguar, uma poesia mais da terra e de seus temas telúricos, nossos, lendas de tias, espelhos partidos, pitangueira e roseira brava. Foi assim mesmo ou por isso mesmo uma grande poetisa. Com às vezes uma poesia que espantava a Mário Moacir Porto, sem palavras diáfanas e pensamentos inefáveis mas com sangue e cheiro de terra e rosas despetaladas. Grande Palmira Wanderley, Não era somente a prendada moça, que lia romances e poesias e se aventurava a fáceis rimas Sobre batidos motivos e românticos desvaneios próprios da idade e da intelectual conterrânea que era. Surpreendeu ao culto Moacir Porto a sua poesia de carne e osso, sangue e nervos. Exemplo. O poema “Exaltação , que lhe lembrou Gilka Machado, poeta consumida à sorrelfa por donzelas. “Porque eu te quero bem, eu desejo ser tua; Tua toda tua, inteiramente tua”. Gilka Machado? Na inspiração e na realização do poema? “Na imolação divina de me dar./Pela glória maior de ser mulher” Lembra também uma poeta, contemporânea, acesso difícil, leitura para iniciados Hilda Hilst, a poeta das Baladas de Alzira e do Festival e, principalmenie, das trovas de muito amor para um amado senhor.

Agora é a vez de reverenciar o mestre Mário Moacir Porto. Não ousarei estudá-lo, sosseguem os senhores acadêmicos Sinto-me ofuscado. Falar de Mário plural, como seu homônimo paulista, trezentos, trezentos e cinqüenta. Cada um mais definitivo e mais sábio, mais universal e completo. O crítico literário da exposição sobre a poesia de Auta e Palmira? O jurista, civilista, dos maiores do país, professor de enorme sabença, ou o humanista que ele o foi. Incomparável. Sem esquecer não poderia, o conferencista, o orador, o jornalista e o conversador. Trezentos, trezentos e cinqüenta. O juiz que não queria os juízes encastelados para não se misturarem à humanidade e defendia um Direito essencialmente uma obra de arte, o Belo e o Justo, “binômio eterno e metas finais de todas as aspirações humanas)? - “o Direito é, essencialmente, uma obra de arte”. O Direito

da gente, evoluído com o homem e posto a seu serviço e defesa. Socializado, nunca globalizado. Para que as suas imposições “não degradem o homem à condição de instrumento irracional da vontade do Estado”. Não mesmo quando este se demite e passa a servir iniquamente,

o poder econômico, o contrário do justo e do belo. Fala aqui o esteta, o estilista. Ali o moralista, o ético, o homem preocupado com a finalidade do Direito. Cientista e humanista. Que discutia a asserção goethiana de preferir a injustiça a uma desordem. Como se a injustiça não trouxesse a desordem. Como se acima da ordem legal e formal, a desordem estabelecida de Emanuel Mounier, não estivesse a liberdade e, acima desta, não a virtude. Temos aqui a lição do papa Paulo VI para quem “a paz não é apenas a tranqüilidade na ordem, como queria Santo Agostinho, é o equilíbrio no movimento” Por assim dizer uma paz dialética e não uma ordem fascista de Hitler ou globalizante que esmaga a Iugoslávia, vítima da “cultura do ódio” denunciada por João Paulo II. “As civilizações não morrem, se suicidam”, dizia Alceu. A civilização do ter está cometendo um misto de haraquiri com eutanásia. O Estado Leviatã, totalitário, de Hobbes, ganha agora a premente missão de salvar a sociedade dos tentáculos da iniciativa privada que come com gula e sofreguidão liberal passando por cima da insustentável leveza da classe dominada com seu rolo compressor, como diria meu amigo Pedro Batista de Melo. Maldito reducionismo neste fim de século e do milênio. Que o mundo está pedindo uma vida nova para substituir essas dramáticas sínteses, segundo Gilberto Freyre.

Contra essa ciência estagnada ergue-se o professor defendendo a aplicação progressiva da norma, o juiz criador, legislante, intervencionista, finalista e socialista para enfrentar um mundo em permanente devir. Lembra Bergeret de Anatole France - a lei é morta, o magistrado está vivo e não agoniza em torres de marfim, leva sobre ela a vantagem do homem militante entremisérias e sublimidades. A hipótese marxista do direito como expressão das forças de produção econômica, a ela refere-se sem medo como um defensor do melhor. Contra o egotismo, por uma ordem pública, o interesse público contra as falácias de

economistas e sociólogos sabidos demais. O justo é um problema de moral, não de política legislativa, ensina o mestre Mário Moacir Porto. Graças a Deus. Garante-nos que “a casa do Direito, como a casa de Deus tem muitas moradas, mas não há lugar, em nenhuma delas -para os medíocres e fracos de coração”. Outra vez, graças a Deus.

O Direito é sabedoria tão fácil. Bom e belo são requisitos fundamentais. Ataliba Nogueira, sob as Arcadas de São Paulo, dizia que o livro necessário ao conhecimento do Direito não era grosso volume algo esotérico. Bastava um catecismo. Com os mandamentos passados a Moisés no monte Sinai. Não matarás, não furtarás, não dirás falso testemunho, não adulterarás, não cobiçarás a casa do outro e tudo que for alheio. Não precisa emenda do Senado nem medida provisória. Tudo está disposto desde Moisés por um Deus vivo e imutável. Simples e bom.

Aí está Mário Moacir Porto, segundo este novo acadêmico. Não carecia de apresentação nem comentários, tão evidente é sua grandeza e tão unânime é o bem querer por ele. Não sou substituto dele na cadeira 20 de Auta de Souza, Palmira Wanderley, Mano Moacir Porto. A cadeira continua deles; quando muito, sou mero reparador. Digo como Mário, “nada mais melancólico do que suceder sem substituir”, Mas os senhores conheciam quem partia e quem era indicado para a honraria acadêmica. Por vezes, penso que esta Casa procurou na escolha de um jornalista profissional, homenagear a categoria. A escolha por deferência generosa caiu sobre mim, no instante que concluía as comemorações de meus 50 anos de jornal, como café da manhã e lanche proletário à noite alta céu risonho. E os senhores foram ao interior sertanejo buscar um jornalista matuto. No seu canto sossegado com sua doença e seus sofrimentos cotidianos. Já dizia Elias Canetti, que “todo homem necessita de um canto” para envelhecer, lembrar, morrer. Deus seja louvado. Eu continuo cotidiano. Sou aquele menino de volta da oficina de seu Lindolfo Arruda, uma sola, meia sola, uma tachinha, o memorável bolchevique e anotava para sua crônica, causticante. Daí para O Mossoroense pela mão aberta de Lauro da Escóssia e os ínvios caminhos do Diário de Natal, última Hora, Correio

Paulistano, Diário Carioca, Brasil, Urgente e maltratado pela ditadura dos generais, voltar ao firo - O Mossoroense, Tribuna do Norte e Gazeta do Oeste. Ninguém se perde etc. José Américo de Almeida.

Gostaria de oferecer como um cantor calouro, esta noite de festa aos meus começos e meus fins. Meu Pai Jorge Freire que hoje estaria fazendo anos e corando com os parabéns de sua gente - 96 anos. Dolores Couto, minha Mãe, leitora dos autores ingleses. Lauro da Escóssia, Djalma Maranhão, Edmar Morel, Álvaro Paes Leme, Ibiapaba Martins, Josimar Moreira, Alceu Amoroso Lima. Também, ou principalmente, a Maria Cândida e nossos filhos e netos sempre desfalcados de horas sucessivas por este mamíaco das redações. Sem sua compreensão esta hora não haveria.

Aqui chego, não procurando a paz que para os brasileiros só haverá repouso eterno, dai-me Senhor, ao fim de tantas quedas e catabis. Quero que os senhores continuem crescendo e eu diminuindo biblicamente. Obrigado pela cadeira que me apontam. Aqui longe das audácias adolescentes, “guardar sempre atenta a consciência perfeita de que a vida se renova pela transposição contínua de seus próprios limites. E é por isso que devemos entrar na Academia, contanto que ela não entre em nós”. Alceu Amoroso Lima.

Permitam com sua provada paciência que eu diga com São Paulo. “Quanto a mim, estou sendo oferecido em libação, e o tempo de minha partida está chegado. Combati o bom combate, completei a carreira, guardei a fé”.

Natal, 11 de junho de 1999.

DISCURSO DE POSSE DO ACADÊMICO FAGUNDES DE MENEZES

Natal, 03 de julho de 1997

Creio que não cheguei tarde a esta casa. Está nas escrituras que tudo tem o seu tempo. Mas gostaria de haver antecipado meu ingresso na Instituição, quando ainda poderia desfrutar do convívio de personalidades que me acostumei a prezar, respeitar e admirar. Desfrutar da companhia de Luís da Câmara Cascudo, dos meus parentes queridos Antônio Fagundes e Peregrino Júnior, de Oswaldo de Souza, Manoel Rodrigues de Melo, Elias Avelino, Mila Peregrino, Otto guerra, Américo de Oliveira Costa, Raimundo Nonato de Silva, Antônio Soares Filho, Luiz Rabelo e, particularmente, do meu prezadíssimo e inesquecível Veríssimo de Melo, amigo desde e adolescência e que tanto se empenhou para que eu pudesse ingressar na Academia Norte – Rio – Grandense de Letras.

Morto Miguel Seabra Fagundes, amigos dedicados e fiéis incentivaram-me a lançar minha candidatura, sobretudo Enélio Petrovich e Paulo Macedo. Acedi e, de pronto, contei com o apoio entusiástico e decisivo de vários acadêmicos, a frente dos quais Veríssimo de Melo e Diógenes da Cunha Lima.

E assim, graças à generosidade dos senhores acadêmicos, hoje tenho a honra e a alegria imensa de me tornar um dos integrantes da associação mais prestigiosa das letras potiguares. Graves problemas de saúde, hoje felizmente superados, mas capazes, então, de me impedir de qualquer atividade durante quase um ano, levaram-me a um isolamento responsável pelo fato de eu não haver, anteriormente, agradecido aos que me tornaram acadêmico, numa eleição, para júbilo meu, altamente consagradora, através da unanimidade dos votos que me foram atribuídos. Faço, agora, este agradecimento, convicto de que saberei corresponder à confiança dos meus novos confrades e disposto a trabalhar pelo engrandecimento da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras.

Saído do Rio grande do Norte ainda menino, fazendo o curso ginasial, o pré-jurídico e freqüentando por três anos a Faculdade de Direito do Recife, migrei depois para o Rio de Janeiro, onde me formei em Ciência Jurídicas e sociais pela então Faculdade Nacional de Direito, da Universidade do Brasil, hoje Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Meu ingresso na imprensa ocorreu quando eu, quase uma criança, cursando o primeiro ano ginasial, comecei a escrever n' O DEBATE, jornal dirigido por um desses heróicos jornalistas de Província, Antônio Alves. Seguiu-se minha colaboração regular no Diário, de Djalma Maranhão – nome que pronuncio com o maior respeito, um idealista e um administrador a quem Natal muito deve e não esquece. O Diário de Natal não é mais do que uma continuação do jornal fundado por Djalma.

Depois, os caminhos foram se tornando mais amplos e, formando em Direito, regressei ao Recife, aí desenvolvendo minhas atividades na advocacia e no jornalismo, derivando desses dois setores para o labor propriamente literário, iniciando a publicação de crônicas, artigos e poemas nos jornais recifenses, sob o estímulo de Gilberto Freyre e Mauro Mota.

Mas o Rio de Janeiro parecia me convocar, com o seu meio mais amplo, com suas possibilidades muito mais numerosas e atraentes. E eis-me novamente no Rio, onde, aos poucos, fui me firmando nos meios da imprensa, chegando a ocupar cargos de chefia em alguns dos principais jornais cariocas. Reportagens, artigos, crônicas, poemas publicados no Diário de Notícias, no Jornal do Brasil, no Correio da Manhã, no Jornal do comércio, e nas revistas O Cruzeiro e Manchete – e mais uma seção diária no Diário de Notícias, consolidaram minha presença na então capital do País.

A seguir vieram os livros, a presidência da União Brasileira de Escritores, a vice-presidência do sindicato dos Escritores do Estado do Rio de Janeiro, o cargo de membro do Conselho Consultivo da Federación Latino-Americana de Sociedades de Escritores.

Foi toda uma trajetória, quero afirmá-lo com imodéstia e tudo, de muita luta, muita tenacidade, muita obstinação, após o

que conseguir aposentar-me, na profissão de jornalista, ostentando um cabedal de quarenta anos, três meses e vinte seis dias de exercício profissional ininterrupto.

Fazendo um balanço dessas minhas atividades, cheguei à conclusão de que lado positivo suplanta, muitíssimo, o que houver de negativo e adverso nestes anos de tantas lutas.

Perdoai-me, senhores acadêmicos, demais escritores, senhoras e senhores, amigos e parentes aqui presentes, o que há de confessional, ou mesmo de íntimo, no que acabo de vos revelar. Precisava, porém, justificar o coroamento dessa caminhada, com a minha posse, hoje, nesta Casa de Cultura.

Senhores Acadêmicos:

A família Fagundes, a minha família, marca presença nesta Academia. Patrono de uma cadeira,, a de número 14, é Joaquim Fagundes, meu tio-avô, que morreu aos vinte anos de idade, deixando um rastro luminoso de sua breve passagem pela terra. Poeta, dramaturgo, diretor de um grupo teatral, advogado provisionado, arauto de idéias novas, ele seguiu o destino de tantos intelectuais de sua época, desaparecendo quando ainda não se afirmava totalmente seu talento literário.

A esta casa também pertenceram três primos queridos, Antônio Fagundes, o mestre de várias gerações de Norte-Rio - Grandenses, diretor de colégio, diretor da Instrução Pública do Estado, cargo equivalente, nos dias atuais, ao secretário de Educação; Peregrino Júnior, médico famoso e conceituado, escritor dos mais significativos das letras brasileiras, renovador do conto regionalista, ser gregário cuja atuação na Presidência da União Brasileira de Escritores do Rio de Janeiro, a entidade matriz de todas as associações do gênero existentes no Brasil, cuja atuação, repito, ainda hoje se faz sentir, levando a UBE a manter, durante 39 anos, ambiente de harmonia e compreensão entre todos os seus membros, sejam quais forem as suas tendências, políticas, literárias ou filosóficas; e Umberto Peregrino o ensaísta,

o contista o memorialista, sempre atento nos meios culturais do país. As leis da vida e da morte são implacáveis e irrevogáveis. E assim que, nas instituições culturais, os quadros vão sendo substituídos, os intelectuais se sucedem uns aos outros, procurando dar continuidade ao trabalho, individual e coletivo, dos membros dessas instituições. E é assim que me vejo na continência de suceder a Miguel Seabra de Fagundes, meu parente e meu amigo, cujo a personalidade analisarei mais adiante.

Permiti-me, agora, evocar o patrono da cadeira n.º 11, o padre João Maria, o apóstolo de Cristo, o protetor dos humildes, o Santo Abolicionista, que participou intensamente da vida social e cultural do Rio Grande do Norte. Criou a escola São Vicente de Paula e começou a construção da Catedral de Nata, ele próprio carregando na cabeça areia e pedra.

Veríssimo de Melo, em seu “Patronos e Acadêmicos”, transcreve as seguintes informações de João Esteve Gomes da Silva, que trabalhou com o sacerdote nas oficinas da OITO DE SETEMBRO, jornal dirigido pelo padre João Maria, órgão, como se pode depreender, de orientação católica, de propaganda e defesa da Igreja de Cristo:

“Certa vez, num Sábado á tarde terminávamos a impressão do jornal. Descíamos, após o Joaquim Rodrigues eu e o Diógenes, para a refeição. Chegados á porta da sacristia, estacionamos. Três senhoras convidam o sacerdote a ir ouvir em confissão uma pobre mulher, doente de varíola em estado gravíssimo, sobre folhas de bananeiras, acrescentando uma delas:

- Disseste ao compadre quem é a mulher?
- E que é que tem essa mulher? — perguntou o vigário.
- É que ela... com a licença da palavra, é **ALEGRE**.
- É melhor do que triste — respondeu ele.
- Não é isso meu compadre, é **ERRADA**.
- Eu sei, eu sei; vamos até lá, as **DIREITAS** já estão aqui.”

Fundador da cadeira n.º 11 foi Januário Cicco.

A julgar pela tradição que nos transmitiram seus contemporâneos, era um esteta, um homem refinado. Pioneiro da Medicina Social do Rio Grande do Norte, fundou o primeiro hospital e a primeira maternidade de Natal. Publicou; O DESTINO DOS CADÁVERES, COMO SE HIGIENIZA NATAL, NOTAS DE UM

MÉDICO DE PROVÍNCIA, EUTANÁSIA, PADRE JOÃO MARIA, A PUERICULTURA DO ANO 2000.

Veio a sucedê-lo Onofre Lopes, cuja atuação, como administrador, mestre, intelectual, o Rio Grande do Norte jamais esquecerá. Fundador da Universidade Federal do Estado e seu primeiro reitor, foi um continuador da obra Januário Cicco no campo social. Construiu prédios para faculdades, escolas outras, institutos, laboratórios, estendeu a Universidade a vários municípios norte-rio-grandenses e operou a descentralização dos cursos de nível superior.

Afirmava: "Sou um homem otimista. Creio nas forças de espírito, o desejo de querer fazer equivaler ao capital realizado; é fundamento insubstituível da vitória". Miguel Seabra Fagundes foi uma das personalidades mais importantes e afirmativas da vida cultural e política do Brasil. Nascido em Natal a 30 de junho de 1910, formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, em 1932. Foi desembargador mais moço do Brasil, nomeado para o cargo com apenas 25 anos de idade, depois de um breve exercício da advocacia, profissão a que voltaria, com o brilho e eficiência invulgares, após aposentar-se, ainda moço, da magistratura.

Em 1941 publicou uma obra que se tornou clássica e que, desde então é frequentemente citada por juristas, administradores, técnicos, estudantes e estudiosos de Direito: O CONTROLE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS PELO PODER JUDICIÁRIO. Na Magistratura estadual exerceu as presidências do Tribunal de Justiça e do Tribunal Regional Eleitoral. Foi inventor federal do seu estado, por força do cargo ocupava, a Presidência do Tribunal de Justiça, quando da fase preliminar da redemocratização do País, que precedeu as eleições de 1945, depois de deposta a ditadura do chamado Estado Novo. Recordar-se a retidão, a lisura, o descortino, a visão administrativa, o escrúpulo com os dinheiros públicos, a imparcialidade de conduta demonstrados durante o período da interventoria. Consultor Geral da República, confirmou, nesse cargo as suas qualidades de grande jurista. Ministro de Justiça no Governo Café Filho, demitiu-se para não violentar a sua formação jurídica, sua consciência cívica.

Foi um combatente indômito e incansável contra a ditadura que nos oprimiu por quase 21 anos. E, após encerrado o período didatorial, se desdobrou na pregação, através de palestras de alto conteúdo democrático, para que reingressássemos num regime de plena justiça e integral liberdade.

Pregava por uma Constituição que representasse o reencontro do nosso País com uma democracia efetiva e real, imaculada na teoria e na prática. E observava: “A Constituição é um instrumento de vivência. É um instrumento destinado a tornar tranquila a estrutura de poderes, a proteção dos direitos, num quadro estável de vida do País. Então, tudo tranquilo, que segundo as condições próprias de cada País foi conveniente dizer na Constituição para que tenha estabilidade, para que não fique sujeito ao dia-a-dia das mudanças pela lei comum, deve ser dito. Não faz mal que a Constituição seja casuística. É melhor que ele seja casuística do que seja otimista”.

Miguel Seabra Fagundes presidiu também o Instituto dos Advogados e a Ordem dos Advogados do Brasil. Deixando o Rio Grande do Norte, nunca se desprende de suas raízes. É ele mesmo quem revela, em seu discurso, de posse nesta instituição:

“Trinta e tantos anos passam sobre a minha fixação numa outra terra, mui bela, mui acolhedora e generosa, a que estimo de coração e admiro pelo espírito nacional com que assimila quantos, varando-lhe as fronteiras escolhem participar da sua greca título permanente, porém as raízes são as raízes, e deste meu pago não se me desvincula o coração”.

E, em carta a Enélio Lima Petrovich, dizia, categórico:

“Sou um norte-rio-grandense, se me perdoassem a jactância, completo no amor à terra. A minha presença em Natal é sempre uma festa para o meu espírito, pois sou natalense por excelência”.

Ressalvemos que Miguel Seabra Fagundes era um escritor nato. Mesmo em suas páginas de natureza técnico-jurídicas, a clareza e a objetividade, a explanação lógica, o raciocínio límpido, o estilo envolvente — tudo isso o credencia como um autêntico escritor.

Não quero deixar de registrar um episódio que documenta a inteireza do seu caráter e a lisura com que se conduzia na vida

pública. Ele mesmo me contou o fato. Havia o grande jurista completado um mês no cargo de Ministro da Justiça, quando o funcionário encarregado dos pagamentos de seu ministério foi levar-lhe a quantia a que fazia jus pelo exercício das funções ministeriais. Depois de receber o dinheiro e assinar o respectivo recibo, o servidor saca de uma pasta um monte de cédulas e lhe entrega, informando:

— Isto é um complemento, que vem da verba secreta da Polícia.

Seabra Fagundes repele com veemência a oferta:

— Não vou receber isto de maneira nenhuma.

E o moço entre surpreso e perplexo:

— Mas Ministro, todos os outros Ministros recebiam.

— Mas eu não vou receber — replicou Miguel. E encerrou o assunto.

Senhor Acadêmico Murilo Melo Filho

Em boa hora e em feliz decisão vos escolhi para saudar-me, ao ingressar nesta prestigiosa instituição. Tivemos, ambos, a mesma disposição de deixar a terra Natal em busca de novos horizontes. Enfrentamos, os dois, adversidades, lutando obstinadamente, sem fraquejar ou esmorecer. Juntos fomos redatores da Agência Nacional, convocados por Genolino Amado, o grande cronista da vida carioca e o percuciente ensaísta de tantas páginas notáveis sobre grandes autores da literatura universal. Igualmente trabalhamos em grandes órgãos da imprensa do Rio de Janeiro e, afirmamos, deixando de lado a modéstia, que nos destacamos, egressos da Província, entre os jornalistas de nossa geração. E se hoje estou afastado das Redações do Jornais, embora exercendo permanente atividade do campo literário, vós continuais, atuante, dinâmico e brilhante, nas lides jornalísticas, dirigindo uma das mais importantes revistas do país, a revista *Manchete*. Ficam inteira emoção com que ouvi as vossas palavras, meus agradecimentos por atenderdes ao meu convite para

saudar-me nesta noite tão significativa para mim. Tendo a certeza de que nossa amizade fraternal prosseguirá, sólida, firme, inquebrantável, enquanto Deus nos conceder a graça de viver. De viver com dignidade, ao lado dos nossos parentes queridos e de nossos amigos diletos. Ressalta-se que mais um sentimento comum nos aproxima, que mais uma afinidade nos irmana: o amor à terra natal. Não seremos nunca uns deracinés. Continuaremos sempre fiéis às nossas raízes, ao nosso chão potiguar.

Senhor Presidente Diógenes da Cunha Lima

Vêm de longa data a admiração e a amizade que vos dedico. Acompanho vossa trajetória literária plena de êxitos, a vossa incomum sensibilidade poética, o sentido humanista de vossa atuação, seja no terreno estritamente literário, seja na prática da advocacia. Persigo o vosso interesse pelo que há de belo na vida, inclusive nas manifestações da natureza, como zelo pelo baóba, que, podemos dizer sem exagero, já se tornou assunto que transpôs os limites do Rio Grande do Norte.

Aqui estou, para incorporar-me como companheiro no trabalho pelo agradecimento da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras. Sou mais um militante, sob o vosso comando, lutando pela maior afirmação da literatura potiguar.

Minhas Senhoras e meus senhores:

Não me entendo de citar Marcel Proust, quando, “No caminho de Swann”, observava:

“Mesmo sob um simples ponto de vista realista, as terras que desejamos ocupar a cada momento mais espaço em nossa vida verdadeira do que a terra onde efetivamente nos encontramos”.

E espaço, em minha vida verdadeira, o Rio Grande do Norte sempre ocupou, onde quer que eu fisicamente me encontre. É

Macau da minha infância e da minha adolescência, com os banhos no rio Assu, os passeios nas salinas e as serenatas em noites de luar. Os carnavais famosos em que , nas vozes dos foliões, as músicas da terra suplantavam os frevos-canções pernambucanos e as marchas cariocas. São as pescarias e as visitas às salinas Raminho e Barro Preto, em companhia do meu pai, José Felipe de Menezes Sobrinho. São as lições de minha mãe, Maria da Conceição Fagundes de Menezes, no Grupo Escolar Duque de Caxias.

Meu pai, de integridade absoluta, de convicções firmes em qualquer terreno, recusando um cartório porque sabia que a oferta não era mais do que a tentativa de comprar-lhe a consciência, fazendo-o bandear-se do partido oposicionista para o partido do governo. Minha mãe, que ensinou as primeiras letras a várias gerações, adotando métodos modernos de ensino em época na qual as crianças aprendiam a ler soletrando.

E aqui não me furto a dizer o poema que escreví para essa extraordinária mulher e que foi ao ar, no último Dia das Mães, através das ondas da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, onde todos os domingos digo um poema:

Elegia para a Mãe onipresente

Eras frágil e pequenina,
 mas somente na aparência.
 O olhar e a fisionomia
 irradiavam vigor e determinação
 desvendaste para mais de uma geração
 as etapas iniciais
 do caminho do conhecimento.
 Devo-te as lições
 de tenacidade e obstinação,
 de expressar opiniões
 sem a mácula da arrogância
 ou da presunção.

Ensinaste-me o exercício
da obediência sem subserviência,
da autoridade sem autoritarismo,
da brandura sem tibiesas,
da tolerância sem transigência,
da coragem sem jactância,
da afirmação pessoal sem ostentação.
Transmitiste-me o sentimento
da compreensão e da solidariedade
para quantos dos nossos semelhantes,
carentes de virtudes e
vítimas do desamparo,
pudessem cruzar meu caminho.
Por tudo isso, estás presente em mim.
Por tudo isso,
me acompanhas desde o berço
e segues na vigília dos meus passos
e me confortas nas horas sombrias
dos desencantos e das adversidades,
das incompreensões e das injustiças.
Por tudo isso,
mesmo depois que tua presença física
se evoluiu nos espaços infinitos,
além das fronteiras da percepção humana,
és onipresente em mim
— nos meus sonhos, nas minhas lutas,
nas recordações da minha infância e juventude,
no carinho dos filhos e netos,
nas carícias da mulher amada.
Mesmo imobilizado teu corpo,
teu espírito me envolverá de proteção
até o instante último
do meu caminhar,
do meu longo caminhar,
Maria da Conceição Fagundes de Menezes.

Assim como a terra em que nasci, a pequena cidade de Macau, também Natal é presença constante em minha mente e

no meu coração. Natal, como observei num poema, com suas largas avenidas da Cidade de Alta sugerindo, dando-nos a sensação de liberdade. Natal de Auta de Souza, de Jorge Fernandes, de Luís da Câmara Cascudo. Natal, uma explosão de luminosidade na beleza de suas praias e nas copas de suas árvores frondosamente e maravilhosamente acolhedoras. Cidade ímpar dos trópicos, que a todos recebe com uma hospitalidade de calor transbordante.

Senhores Acadêmicos

Nesta noite festiva e para mim inolvidável, aqui estou para incorporar-me ao vosso convívio. Dizia Cícero, o grande orador romano, que todas as idades têm limite – a infância, a juventude, a mocidade, a maturidade – menos a velhice.

E que os jovens lutem para conseguir aquilo que os de idade proecta ostentam tranquilamente: a experiência.

Graças a Deus, sinto-me ainda forte e só desejo viver enquanto puder desfrutar a vida plena, total. É isso que transmito, através deste poema, elaborado logo após meu canto de vitória sobre sérios problemas de saúde:

A vida total

Nasci para o convívio da amizade,
envolver-me em carícias de mulher,
no riso e na inocência das crianças,
na alegria das horas matinais.

Cultivo a gratidão, a lealdade,
o fascínio do mar, das alvoradas,
a música, a poesia, as artes plástica
e o exercício dos altos solidários.

Por isso, ó Deus, te peço me concedas
a graça de viver intensamente,
intensamente amando e desfrutando
de todos os prazeres deste mundo.

Estar preso não posso a qualquer teia
que implique restrições à vida plena,
a boa mesa, ao bom vinho, à boa prosa
no meio dos amigos fraternais.

Quero a vida integral, a alma jovem,
o júbilo total, como a certeza
de que a cada manhã nós começamos
a renascer no amor e na esperança.

Por fim, é assim que marcho, serenamente, para a velhice
que – podeis acreditar – ainda não me atingiu. E é com esta
serenidade e com o júbilo incontido de vir juntar-me á vossa
companhia que, ao construir estas palavras repassadas de se-
renidade e emoção, quero, sem qualquer sombra de separatismo,
sem qualquer resquício de um provincianismo estreito e
subalterno, afirmar: Meu país é o Rio Grande do Norte – e a
capital é Natal.

Natal, 03 de junho de 1997.

DISCURSO DE SAUDAÇÃO AO NOVO ACADÊMICO FAGUNDES DE MENEZES

Murilo Melo Filho

Senhor Acadêmico Diógenes da Cunha Lima, presidente desta academia Norte-Riograndense de Letras.

Senhor Governador Garibaldi Filho.

Senhores Acadêmicos.

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Meus amigos.

Desejo que minhas primeiras palavras sejam para saudar o ingresso, nesta academia Norte-Riograndense de Letras, do seu novo Membro Titular, o Acadêmico Fagundes de Menezes, um escritor como eu; um jornalista como eu; um católico praticante como eu um exilado e saudoso, como eu, da terra e do povo do Rio Grande do Norte.

Pertencemos nós dois, Sr. Acadêmico Fagundes de Menezes, à mesma categoria dos desterrados da terra natal, mas que, por isto mesmo, se sentem hoje irmanados neste exílio e neste acendrado amor pelo nosso Estado e pelo Nordeste.

Temos, nós ambos, Sr. Acadêmico, algumas afinidades:

Uma infância humilde e modesta; uma dramática mudança para o Rio de Janeiro, com a dolorosa despedida da família e da Cidade, muito amadas e muito queridas; um começo de vida duro e difícil, ante os arranha-céus daquela assustadora Megalópole.

Mas hoje podemos confessar que tudo aquilo valeu a pena.

Os espinhos da juventude, Sr. Acadêmico Fagundes de Menezes, como as flores de Malherbe, desabrocham agora na maturidade, quando já começamos a dar um balanço sobre o passado e vemos, felizes, que de nada temos para nos arrepen-der: nem dos filhos que tivemos; nem da religião católica que abraçamos e que até hoje professamos com tanto fervor; muito menos do jornalismo, a profissão que ambos escolhemos, desde criança.

Aqui estais chegando, Sr. Acadêmico, após uma longa e penosa caminhada, que começou aos 16 nos de idade.

Ainda em Natal, ingressastes no jornalismo, prolongado no Recife, onde fizestes os estudos secundários e os três primeiros anos da Faculdade de Direito.

Fostes depois transferido definitivamente para o Rio, quando, terminado o Curso jurídico, vos dedicastes inteiramente ao jornalismo, fiel àquela máxima segundo a qual quem se forma em Direito pode até advogar...

Membro efetivo do Pen Clube do Brasil e presidente de União Brasileira de Escritores, diz-se que em vosso peito não há mais espaço para outras condecorações, pois já sois detentor:

- ** da Medalha Alberto Maranhão, aqui do Rio Grande do Norte;
- ** da Medalha Tiradentes, da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro;
- ** da Medalha Bolívar, da Associação de Escritores da Venezuela;
- ** da Medalha Cultural, da União Brasileira de Escritores;
- e
- ** do Troféu da Associação de Poetas Profissionais do Rio de Janeiro.

Extensa também é a relação dos vossos livros já publicados:

- O estudo sobre “Nietzsche e a Mística do Super-Homem”;
- Os contos de “O Vale dos Cata-Ventos” e do “Cárcere das Águas”;
- A novela de “Os Enteados de Deus”;
- As crônicas de “O Território Livre” e de “A Dissipação da Aurora”;
- A poesia de “Vagonauta”, de “Memória do Longo Caminhar” e de “Aurora Trucidada”;
- Os ensaios de “Jornalismo, Literatura e Liberdade” e dos “Três Papa-Jerimuns: Peregrino Júnior, Luís da Câmara Cascudo e José Fernandes”, até
- Os romances “Alagamar” e “A Capital do Paraíso”.

SENHOR ACADÊMICO

A coerência da vossa posição e das vossas convicções políticas é um exemplo e uma lição para todos nós. Por elas, pagastes um preço muito alto. Demitido e perseguido, nunca renunciastes às vossas idéias, mesmo prestando o tributo altíssimo de uma fidelidade e de um corajoso desassombro, que são motivos de orgulho para todos os vossos contemporâneos e um ítem importante ao nível da vossa biografia.

Sabíeis que aquela densa noite de trevas que se abateu sobre o Brasil, durante 21 anos, era um descaminho passageiro e que, mais cedo ou mais tarde, os ventos da Democracia e da Liberdade voltariam a soprar em nosso País.

SENHOR ACADÊMICO FAGUNDES DE MENEZES

Eleito pelo voto livre, soberano e abrangente de todos nós, acadêmicos, numa escolha unânime, assumis hoje este mandato, que não tem prazo para terminar porque é vitalício, na certeza de que sereis um bom colega.

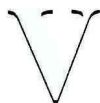
Vamos conviver juntos e vamos nos ajudar mutuamente uns aos outros, para sempre.

Sêde benvindo, então, sob as bençãos de Deus e de Sua Suprema Bondade e Proteção.

Esta Casa é vossa. Ela está de braços abertos para recebê-lo, com as honras e o carinho, que bem merece.

Entraí.

MUITO OBRIGADO.



Contos

NOTA DA REDAÇÃO DA REVISTA

Oriano de Almeida, contista

Oriano de Almeida se inicia neste número da Revista da Academia Norte-rio-grandense de Letras como contista, em preliminar de um livro de contos que está ultimando.

O pianista exímio, ex-aluno de Waldemar de Almeida, no Instituto de Música do Rio Grande do Norte, intérprete de Chopin, assim premiado em concurso internacional em Varsóvia, Polônia, também encantou por muito tempo os mais credenciados auditórios brasileiros de vários países da Europa e EE.UU.

A Academia tem o prazer de lançar o seu talentoso imortal neste tradicional e sempre apreciado gênero literário que é o conto.

Nas páginas seguintes vamos encontrar “Missão”, como início de uma série que nos promete seu autor.

MISSÃO

Oriano de Almeida

Porque tinha nascido e ali morava há trinta anos, os colegas cariocas da Repartição o chamavam Luís de Niterói. O nome completo do registro civil poucos sabiam, além dos familiares e amigos mais íntimos.

Ele até gostava de ser o Luís “de Niterói”, porque sentia afirmar-se a identidade e mais notada a presença, ganhando destaque entre tantos Severinos e Josés anônimos, sem crônica ou procedência. Ao menos era alguém que se sabia a origem, de onde vinha e para onde ia após o dia cansado de trabalho.

Ombros fortes e média altura, os olhos pretos muito pequenos, estavam sempre brilhando e rindo, no rosto simplório arredondado. Era o seu traço predominante — Luís de Niterói vivia rindo.

Como todo mortal, sofria por motivos vários, desde o calor até os calos, incluindo o carma de nunca ter dinheiro suficiente, porque o ordenado mal lhe dava para sustentar mulher, pai, mãe, sogra, e ainda mais sobrinhos e cunhados desempregados, que chegavam de surpresa, sem a menor cerimônia, dizendo que eram poucos dias, assim que se ajustassem iriam embora, precisavam apenas de um socorro de emergência, pelo que ficariam eternamente gratos... e com essa conversa mole acabavam se aboletando com as trouxas e os trastes durante meses, atravancando a casa, dormindo na sala e até no corredor. E, para completar... reclamando e dando palpites.

Mesmo assim, os olhos de Luís de Niterói não perdiam o brilho e o riso. Até surpreendia vê-lo sempre alegre ante as agruras do seu dia-a-dia, pelo que, muitos o julgavam um tanto pateta alienado, pois, se fosse outro, ou melhor, se fosse realmente um indivíduo normal, fecharia a cara e azedaria a voz. Mas não. Ao invés, abria o riso e adoçava o timbre.

De fato, era um vivente bem especial, esse Luís de Niterói que, nos momentos mais difíceis ainda podia manter a calma e o bom-humor. Parecia ter-se habituado às pedras em sua estrada, e àquele desgaste minado pelo fantasma da economia.

Desde que se entendia por gente o fantasma o perseguia. Quando não era a manteiga era o queijo, se não era o queijo era a goiabada, e assim por diante, havia sempre no rol da despensa um item à mercê da guilhotina no orçamento. Por isso adotava o dom de rir ante resoluções desse teor, como se fosse a melhor defesa. Ou talvez porque acreditasse ter um assunto muito mais importante a pensar, uma espécie de missão a cumprir, custasse o que custasse — armar o seu presépio!

Vinha de longe, dos tempos da infância, chovesse ou fizesse sol, nada o impedia de armar o seu presépio no período natalino, de 6 de dezembro dia de São Nicolau a 6 de janeiro dia dos Reis Magos. Estava até se tornando famoso. Primeiro foram os vizinhos, depois todo o bairro, e por último, de Arraial do Cabo, São Pedro da Aldeia e arredores começaram a vir os visitantes.

Luís de Niterói não pedia outra glória, vivia rindo e cada vez mais se expandia o seu presépio. Na véspera do Natal o jardim já não dava para tanta gente, estava se tornando pequeno, e a multidão acotovelada na rua aguardava uma oportunidade de chegar mais perto para adorar a Sagrada Família.

Naquele ano, porém, Luís de Niterói encasquetou a idéia mirabolante de que o seu presépio tinha que ser o maior do mudo, o mais bonito que jamais alguém tivesse visto outro igual, nem mesmo nas terras distantes e misteriosas de Jerusalém. Queria que a mulher, parentes e amigos ficassem deslumbrados como nunca. Que todos quanto viessem de longe olhar, abrissem a boca, apatetados.

E assim, Luís de Niterói vivia rindo, pensando no seu grandioso projeto. Quando conseguia poupar alguns trocados, em vez de comprar nova camisa ou sapato novo, ele adquiria mais uma figura para o seu presépio. Felizmente era bem casado, e a mulher não reclamava nem criticava aquela sua mania. Apenas vez por outra alertava que qualquer dia teriam que dormir no terraço, porque no quarto já não havia espaço para guardar tantas figuras... estava até parecendo mais sortido do que um bazar.

Na verdade, aquele era um grande impecilho à vista. Se ao menos os sobrinhos e cunhados desempregados dessem o fora, sobraria o espaço e a alternativa da dormida no terraço não entraria em linha de conta. Mas, isso era o mesmo que ficar sonhando

tirar na Loteria, pois, enquanto não se ajustassem na vida, dali não arredariam pé.

Outro problema, que Luís de Niterói ainda não prestara atenção, de repente luziu no seu pensamento, claro e real — onde armar desta vez o seu imenso presépio, que devia ser o maior do mundo?... — A sala era pequena. O terraço, além de exposto ao vento, sol e chuva, também não teria condição, absolutamente.

Passou dias matutando sobre o assunto, até que afinal seus olhos brilharam mais intensamente rindo, com a descoberta da solução. Aliás, fora bem mais fácil do que imaginara, surgindo logo duas soluções ao mesmo tempo, e ele poderia escolher uma delas — botar a parede abaixo e, unindo a sala ao quarto, haveria o belo e amplo espaço necessário; ou então, expandir a cobertura do terraço para a frente e para os lados, com ripas e telhas estendendo-se até o portão do jardim.

A mulher não atinou o que dizer, ligeiramente assustada com a novidade que ouvia. No íntimo estava achando tanto uma como outra das soluções, totalmente malucas, mas, tinha por hábito e amor, concordar com tudo o que o marido queria. Ele falava com o timbre tão confiante e alegre, que lhe era impossível dizer que não estava certo. E como não tivera filhos, acumulava duas ternuras numa só: ele era o seu marido e também o seu filho.

Assim deixava-o fazer, o que bem quizesse e entendesse. Nunca lhe passaria pela cabeça impedir aquela maior alegria de sua vida, e que era brincar de armar o seu presépio. Só que, naquele ano, talvez ele estivesse exagerando um pouco... e o seu brinquedo poderia trazer muita complicação. Mas, refeita da surpresa, percebeu que ampliar o terraço ainda seria a menos maluca das soluções.

O marido logo concordou. Claro que ela estava coberta de razão, seria muito mais simples do que derrubar a parede! Arregaçou as mangas e pôs mãos à obra. Vizinhos e até desconhecidos, todos queriam colaborar, inclusive os sobrinhos e cunhados desempregados, muito animados e incansáveis, davam a grande parcela de sua ajuda.

Trabalharam até altas horas, dispendo as dezenas de ovelhas, vacas, pastores, asnos, caminhos sinuosos, colinas cobertas de grama, oliveiras, estrelas, centuriões, camelos, os Reis Magos de barro com seus mantos dourados de purpurina. No centro, a manjedoura e o Menino Deus de celulóide, deitado no berço de palha, com os braços estendidos para o alto querendo pegar a lua. Por fim, a iluminação foi testada, e as pequeninas lâmpadas verdes, azuis, amarelas, vermelhas piscaram como pirilampos as cores do arco-íris.

De dia e de noite passavam os visitantes vindos de perto e de longe. Na véspera do Natal a multidão aglomerou-se na rua, o trânsito de carros teve que ser desviado. E, de todos que vieram, era voz geral: nunca se tinha visto, em tempo algum, presépio mais bonito!... — e abriam a boca, apatetados, tal como, Luís de Niterói tinha imaginado que fariam.

Depois, ficou tudo em silêncio, e apenas o sopro da brisa continuou murmurando na ramagem do jardim. Luís de Niterói desligou o fio elétrico das luzes coloridas e olhou enternecido o Menino Deus clareado pelo luar. Era o último a entrar em casa, mas não tinha sono. Estava feliz demais para dormir. Viu a manhã clareando na vidraça da janela e, de repente, levantou-se assustado com a idéia de não ter colocado o cadeado no portão, e sempre poderia haver um celerado malfeitor capaz de invadir o jardim para danificar o seu presépio.

A mulher acordou e seguiu seus passos. Os dois ficaram paralisados. O Menino Deus havia desaparecido. Em seu lugar um recém-nascido dormia como um anjo. Preso por uma fita havia um bilhete:

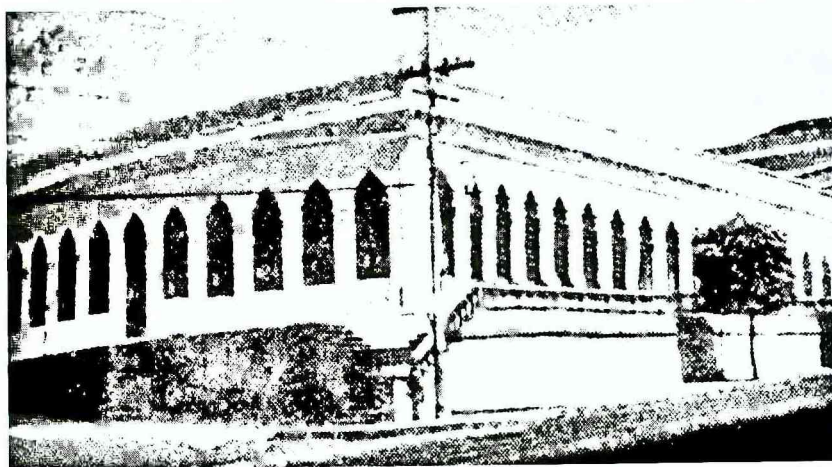
“a Luís de Niterói — Estou triste mas tranqüila. Sei que você e sua mulher vão cuidar do meu menino com muito amor e alegria. Desculpe levar o Menino Deus de celulóide do seu presépio. Durante algum tempo ele vai consolar minhas lágrimas. Deixo o céu com vocês. Não mereci ter este pedaço do paraíso comigo aqui na terra. Adeus.”

Emocionada e trêmula sua mulher acomodou a criança nos braços, enquanto de um lado para outro, deslumbrado e atarantado, Luís de Niterói repetia:

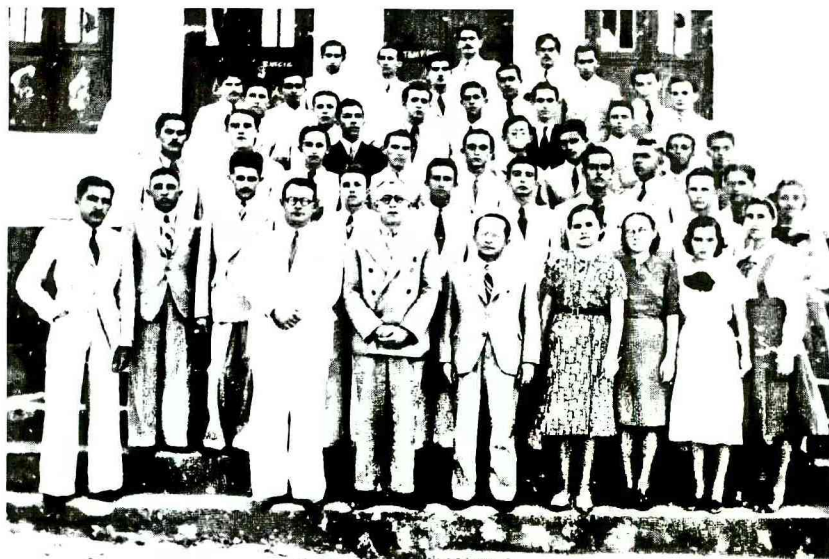
— Eu sabia, Menino Deus!... eu sempre soube, que tinha uma missão a cumprir... eu sempre soube... eu sabia...

E seus olhos, muito pequenos, da cor de ônix, cintilavam rindo... no rosto simplório arredondado.

(Do livro “Contos Apenas Contos” de Oriano de Almeida a sair brevemente).



Sede do Atheneu Norte-Rio-Grandense, na antiga Av. Junqueira Aires, hoje Luis da Câmara Cascudo. Destruído pela fúria renovadora e insensível do cimento armado.



Bachareis em Ciências e Letras pelo Ateneu Norte Rio-grandense — 1938.

Bachareis em Ciências e Letras pelo Atheneu Norte-Rio-Grandense — 1938.

Flagrante de uma das últimas turmas do Atheneu Norte-Rio-Grandense (1938) da primeira fase de sua existência como de ensino público misto. Depois foi dividido em masculino (que permaneceu à Av. Junqueira Aires) e feminino que funcionou à Av. Jundiaí (onde hoje é a Fundação José Augusto).

O prédio antigo em cuja escadaria do lado esquerdo foi batida a foto acima, foi destruído para dar lugar a Faculdade de Odontologia, posteriormente a Faculdade de Engenharia e finalmente a Secretaria de Finanças da Prefeitura do Natal.

Na primeira fila da foto estão os professores Celestino Pimentel, ao tempo diretor do estabelecimento, Luiz Antonio Ferreira Souto dos Santos Lima e o Inspetor Federal Lucas Sigaud, vários alunos dessa turma ocupam posições de destaque no Rio Grande do Norte e alguns no Brasil.



ACADEMIA DE LETRAS DO ATHENEU NORTE-RIO-GRANDENSE.

Fundada por um grupo de estudantes a Academia de Letras do Atheneu Norte-Rio-Grandense estimulou entre os seus membros a leitura e a redação de textos literários, além de ser uma escola de oratória.

No flagrante acima, dos anos 30 e 40, os seus principais membros, prestigiados pelo diretor do Atheneu, Celestino Pimentel e pelo professor Luis da Câmara Cascudo, seu patrono.

Podemos identificar ainda os estudantes, Creso Bezerra, seu presidente, Oriano de Almeida, João Wilson Mendes Melo, Rivaldo Pinheiro, Raimundo Nonato Fernandes, Geraldo Fernandes de Oliveira e Luis Gonzaga de Souza.

A Academia chegou a editar uma revista "Atheneu" que circulou por cerca de seis números.

VI

Nossos Poetas

A RIBEIRA SOB O GIRAR DOS CATA-VENTOS

Gilberto Avelino

Sobre o cais
em verdes musgos,
cismo; e atento
fico aos cata-ventos,
que invento
para os ventos chamar da Redinha.

Ventos que chegais,
e que trazeis o aroma
do verão,
do azeite dos peixes fritos
e dos cajus
que as manhãs amadurecem.

Ventos que alargais
as soledades,
mágoas
e saudades
da Ribeira alta,
que repousará, à madrugada,
nas águas do rio.

Ventos que levais
as sombras. Sombras
que se agitam,
e que vêm
do Beco da Quarentena,
e vão, em rodopios,
às fundas pedras da <<15>>,
de navalhas,
lâminas afiadas de ostras,
que provocam quedas, lágrimas,
negros gritos.

— Ó marinheiros que perdestes
cedo ainda a visão do maralto.
— Ó mulheres que deixastes em luto
os vossos filhos, os vossos amantes.

Territórios longos e livres da Ribeira,
que vogais,
ao azul da noite,
no lamento dos cata-ventos.

Ventos que não repousais,
e que vindes agora
trazendo a alegria
dos velhos carnavais,
nas parafinas perfumadas
dos entrudos;
nas suas ruas florescendo
em confetes,
em salsas enlaçantes
das serpentinas.

O paço, palácio,
em passos se iluminando,
no flutuar
de carrosséis das valsas.

E a cidade vivendo
ao amparo da sombra da Ribeira.

A Ribeira envolvida
pelo acre-cheiro de maresia
que se alarga,
vindo do Canto do Mangue
flamejando no seu verde,
no vermelho-branco das ciobas,
que espadanam as águas
do rio Potengi
em olhar de Othoniel Menezes.

— Praieira dos meus amores.
Ai, violões
que por ti chorais!

E das Rocas
chegando esse cheiro
dos fumegantes cuscuz amarelos,
e das alvas tapiocas,
molhadas em leite
dos cocos maduros.

Salsugens, sargaços, sal,
escorrendo do mar,
que adiante
(re) inventa as suas cores
cantando.

Ventos que voltais e contornais
o rio,
que leva o suor em fuligem
dos marítimos e estivadores,
no trabalho constante
de cargas e descargas dos navios —

indicadores dos rumos
das serenas viagens atlânticas.
(Oh, lenços que demorais
em acenos à bombordo).

Silenciam os cata-ventos.
Os ventos,
que os giravam,
estão voltando,
tão calmos, tão lentos,
à Redinha,

e vão ascender os verdes
dos orós sobre os morros
em chuvas de janeiro.

Os ventos circunvagantes
ouviste.

E esplendem os caminhos
ao novo girar dos cata-ventos.

Demora comigo nesta madrugada
de lua cheia,
que se está indo embora
dos céus da Ribeira,

Ribeira que vai
adormecendo
nas águas dos seu rio.

Fica comigo, posto que depois
será a solidão
dos apagados faróis marinhos.

Estás tão bonita,
e coroam-te o alvor do corpo
os finos cravos vermelhos.

SOBRE O POTENGI

João Batista Pinheiro Cabral

Amado Potengi és a clareira fria
Onde os raios de sol, a refletirem-se em luz,
Vêm à terra trazer, no despedir do dia,
Visão crepuscular que a meditar conduz.

Na cidade, em redor, a vida silencia,
As lutas se aquietam, a faina se reduz ...
Além, lá na Igreja do Rosário, o sino balbucia
Tênuê oração, junto à silente e velha cruz.

Como ativos vulcões em cristas de montanhas
No céu rubro de sangue as nuvens se avermelham
Longínquas e pequenas serranias se assemelham

Em sismar de saudades ouço mágoas estranhas
Que das águas parecem ser apenas um murmúrio ...
É que ali convulsa e chora a errante alma do rio.

POESIAS DE MARIA EUGÊNIA MONTENEGRO

Integração

O céu!
Templo de minha contemplação.
Ajoelho-me nas nuvens
e faço a minha oração.

O mar!
Meu leito conturbado,
cheio de aflição e dor,
onde nas ondas estendo
meu corpo sedento de amor.

A terra!
Caminhos do meu pisar,
onde silente procuro
à vida me integrar.

Navegando

Meu corpo
é um barco sem rumos.
Meus braços
são remos no mar.
Meus cabelos,
Velas soltas ao léu.

Assim, no mar navegando,
vou nas ondas procurando
a paz branca além do céu.

Sombras

Aquela sombra de outra
que crescia alongada na parede,
- não se esqueça.
É hoje um fantasma encurvado,
que em vão tem procurado
onde pousar a cabeça.

Saudades

Se amanhã eu te encontrar
vagando pelas ruas da cidade,
nem haverás de conhecer
quem tanto te amou
e que vive de saudade.

E, se ainda algum dia,
eu te encontrar,
num país distante e sideral,
a desfolhar tristonha um malmequer.
Não te apiedes,
nem digas sequer:
- Coitada!
Morreu de saudades a minha mulher!

Noturno

A noite é uma flor que dorme
gigantesca flor de dourados pomos.

Ouço o soluço da noite
Nas vozes que se calaram

Meu quarto me chama,
meu quarto me atrai.

Pouso minha cabeça cansada
e ouço um doloroso ai

Nas vozes que se evolaram
nos soluços que ficaram.

Maria

Este M na palma da minha mão,
não quero que seja morte,
antes, Maria.

Este é o teu M, Maria
por quem eu de amor morria.

Maria! Maria!
Minha dor, meu coração!
Tu te foste embora, Maria,
Mas ficaste na palma da minha mão!

Canção nº I

Agora,
quero chegar à aquela nuvem branca
e viver uma vida de pazes e alturas.

Quero um lençol bordado de estrelas
para as minhas noites de silêncios
e desventuras.

Quero, lá de cima, nas alturas,
uma canção dolente para dormir,
uma canção dolente para quem muito amou
e uma canção dolente
para regar a saudade
- a flor triste que meu coração plantou.

Canção nº 2

Para onde foi
a lágrima do meu rio?
Alguém a viu passar?

Pedra,
areia,
casa,
rua,
meio fio
Alguém viu minha dor passar?

Só a lágrima soluçando
Passava à procura do mar.

Adeus!

Quero ir de branco para a sepultura,
sem medo,
sem desventura.

A morte é branca
a morte é pura.

Quero ir de noiva,
toda de branco vestida,
um longo véu ao redor de mim.
E no halo manso da Presença Fria,
apenas um sorriso franco
em minha boca vazia.

Maria Eugenia M. Montenegro.

VII

Necrológios

EM MEMÓRIA DE VERÍSSIMO PINHEIRO DE MELO

(Elogio, fúnebre proferido pelo Professor João Batista Pinheiro Cabral, em 30-09-98, na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras).

*Senhor Presidente,
Senhores Acadêmicos,
Minhas Senhoras,
Meus Senhores,
Familiares de Veríssimo de Melo.*

A Academia Norte-Rio-Grandense de Letras encontra-se nesta noite aqui reunida para enaltecer a memória de Veríssimo Pinheiro de Melo, um de seus mais lúcidos, laboriosos, cultos e eminentes acadêmicos.

Além de merecer a reverência que todos nós prestamos à sua memória nesta ocasião, e de se ajustar, honrosamente, aos adjetivos acima empregados, Veríssimo Pinheiro de Melo foi, sem sombra de dúvida, um dos mais completos e grandiosos humanistas dos tempos recentes em nosso Estado e em nosso País.

Ao qualificarmos Veríssimo Pinheiro de Melo como humanista, ou seja, um indivíduo de elevada e fiel formação intelectual, pluralizada em tantas manifestações de conhecimento e saberes no vastíssimo campo da interpretação das coisas do Espírito diante do mundo contemporâneo, estamos oferecendo o mais fiel dos retratos de sua multifacetada e riquíssima personalidade, deixando, assim aos pósteros uma nítida idéia de “Viví”.

“Viví”, como era carinhosamente chamado na intimidade, foi um humanista completo. Nada mais precisaria ser dito. Viria daí, em profusão, o amálgama dos luminosos conhecimentos que fizeram dele uma expressão inconfundível da mais autêntica cultura brasileira e da sensibilidade de nosso espírito.

Não podemos nos alongar aqui em considerações sobre o humanismo de Veríssimo de Melo. Isso seria um exercício de-

masiado longo para a ocasião. Cumpre-nos, porém, registrar, como síntese, que “Viví” era o humanismo em carne e osso; o humanismo tomado no sentido mais amplo da ciência do homem, capaz, conseqüentemente, de enfrentar os excessos e os abusos da exaltação tecnológica que tanto prejuízo traz à visão integral do ser humano. Foi esse o humanismo que nele despontou muito cedo e o acompanhou em toda sua trajetória. Foi esse o humanismo que desde cedo despontou no estudante de Direito, no advogado, no Juiz Municipal, no escritor, no jornalista, no professor, no ensaísta, no historiador, no articulista, no memorialista, no antropólogo cultural e no folclorista que ele foi; o inconfundível e indisfarçável humanismo, na acepção mais elevada da palavra.

Ainda estudante de Direito na tradicional Faculdade do Recife, travou conhecimento com Ascenso Ferreira, o Gigante, e conviveu com a nata da intelectualidade da capital pernambucana. Ali consolidou amizades com Gilberto Freyre, Mauro Mota, Edson Néri da Fonseca e muitos outros luminares da cultura de Pernambuco e do Brasil.

Chegando a Natal, após a formatura, dividiu seu tempo entre a magistratura, que foi efêmera, limitando-se a um curto período como Juiz Municipal, e o jornalismo, que foi duradouro e profícuo. Passou por todos os jornais da terra. Mas foi no “Diário de Natal”, junto com seu grande amigo Edilson Cid Varela e tantos outros, que deixou sua maior contribuição e onde permaneceu mais tempo. Era notável, nessa época, o entusiasmo com que escrevia sobre vários assuntos. O jornalismo lhe valeu o sacrifício do trabalho desinteressado, que tinha na expansão de sua privilegiada inteligência a melhor recompensa. Quem se der ao trabalho de ler os seus artigos daquela época, perceberá que nele havia um jovem humanista que sabia pensar, refletir e transmitir idéias e mensagens. Dele podemos dizer que a reflexão juntamente com o poder de síntese foram as marcas de sua face jornalística, como escritor e ensaísta, realizando na luta cotidiana do periódico uma grande contribuição cultural. “Viví” não escrevia somente por escrever. Escrevia pensando e sentindo, como se estivesse se debruçando sobre o vasto mundo dos ho-

mens, auscultando os passos incertos da humanidade errante que acabara de se degladiar na Segunda Guerra Mundial.

Foi nessa época, que ele consolidou sua amizade com o Grande Mestre Luiz da Câmara Cascudo, de quem se tornou não apenas mais um discípulo da nascente Antropologia Cultural, mas um colega na faina de estudar o folclore do Rio Grande do Norte, do Nordeste, do Brasil e do Mundo.

Nesse período de sua profícua atividade intelectual percebe-se, claramente, além dos nomes já citados a profunda influência da obra de Ortega y Gasset na formação mental e na produção literária de Veríssimo de Melo. Nessa altura dos acontecimentos, décadas de 50 e 60, o nome e obra de “Viví” já ultrapassavam as fronteiras do nosso Estado. Seus trabalhos ganhavam dimensão nacional e seus primeiros artigos começaram a ser publicados no exterior. Nos recordamos muito bem, quando éramos alunos do Atheneu, do orgulho que sentíamos quando nos chegava a notícia da publicação de trabalho de “Viví”, em uma revista especializada européia. A cidade inteira vibrava com o sucesso dos ensaios do intérprete dos sentimentos da alma de sua gente, da potiguarânea cósmica e da pindorama.

Juntamente com seu interesse pelo folclore, Veríssimo de Melo desenvolveu uma verdadeira paixão pela literatura de cordel. Tornou-se, em pouco tempo, um dos maiores estudiosos dos nossos cordelistas, deixando centenas de contribuições, artigos, ensaios e estudos sobre o tema. Ninguém no Brasil ou no mundo de expressão portuguesa poderá trabalhar Literatura de Cordel sem se valer dos estudos e das reflexões do mestre “Viví” sobre o assunto. Dava gosto o entusiasmo com que “Viví” falava de Fabião das Queimadas, de Patativa do Assaré, dos grandes poetas e repentistas, sem diminuir o ânimo quando falava dos mais humildes e menos conhecidos no mundo do Cordel. Para ele todos tinham importância; todos eram intérpretes da alma popular e da nossa herança cultura coletiva.

Veríssimo Pinheiro de Melo publicou uma quantidade imensa de artigos, ensaios e livros. Sua obra é verdadeiramente monumental e não pode, com justiça, ser analisada nesta ocasião. Fica o desafio e a tarefa para os estudiosos, alunos e professo-

res de nossas instituições de ensino superior. Há notícias de que algo já está sendo feito nesse sentido, ainda que de modo propedêutico, na área universitária. Mas, Veríssimo de Melo e sua obra continuam esperando que apareçam intelectuais que lhes façam o equivalente ao que Zila Mamede, Américo de Oliveira Costa, Diógenes da Cunha Lima e ele próprio, fizeram com a vida e a obra de Luiz da Câmara Cascudo, Mestre de todos nós.

Para não fazermos somente uma listagem seca dos trabalhos e das publicações de Veríssimo de Melo, pedimos a devida vênia para nos determos, por alguns instantes, sobre uma delas, talvez a mais significativa do ponto de vista da Academia. Referimo-nos, é claro, ao monumental **Patronos e Acadêmicos**, obra em dois volumes, publicada pela Editora Pongetti, em 1972, com prefácio de Luiz da Câmara Cascudo, no qual se lê;

“Esses dois tomos, biografia e coletânea dos patronos e membros da Academia Norte-Rio-Grandense de letras, valeu outro edifício da imortalidade estadual ... É a história da Acadêmia Norte-Rio-Grandense de Letras pelas dimensões humanas do seu esforço ... Veríssimo de Melo fixou, para os olhos coletivos o mural acadêmico. A obstinação investigadora correspondente à serena nitidez expositiva. As figuras eram múltiplas na diversidade das realizações culturais. Deveria resumir a súpula intelectual de quase dois séculos. Trazer à circulação e ao reconhecimento identificador da percepção atual, poetas, historiadores, jornalistas temperamento da crônica e do ensaio, da indagação ao cotidiano à interpretação psicológica ...”

Essa foi a tarefa hercúlea a ser realizada por Veríssimo de Melo, vencendo todas as dificuldades possíveis e imagináveis. Em menos de 02 (dois) anos de busca afanosa, para usar a expressão de Câmara Cascudo, “Vivi” deu cabo da empresa, a partir dos 08 (oito) números da Revista da Academia então existentes e das Revistas e outros documentos encontrados no acervo

do venerando Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

E assim se fez essa verdadeira obra de referência que “Vivi” nos legou para começarmos a compreender o valor dos homens e mulheres que durante dois séculos deixaram aqui o traço vivo e brilhante de suas passagens pelo palco da intelectualidade Norte-Rio-Grandense. É um verdadeiro cimélio, um Keimélion, como diriam os antigos gregos.

Mesmo sendo um dos grandes intelectuais do país, Veríssimo de Melo era um homem extremamente simples, atendendo a todos que o procuravam, especialmente seus alunos. Tivemos o privilégio de aprender muito com Veríssimo de Melo quando ele lecionava Antropologia Cultural, na Faculdade de Filosofia da Rua Jundiaí, antes da federalização da mesma. Dessa época recordamo-nos que ele nos induziu à leitura das obras de Franz Boas, de Margareth Mead, e nos dizia nas aulas ser impossível a qualquer estudioso entender culturalmente o Brasil sem antes refletir sobre a monumental obra de Gilberto Freyre, o que nos levou, com a avidez dos neófitos, à leitura da obra completa do Mestre de Apipucos, então disponível na biblioteca de nossa heróica Faculdade de filosofia.

Foi nessa época, nos tornamos grandes amigos, pois além do relacionamento aluno/professor, éramos membros da Loja Maçônica “Bartholomeu Fagundes”, em cujo templo nos reuníamos uma vez por semana, para os trabalhos da Ordem, os quais eram sempre seguidos de reuniões informais nos bares e restaurantes de nossa cidade, onde praticávamos, à saciedade, as libações de praxe.

Nessas ocasiões “Vivi” era inexcedível em presença de espírito, verve e freqüentes demonstrações de erudição sem pedantismo. Tínhamos a companhia de Armando Fagundes, José Melquíades, Diógenes da Cunha Lima, João Meira Lima, José Alexandre do Amorim Garcia, Ascendino Henriques de Almeida Júnior e tantos outros membros da Loja Bartholomeu Fagundes e de outras Lojas Maçônicas de nossa capital, que se juntavam a nós nessas ocasiões, nessas tertúlias.

Veríssimo contava casos, a maioria por ele vividos em companhia de tipos e figuras de Natal. Certa vez contou-nos que numa

manhã de sábado, quando o relógio se aproximava perigosamente do meio dia, ele encontrou-se, no Grande Ponto, com um jovem médico recém formado, em início de carreira, que se tornaria, com o passar do tempo, como sói acontecer, um grande e próspero facultativo, mas que na época era, como o próprio Veríssimo de então, destituído de qualquer excedente orçamentário que lhes possibilitassem server todas aquelas cervejas bem geladas que Nemézio servia no Granada bar, vizinho ao consultório de Dr^o. Milton Ribeiro Dantas, na Avenida Rio Branco. Rapidamente chegaram à tétrica e dolorosa conclusão de que somadas as fortunas dos dois teriam capital suficiente para 02 (duas) cervejas, sem qualquer possibilidade de gorjetas.

Entraram no bar, sentaram-se numa mesma próxima ao “Petit Manger” e, com a sofreguidão dos sedentos, rapidamente liquidaram o diminuto capital. Ficaram-lhes, porém, uma incontrollável vontade de repetirem, muitas vezes, a degustação de tão maravilhoso néctar que haviam começado a saborear naquele final de manhã de Sábado.

Nisso, entra no recinto um cidadão, grande comerciante, conhecido por ser rico, torrencialmente falante e enfadonho. Ao percebê-lo, o amigo de “Viví” sussurra; “era só que nos faltava. Aqui estamos lisos, loucos por uma cerveja e que nos aparece é um chato, para nos por à prova a paciência”.

O indigitado cidadão, depois de cumprimentar alguns dos presentes, dirige-se à mesa de “Viví”, abraça-o e diz em voz alta: “Professor Veríssimo, que satisfação em vê-lo. Outro dia li um artigo seu no jornal e gostei tanto que prometi a mim mesmo pagar-lhe uma caixa de ceveja quando o encontrasse”. E, chamando o garçom, mandou que fosse providenciado o cumprimento da promessa. Para contentamento maior, dirigiu-se aos dois surpresos e agora felizes boêmios, dizendo-lhes: *“Sinto muito não poder ficar com vocês, para desfrutar de tão ilustre companhia, pois tenho um compromisso inadiável em Campina Grande, e estou de viagem. Meu motorista já está esperando lá fora. Até logo, e bom proveito”*.

Foi uma festa! A ceveja foi suficiente para a semana toda. Mas, quando acabou, voltaram os dois amigos ao **status quoante**, isto é, pouco dinheiro e muita sede. Noutra manhã de Sábado,

tempos depois, novo encontro no “Grande Ponto”. Uma rápida avaliação das finanças deixou os dois amigos desanimados. Nisso o rosto do médico se ilumina com um sorriso de esperança e ele diz; *“Veríssimo, será que aquele simpático senhor comerciante não vai passar lá pelo Granada Bar, hoje?”*

“Vivi” era assim, simples na sua maneira de ser e de viver. Sua matéria-prima era a vida, o tempo, o tempo presente, os homens, a humanidade. Sabia fazer e preservar amigos. Suas amizades eram duradouras. Nunca ouvimos falar que ele houvesse desfeito uma amizade. Nossa amizade durou quase 40 anos (quarenta) anos. Mesmo quando tivemos de nos ausentar de Natal e do Rio Grande do Norte, por razões de sobrevivência profissional, estávamos sempre em contacto por carta ou por telefone. “Vivi” era um homem que se comunicava com os amigos, daí a sua copiosa correspondência que esperamos venha a ser trabalhada, editada e publicada em benefício do mundo da Cultura. É verdadeiramente impressionante o potencial que existe para estudo analítico na correspondência epistolar de Veríssimo de Melo, isto para não mencionar o imenso valor de sua biblioteca e de sua discoteca.

Por falar em discoteca e em música, “Vivi” era um apaixonado pela música. Compositor de mão cheia, autor de sucessos da música popular brasileira. Era amigo de musicistas, maestros e grandes intérpretes de nosso Estado e de nosso País. Amigo de Hianto de Almeida, de Oriano de Almeida e de tantos outros. Foi grande incentivador dos jovens talentos e grupos musicais que despontaram em nossa terra para o sucesso.

Na década de 60, ficou famoso pelo debate radiofônico que travou com Grácio Barbalho sobre as formas clássicas, tradicionais da música popular brasileira (da qual gostava muito), e da então nascente e pungente “bossa nova”. O “debate” foi um sucesso. Virou notícia de jornal e conquistou grande audiência para a emissora que o transmitiu.

Além da música, Veríssimo era fascinado pela poesia. Até prosa ele transformava em poesia. Lembramo-nos perfeitamente da emoção que ele nos transmitia quando recitava por inteiro, de memória, a crônica que Newton Navarro publicou em um jornal local no dia do nascimento de Monique, sua querida filha. A

emoção era renovada em cada ocasião e a entonação poética do pai enternecido transformava a magistral crônica de Navarro em página do mais puro lirismo.

Veríssimo também se emocionava ao recitar os poemas de Ascenso Ferreira, seu grande amigo, especialmente quando declarava o monumental poema “Oropa, França e Bahia”, aquele que termina com a terrível referência à consumação dos tempos, “às eternas naus do sonho, de Oropa, França e Bahia”.

Manuel Bandeira, entre outros poetas, afetava profundamente a grande alma sensível de Veríssimo de Melo. Muitas vezes víamos e ouvíamos de seus lábios a recitação de “Estrela da Manhã”, “A Balada das Três Mulheres do Sabonete Araxá” e do portentoso poema “Momento Num Café”, que ele declamava com febricitante emoção.

*Senhor Presidente,
Senhores Acadêmicos,
Minhas Senhoras,
Meus Senhores,
Familiares de “Vivi”.*

Veríssimo de Melo representou um importante papel na vida de todos nós e desta Instituição a que temos a honra de pertencer. Sua partida, ou o seu encantamento, como dizia o Mestre Cascudo, ocorrido em 18 de agosto de 1996, nos privou do amigo, do companheiro, do humanista que na sua humildade soube se tornar indispensável à nossa existência e a nossa eterna busca da felicidade.

Por tudo isso, desejamos apresentar, em nome da Acadêmia e em nosso próprio nome, à sua digna esposa, D. Noemia Noronha de Melo, aos seus diletos filhos Sílvio, Fernando e Monique, aos seus netos e aos demais familiares, a mais sincera homenagem que a ocasião enseja.

Esta Casa da Cultura Norte-Rio-Grandense jamais teria alcançado seu esplendor literário, cultural e humanístico sem a monumental contribuição de Veríssimo de Melo. E assim foi, também, com todas as instituições culturais a que ele pertenceu:

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Faculdade de Filosofia, Instituto de Antropologia “Câmara Cascudo” e tantas outras.

Veríssimo Pinheiro de Melo foi também membro do Conselho Estadual de Cultura e seu presidente, durante muitos anos. Sob sua presidência esse órgão de cultura se projetou nacionalmente e manteve um saudável programa de intercâmbio com seus congêneres em vários outros Estados brasileiros, tendo assessorado, também, culturalmente, vários Governadores do Rio Grande do Norte.

*Senhor Presidente,
Senhores Acadêmicos,
Minhas Senhoras,
Meus Senhores,
Familiares de Veríssimo de Melo.*

A Academia Norte-Rio-Grandense de letras presta nesta noite, com profunda reverência, a homenagem devida à memória de um homem plural. De um acadêmico que soube, escrevendo aos sábios fazer-se, também, entender pelos humildes; que escreveu sobre Albert Einstein e Zé Areia; sobre Miguel Torga e Luiz Tavares, sem qualquer prejuízo para a exelência acadêmica de sua obra.

Assim, quando uma das parcas fatais, não sabemos se Clotos, Láquesis ou Átropos, deusas que segundo a mitologia grega fiavam, dobravam e cortavam o fio da vida dos humanos, resolveu golpear o fio da vida de “Vivi”, o impacto do aguilhão nefando nos fez estremecer o coração e nos encheu de uma profunda e imorredoura saudade.

Ao concluirmos, queremos recitar a poesia de Manuel Bandeira que tantas vezes ouvimos na inesquecível voz de “Vivi”, “Momento Num Café”, que corre assim:

*“Quando o enterro pãssou
Os homens que se achavam no café
Tiraram o chapéu maquinalmente
Saudavam o morto distraídos*

*Estavam todos voltados para a vida
Absortos na vida
Confiantes na vida.*

*Um no entanto se descobriu num gesto largo e demorado
Olhando o esquife longamente
Este sabia que a vida é uma agitação feroz e sem finalidade
Que a vida é traição
E saudava a matéria que passava
Liberta para sempre da alma extinta.*

MUITO OBRIGADO!

O JURISTA MÁRIO MOACYR PORTO

*Raimundo Nonato Fernandes
Advogado – Membro da ANRL*

O Acadêmico MÁRIO MOACYR PORTO, cuja memória é hoje reverenciada, nesta solenidade, pela Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, nela ocupava a cadeira nº 20, de que é patrono AUTA DE SOUZA, e sucedeu a PALMIRA WANDERLEY, ambas poetisas consagradas em nossa tradução literária.

Nascido na cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba, em 03 de Fevereiro de 1912, filho e neto de magistrados, bacharelou-se em 1932 pela Faculdade de Direito do Recife, na turma do nosso conterrâneo NILO PEREIRA, tendo como contemporâneos outros norte-rio-grandenses ilustres, como SEABRA FAGUNDES, OTACÍLIO ALECRIM e EDGAR BARBOSA.

Iniciou sua carreira jurídica neste Estado, como Promotor de Justiça de Currais Novos e, depois, de Acari. Removido para Pau dos Ferros, na Interventoria Mário Câmara, em período de luta política acirrada, preferiu demitir-se do cargo. Foi então ser Promotor em Souza, depois em Piancó, na Paraíba. Eleito, em 1935, o Governador do Rio Grande do Norte, obteve deste ser renomeado para Currais Novos, já agora levado por uma razão sentimental, confessada em sua “Memória Viva”: a namorada que ali deixara – D. Gizelda - , futura esposa e mãe de seus quatro filhos.

Seguiu-se o ingresso na Magistratura da Paraíba. Foi Juiz em Cajazeiras, Patos, Bananeiras, Campina Grande e João Pessoa, de onde ascendeu ao Tribunal de Justiça, cuja Presidência exerceu por duas vezes. Presidiu, também, o Tribunal Regional Eleitoral. Pertenceu à Academia Paraibana de Letras.

Ajudou a fundar a Faculdade de Direito da Paraíba, onde passou a ensinar Direito Civil. Criada a Universidade Estadual, foi o seu primeiro Reitor, responsável por sua reorganização depois de federalizada. Com a Revolução de 1964, porém, o Comandante Militar da área o destituiu do cargo de Reitor, mas, em

ofício que lhe dirigiu, ressaltou inexistir dúvida quanto à sua probidade ou suspeita de atividade subversiva. Não satisfeito com a ressalva, MÁRIO PORTO requereu se procedesse a uma devassa em sua gestão na Reitoria, o que foi feito, sem que, obviamente, nenhuma irregularidade tenha sido constatada.

Depois disso, resolveu transferir-se para o Rio Grande do Norte, onde já dirigia a Mineração Tomaz Salustino, então próspera empresa de exploração do minério de tungstênio, em Currais Novos.

Posto à disposição da UFRN, não conseguiu, desde logo, como era o seu desejo, assumir uma das cadeiras de Direito Civil de nossa Faculdade de Direito, disciplina de que era Professor Titular na UFB. Foi-lhe dito que sua concorrência prejudicaria os pretendentes locais ao magistério universitário, ao que retrucou que não queria emprego, mas exercer sua função de professor. Em vez disso, foi designado Assessor Jurídico da Reitoria, situação em que permaneceu 06 anos, sem remuneração e – acrescenta ele na “Memória Viva” – sem que lhe tenham mandado um só processo para emitir parecer.

Ao termo desse prazo assumiu, enfim, a cátedra de Direito Civil, que exerceu durante três anos, aposentando-se em seguida.

A sua última função neste Estado foi a de Presidente da Seção local da Ordem dos Advogados do Brasil, pois passara, aqui, a militar na advocacia, na qual, a exemplo do ocorrido nas funções anteriores, logo se destacou como um profissional de alta qualificação.

A atividade intelectual de MÁRIO PORTO, como se vê, convergiu fundamentalmente para a área jurídica, seja devido aos cargos e funções de professor de Direito, Magistrado, membro do Ministério Público e Advogado, seja pelos trabalhos escritos sobre diferentes temas de Direito Privado, campo em que se especializou em razão do ensino do Direito Civil, a mais importante e abrangente das disciplinas privatísticas.

É interessante notar que, segundo ele próprio, sua opção pelo Curso de Direito não teria resultado de uma vocação, mas de condições econômicas: a morte prematura do pai, deixando

sua mãe com sete filhos menores e muitos encargos, e o fato de não precisar deslocar-se para o Recife, porque a Faculdade de Direito, à época, não exigia freqüência.

Entretanto, dedicou-se a fundo ao estudo da matéria, sabidamente de uma assustadora amplitude, e se revelou um jurista da maior competência, apaixonado pelo Direito, cujo ensino considerava a atividade que exerceu "com mais gosto, possivelmente, com mais acentuada vocação", para repetir suas palavras na "Memória Viva", (pág. 317).

Era um profundo conhecedor da doutrina civilista, produzida no País ou no exterior, em particular na França, onde se promulgou o primeiro Código Civil, em 1804, e cuja cultura, tanto jurídica como literária, muito influenciou a nossa. Mas não se limitou a isso, também se familiarizando com problemas de teoria geral e filosofia do direito, sociologia jurídica, arte e literatura, como se vê dos seus excelentes estudos sobre "O efêmero e o eterno no Direito" e "Os fundamentos estéticos do Direito". Este último é, talvez, a sua página mais brilhante, na qual, mostrando a relação entre o Direito e a Arte, afirma que "o belo é sempre justo", para concluir:

*"A intuição emocional do justo é, decididamente, uma sensação estética, pois o belo é o justo no **veredictum** da consciência. Somente a emoção estética revela as realidades da vida e constrói no altiplano da eternidade."*

A sua concepção jurídica se orientava no sentido da possibilidade de criação pretoriana do Direito, do poder criador do Juiz como intérprete e aplicador da lei às situações concretas. Era, por isso, um severo crítico da chamada teoria pura do Direito, de KELSEN, para quem a norma jurídica, além de mera tradução formal de situações abstratas, despida de conteúdo ético, é válida por ser criação do Estado. Naquele que, decerto, foi seu último trabalho doutrinário, publicado no número 26 da revista desta Academia, MÁRIO PORTO escreveu:

"A lei não esgota o Direito, como a partitura não exaure a música. Interpretar é recriar, pois as notas musicais,

como os textos da lei, são processos técnicos de expressão e não meios inextensíveis de exprimir.”
“Algo há de existir além da norma, delimitando-lhe o raio de ação, e algo de espiritual há de lastrear o fundamento do sistema jurídico, para que as imposições da sua disciplina não degradem o homem à condição de instrumento irracional da vontade do Estado.”

No terreno da interpretação dos textos positivos, a principal contribuição doutrinária de MÁRIO PORTO foi sobre o tema da responsabilidade civil, pertinente à reparabilidade do dano causado a terceiro, matéria que assumiu grande importância neste século, em razão do crescente aumento dos riscos surgidos com o desenvolvimento industrial e tecnológico. Essa responsabilidade tanto pode decorrer de atos dos particulares como de atos do Poder Público, mas, como civilista, ele se ateu à área de sua especialidade, como se vê dos trabalhos publicados e reunidos, em sua maior parte, nos volumes “Ação de responsabilidade civil e outros estudos”, de 1966, com elogioso prefácio de SEABRA FAGUNDES, e “Dano moral”, de 1989, ambos lançados em São Paulo pela “Editora Revista dos Tribunais”.

Dois dos trabalhos do primeiro volume – “Da acumulação do benefício do seguro terrestre com a indenização devida pelo autor do dano” e “Seguro de responsabilidade – Ação direta da vítima contra a seguradora” – foram apresentados ao “VI Congresso de Direito Comparado” realizado em Hamburgo, Alemanha, em 1963, vertidos os textos para a língua francesa, que o autor manejava com desenvoltura.

Nos temas abordados, nessa e em outras áreas da Ciência do Direito, não foi ele um simples expositor das correntes dominantes. Sempre trouxe para o debate novas e originais conclusões sobre pontos até então não questionados ou objeto de divergências entre especialistas ou tribunais, com sólidas informações doutrinárias de fontes nacionais e estrangeiras. Como são muitos os exemplos, basta citar três deles;

- a) a possibilidade de aquisição do direito de superfície, independente da propriedade do solo, com relação às

construções e plantações (Código Civil, artigos 545 e 547);

- b) a validade das alienações feitas por herdeiro aparente a terceiro de boa-fé, contra os herdeiros legítimos (matéria omitida no Código Civil);
- c) a responsabilidade presumida dos pais pelos atos danosos de filhos menores, independentemente de sua capacidade de discernimento, mas sua exclusão em relação ao menor emancipado (Código Civil, artigos 156 e 1.521, I).

Uma última referência deve ser feita à formação humanística do eminente acadêmico, conhecedor dos nossos movimentos literários e dos grandes criadores da literatura e da arte, especialmente na França, na Espanha, em Portugal, escrevendo com leveza, elegância e, particularmente, com singular capacidade de sintetizar seu pensamento em enunciados lógicos ou em imagens de poderoso efeito estético.

Sua análise da poética de AUTA DE SOUZA e PALMIRA WANDERLEY é uma bela página literária, digna de um crítico consciente e lúcido, com opções próprias sobre literatura e arte, para quem “não há poesia moderna ou antiga, mas boa ou má poesia”, que expressa “a verdadeira emoção poética, o mágico e profundo sentimento da vida”.

A morte desse consagrado jurista e escritor, ocorrida em 20 de Novembro de 1997, aos 85 anos de idade, foi, assim, uma pesada perda não só para a sua família, como para os dois Estados, com os quais devidiu sua proveitosa existência, para nós e seus outros numerosos amigos e, igualmente, para esta Academia, o Poder Judiciário e a Ordem dos Advogados.

Notas:

1) *Necrológio lido em sessão de 30.09.98 da ANRL.*

2) A “*Memória Viva*”, mencionada no texto, é depoimento do homenageado reunido com outros, pela TVU, em volume impresso pela “*Nossa Editora*”, da UFRN, em 1987, iniciativa do jornalista CARLOS LYRA.

VIII

**Colaboração dos
Amigos da Academia**

UMA JANELA PARA O POTENGI

*Carlos Henrique Nogueira de Lucena **

Ao final do ano 1999 da era cristã, a cidade de Natal estará completando 400 anos de existência, tendo como mote propagandístico o fato de proporcionar uma boa qualidade de vida à sua população, sobretudo para aquela parcela beneficiária de serviços como abastecimento d'água e energia, coleta de lixo, educação e outros, direitos estes adquiridos ao longo do processo de democratização do usufruto desses mesmos serviços. Some-se a essa constatação o fato de a cidade possuir um dos melhores microclimas entre as capitais brasileiras, recomendada mesmo por autoridades médicas.

Por essas e outras razões pode-se afirmar que Natal, a Cidade do Sol, é um lugar bastante aprazível e digno de se viver.

Entretanto existe um aspecto de sua realidade que só recentemente, tornou-se objeto de uma análise mais acurada, de uma atenção maior, de uma reflexão que se converte em iniciativas, despertando oposições de interesses e discussões apaixonadas. Isso se deu depois de realizadas alterações no tecido urbano e de iniciado o processo de verticalização para atender necessidades como a expansão demográfica, a renovação tipológica e tecnológica e a um novo *modus vivendi*. Esse aspecto é o que diz respeito à **memória da paisagem urbana**.

Na apreciação do aspecto paisagístico do meio urbano sobressaem dois motivos a ele relacionados: a percepção que dele se tem e a sua construção. A percepção é fato subjetivo, pois cada indivíduo vê a cidade de maneira diferenciada. Essa percepção contudo encontra na arte uma forma de registro, de expressão. Infelizmente, ao contrário do que aconteceu em outras capitais, o registro em imagem de nossa urbanidade limita-se basicamente ao século XX. No desenho e na pintura por exemplo, depois de Frans Post que acompanhou a missão holandesa ao Brasil no século XVII, registrando a imagem da fortaleza dos

Reis Magos e dos povoamentos indígenas aqui existentes, virá Joaquim Fabrício somente no final do séc. XIX e início do séc. XX, pintou principalmente a flora potiguar. Manoel de Moura Rabelo, atuante nos anos 30, entre outros cenários pintou o baldo, área que limita os bairros do alecrim e cidade alta. O casario das rocas nos anos 40 teve em Cícero Vieira seu grande intérprete pictórico, valendo-se sobremaneira de cores fortes. A partir dos anos 50, Newton Navarro e Dorian Gray inspiraram-se em construções ribeirinhas entre outros motivos urbanos, como também o fizeram Levi Bulhões, Lavoisier Cunha e Francisco Eduardo, estes figurando na geração mais nova, assim como Marcelus Bob, que fez da Via Costeira o tema de Vários quadros (CALDAS, 1989).

A máquina fotográfica foi com certeza uma das invenções que mais colaborou para o estudo de nossa urbanidade, pelo menos a do século XX. A área da Praça André de Albuquerque no início deste século foi clicada pelas lentes do fotógrafo Bruno Bourgard e graças a ele temos hoje uma idéia da morfologia daquele espaço e da tipologia dos prédios que a circundavam.

Outro personagem que abraçou a mesma causa fotográfica foi o Bacharel Manoel Dantas, seridoense de nascimento, que em 1909 profetizou, numa conferência realizada no Palácio do Governo, como seria Natal cinquenta anos depois, ou seja, em 1959. Trabalhando como repórter e posteriormente na chefia do jornal A REPÚBLICA escreveu no exemplar de 12 de outubro de 1904 um artigo onde denunciava o perigo iminente que representavam as dunas que cercam a cidade, com a possibilidade desta ser invadida pela areia dos morros que a separa do mar. (MIRANDA, 1979). Seu alerta foi ouvido pelas autoridades e, até hoje, rende esforços no sentido da preservação daquela área. O trabalho fotográfico empreendido por Manoel Dantas serviu de referência para o livro “380 anos de História Fotográfica da Cidade de Natal”, obra do arquiteto e urbanista João Maurício F. de Miranda.

Theodorico Guilherme, que atuou como fotógrafo desde o início até meados deste século e João Alves de Melo, correspondente de jornais e revistas de outros Estados, este último tendo

inclusive escrito o livro “Natureza e História do Rio Grande do Norte”, formaram acervos monumentais. Lamentavelmente, porém tanto esses acervos quanto os dos fotógrafos Jaeci Emerenciano Galvão, Luis Grevi Silva e Jorge Mário entre outros, foram abandonados e mofaram ou foram queimados em incêndio como o que destruiu anos de trabalho de Jaeci Galvão.

Que isto sirva de lição para a criação urgente de um museu foto-iconográfico, pois até mesmo o arquivo central está entregue à poeira por falta de instalações adequadas, mal que já acomete o próprio Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, este sobrevivendo graças a abnegação de seus gestores e associados. Fato incomum é o esforço de três gigantes potiguares: Leonardo Barata, João Maurício de Miranda e Giovanni Sérgio, cada um mantendo um arquivo pessoal e publicando livros onde apresentam a cidade nos seus múltiplos ângulos.

Mas o jornalismo foi e continua sendo o grande memorial da paisagem natalense, contando, de algum tempo para cá, com o recurso das filmagens. Novos e veteranos profissionais da imagem trabalham diuturnamente revelando as faces da urbis.

Apreciar um instantâneo da cidade “Noiva do Sol”, como chamava Luís da Câmara Cascudo à cidade de Natal, é observar o resultado de quadro séculos de construção e reconstrução, de ideais e sonhos concretizados, de esforço urbanizador que se cristaliza em ruas, praças, prédios e mobiliário urbano, nos cidadãos que movem-se nesse meio e nas paisagens natural e edificada que se confundem em um só corpo.

Para o estudioso do fenômeno urbano, arquiteto Aldo Rossi (1995), existe um vínculo entre a idéia de cidade e a de arquitetura, no sentido de construção no tempo e de *“criação de um ambiente mais propício à vida e a intencionalidade estética”*. Já outro teórico, também arquiteto, Kevin Lynch, observa em *“A imagem da cidade”* que *“tal como uma obra arquitetônica, a cidade é uma construção no espaço, mas uma construção em grande escala, algo apenas perceptível no decurso de longos períodos de tempo”*(1959;p.11). E mais adiante *“não podemos admirar-nos pelo fato de a arte ao dar forma as cidades visando um prazer estético, estar bastante distante da arquitetura”* (p. 12).

Duas opiniões contrastantes no que tange à percepção da natureza urbana em relação a escala humana, mas que recorrem ao conceito de dinâmica no sentido de mutação para descrever o meio urbano.

Lemos (1989) acrescenta: *“a cidade tem que ser encarada como um artefato, como um bem cultural qualquer de um povo. Mas um artefato que pulsa, que vive, que permanentemente se transforma, se autodevora e expande em novos tecidos recriados para atender a outras demandas sucessivas de programas em permanente renovação”* (1981,p.47).

As transformações e expansão do tecido urbano, entretanto, precisam ser regidas por instrumentos reguladores, como por exemplo, o Plano Diretor, os quais contemplem entre outros aspectos a paisagem e a memória. É importante frisar porém, que os parâmetros estabelecidos em um Plano Diretor se traduzem em determinado tipo de paisagem urbana. Ao regulamentar índices para o adensamento populacional de áreas e ao definir gabaritos para as construções, iniciativas que, aliadas a fatores sócios-econômicos e culturais, trarão como resultante um determinado cenário.

Mas nem todos os planos buscam a mesma conformação de cidade e diferenciam-se uns dos outros em função de seus agentes promotores. Acerca disso Aldo Rossi afirma que *“a história da arquitetura e dos fatos circundantes é sempre a história da arquitetura das classes dominantes”* (p.05), referindo-se à cidade como *“uma grande representação da condição humana”* (p.23).

É sabido que Natal foi concedida dentro dos princípios da tradição Ibérica, fundada em um altiplano onde hoje se localiza a praça André de Albuquerque, espaço onde instalaram-se os principais prédios dos poderes público e religioso, provavelmente dentro de uma concepção teocrática, onde o arruamento posteriormente executado desembocou nesta praça, dominada pela igreja Matriz.

Desse altiplano podia-se apreciar o Rio Potengi até sua embocadura. Entretanto, a edificação dos prédios do governo, assim como dos residenciais, objetivando fechar o espaço da

praça, teve como conseqüência a perda da visão do rio naquela área, rio que de tão importante é referência para o nome do Estado, Rio Grande do Norte, o rio Potengi.

Os códigos de postura instituídos pela coroa portuguesa podem ter influenciado a morfologia dos primeiros assentamentos: *“dimensão e número de abertura, altura dos pavimentos e alinhamentos com as edificações vizinhas foram exigências correntes no século XVIII. Revelam uma preocupação de caráter formal, cuja finalidade era , em grande parte, garantir para as vilas e cidades brasileiras, uma aparência portuguesa”* (REIS FILHO).

Foi durante as primeiras administrações do regime republicano, a república velha, que a praça recebeu os primeiros tratamentos paisagísticos. A partir dessas iniciativas até a presente data a praça André de Albuquerque já passou por quatro desenhos distintos, sendo que o quinto modelo será inaugurado em dezembro, após a execução do projeto vencedor do concurso realizado.

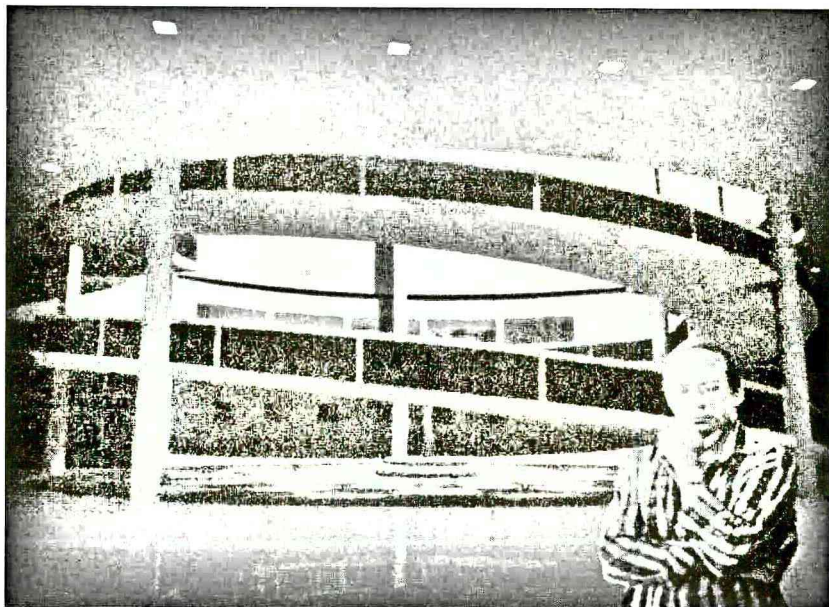
Trata-se no entanto de uma reforma. No ano passado foi por esse autor apresentado ao instituto de Planejamento Urbano de Natal (IPLANAT), uma proposta para a transformação de toda área em um Centro de Cultura e Lazer, aí incluindo os prédios que margeiam a praça, assim como o arruamento em seu entorno. Para tanto haveria a transferência do tráfego de veículos situado no nível da praça para o sub-solo. Além dessa e de outras iniciativas, seria executada a desapropriação e demolição das casas situadas no primeiro alinhamento entre a praça e o rio (ver imagem – 01). Essa proposta foi incorporada pela equipe vencedora do concurso, do qual o autor faz parte.

Em nosso entendimento, essa é a maneira mais eficiente de promover o retorno da população àquele lugar que foi palco de tantas manifestações políticas, religiosas e populares, e simultaneamente de resgatar a imagem histórica do rio Potengi, pois como já dizia Câmara Cascudo em sua Acta Diurna de 11/06/48, *“Olhando para o Rio Potengi”*: *“É uma dificuldade casa que tenha vista sobre as águas bonitas e tradicionais. Tapam-na o casario e não há esperança de um miradouro, uma pracinha dando visão panorâmica para o Potengi histórico”*.

IMAGEM 01 – Montagem fotográfica mostrando a praça André de Albuquerque sem as edificações situadas na 1ª quadra entre a praça e o rio Potengi.



IMAGEM 02 – Proposta: Interior do Memorial da Cidade instalado no sub-solo da quadra que seria desapropriada, situada entre a Praça e o rio Potengi, no centro de cultura e lazer.



***Carlos Henrique Nogueira de Lucena** é Arquiteto e urbanista formado pela UFRN. Participou e venceu o Concurso Público para a reforma da Praça André de Albuquerque, juntamente com mais três colegas arquitetos. No final deste ano estará lançando um livro onde conta a evolução urbana e social desta praça.

BIBLIOGRAFIA :

1. Caldas, Dorian Gray. Artes Plásticas do Rio Grande do Norte 1920–1989. Natal, UFRN/EDITORA UNIVERSITÁRIA/FUNPEC, SESC, 1989 – P.332.
2. LEMOS, Carlos A. C. História da Casa Brasileira. São Paulo: Editora CONTEXTO, 1989 – P.86.
3. LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulo, Editora PINI, 1990-p.198.
4. MELO, João Alves de. Natureza Histórica do Rio Grande do Norte. Natal: Imprensa Oficial, 1950-p.617.
5. MIRANDA, João Maurício Fernandes. 380 anos de história fotográfica da Cidade de Natal-1599-1979. Natal: Editora Universitária, 1981, p.149.
6. REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva S. A., 1995.P.216.
7. ROSSI, Aldo. Arquitetura da Cidade. São Paulo, Martins Fontes, 1995-p.309.
8. SCHIAVO, Cléia & Zettel, Jayme. Memória, cidade e cultura. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1997-P.140.
9. A REPÚBLICA, Jornal, 1904.

CIDADE DE NATAL: UMA VISÃO HISTÓRICA

*Prof^a. Marlene da Silva Mariz**

A cidade de Natal surgiu na realidade histórica e geográfica do Rio Grande do Norte em 25 de dezembro de 1599, tendo como ponto de origem a área onde hoje se localiza a Praça André de Albuquerque, o largo da velha Matriz, onde foi celebrada missa na capelinha erguida para esse fim, que através do tempo e das reformas permanece na velha Catedral.

Inserida na conjuntura da conquista e início da colonização da Capitania do Rio Grande, a cidade de natal foi a Segunda edificação da localidade, precedida pela construção do Forte dos Reis Magos, que consolidava e oficializava a conquista da região.

Efetivada a dominação e celebrada as pazes com os índios locais, completava a recomendação do Rei Felipe II da Península Ibérica (Portugal e Espanha) e do Governor Geral do Brasil, D. Francisco de Souza, a fundação de uma cidade. Para tanto foi demarcada seu sítio com cruzeiros de posse, tendo como marco inicial, a atual avenida Junqueira Aires, até o declive do baldo, tendo como limite sul a Cruz que ficou conhecida como Santa Cruz da Bica, localidade próxima onde hoje fica a Cosern.

Tavares de Lira (1982), informa que Natal, que nasceu extra oficialmente como cidade, uma vez que chamava-se Cidade de Natal, passou a vila em 1611, no governo de D. Diogo de Menezes. Informações de 1607, revelam que nessa época Natal possuía apenas cerca de 100 habitantes e 30 a 35 casas, constituindo-se nessa época, como um dos centros mais populosos da capitania. O outro era formado pela junção de Cunhaú e Ferreiro Torto.

A ausência de um documento explícito sobre o fundador de Natal, estabelece uma certa divergência entre os historiadores locais. Assim sendo, os mais antigos e tradicionais como Vicente Lemos, Rocha Pombo, Tavares de Lira e Luís da Câmara Cascudo, defendem a teoria de que teria sido Jerônimo de

Albuquerque o fundador, vez que nomeado por Mascarenhas Homem como Capitão da Fortaleza, após ter participado da celebração das pazes com os índios na cerimônia da Paraíba, teria voltado para reassumir seu posto que ficara com Rodrigues Colaço e delimitara os marcos da povoação, em 25 de dezembro do ano de 1599. Como afirma Cascudo, transferiu a povoação que começava a se formar nos arredores do Forte para um lugar mais elevado e firme.

Contrariando essa versão o historiador José Moreira Brandão Castelo Branco Sobrinho, escreveu um trabalho sobre “Quem fundou Natal?” com base em documentos da época divulgados pelo Pe. Serafim Leite, na “História da Companhia de Jesus no Brasil onde defende Rodrigues Colaço como o fundador.

Essa sua posição se fundamenta a partir da informação do Pe. Francisco Pinto sobre a ocorrência de um entendimento com o chefe Potiguaçu, todo poderoso nos arredores da futura Natal em março ou abril de 1599, e que a “tudo isso se achava presente o capitão-mor e Capitão da Fortaleza João Rodrigues Colaço”. Assim sendo, concluiu o referido autor que, se nessa época o capitão-mor era Colaço e não Jerônimo de Albuquerque, certamente este último não teria testemunhado a fundação da cidade de Natal em dezembro. Para J. M. Castelo Branco, se Jerônimo de Albuquerque não governava a Capitania em março ou abril de 1599, e a 06 de janeiro de 1600, quinze dias após a fundação da cidade, Colaço era o capitão da Fortaleza, certamente teria sido ele o fundador de Natal.

Nesse sentido, Tarcísio Medeiros em estudo posterior ao do historiador Castelo Branco Sobrinho, contesta o equívoco dessa sua interpretação. Afirma Medeiros que na época em que os padres passaram pela Fortaleza, abril de 1599, ao encontrarem João Rodrigues Colaço nas funções de Capitão-mor, certamente não se aperceberam que o mesmo estava no comando interinamente, como substituto, e quando aconteceu a fundação da cidade de Natal, 25 de dezembro do mesmo ano, oito meses depois, Jerônimo de Albuquerque já se encontrava de volta à Fortaleza e ao posto de capitão-mor. E que a nomeação de Colaço é de 18 de janeiro de 1600.

A lógica dos argumentos apresentados por Medeiros reforça a versão tradicional e tudo indica como verdadeira a afirmação de ter sido Jerônimo de Albuquerque o fundador da cidade de Natal.

Nos primeiros anos de colonização, foi lento o progresso da pequena comunidade. Mesmo com a definição da posse da terra era indispensável que fosse iniciado o povoamento, e com isso o cultivo do solo. As informações revelam que quinze dias após a fundação de Natal, esta ainda continuava deserta. Dos raros concessionários de sesmarias no sítio da cidade, poucos se apossaram de seus limites. A primeira petição de sesmarias no Rio Grande do Rio Grande concedida por Mascarenhas Homem, foi a Colaço em 1600. A partir de 1601, este, já nomeado Capitão-mor, procurou fazer largas concessões de sesmarias, na tentativa de expandir o povoamento e valorizar as terras da Capitania.

Natal era o centro administrativo da Capitania, e segundo as normas estabelecidas pelas ordenações Filipinas, o poder era exercido através da Câmara ou Senado, que era constituída pelo conjunto de indivíduos eleitos pelo povo para esse fim. As referidas Câmaras eram compostas de um juiz, seu presidente nato, três ou quatro vereadores, um escrivão e um procurador e, em alguns lugares um tesoureiro. Todos esses membros recebiam o nome de Oficiais da Câmara.

Na época da dominação holandesa, que decorreu de 1633 a 1654, Natal recebeu o nome de Nova Amsterdã, voltando depois desse interregno a antiga denominação, e quase nada foi acrescentado a Natal nessa fase. Ao contrário, ocorreram destruições e atraso ao desenvolvimento natural da cidade. Somente com a expulsão final dos holandeses, iniciou-se um processo de restauração, não somente em Natal mas em toda a capitania, com a afluência da população e construções de benfeitorias para a habitação da cidade.

Em 1822, com a proclamação da Independência, as capitanias foram transformadas em Províncias. Natal, como a capital da Província do Rio Grande do Norte, continuava seu papel de cidade principal e palco dos acontecimentos políticos que ca-

racterizaram esse período, conturbado por conflitos de disputa do poder, pelo atores que se distinguiam no cenário local.

Se no decorrer da fase colonial a Capitania do Rio Grande do Norte teve apenas 12 Capitães-mores, que era o governante local, no decorrer da fase provincial, teve de 1823 a 1889, 48 presidentes de Província, o que revela a disputa entre os grupos pelo exercício do poder, numa fase em que a representação política regional a nível nacional, era exercida mais por elementos fora da comunidade do que pelos elementos locais.

Os governantes Antônio Basílio Quaresma Torreão e Antônio Bernardo de Passos foram dos que mais se distinguiram na administração da Província e mais procuraram trazer benefícios para Natal, mesmo com os poucos recursos da Província.

Mas Natal somente cresceu e desenvolveu-se como centro administrativo beneficiando-se com o processo de urbanização no período em que foi instituído o regime republicano. Foi com os governantes republicanos que se viu a inauguração da luz elétrica, a construção de edifícios para Palácio do Governo, Teatros, Hospitais e Asilos, asfaltamento das ruas, aberturas de novas avenidas e bairros. Data dessa fase o plano de urbanização da cidade conhecido como Plano Palumbo, que abria avenidas largas com a denominação de nomes de presidentes do Brasil para as avenidas do sentido horizontal ao Rio Potengi e nomes de rios norte-rio-grandenses para as avenidas do sentido vertical.

Foi na segunda administração de Alberto Maranhão, que a cidade foi embelezada com adornos como as grades do Palácio do Governo, vindas de oficinas francesas. Também o desenvolvimento cultural teve um grande destaque, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, a inauguração do Teatro Carlos Gomes (HOJE Alberto Maranhão), com a presença de famosas companhias teatrais, além das constantes reuniões culturais nos salões do palácio do Governo.

Constituiu-se a década dos anos vinte, como uma fase áurea da cidade de Natal, com seu principal bairro, a Ribeira, em franco desenvolvimento comercial, destacando-se a rua Chile e o Cais da Avenida Tavares de Lira, locais onde eram realizadas as festas populares da cidade.

A década de 40/50, com a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e a presença dos americanos na base aérea de Parnamirim, Natal teve um crescimento populacional decorrente dessa conjuntura e conseqüente desenvolvimento econômico. A cidade enriqueceu-se com a incorporação de novos hábitos, a troca de experiências com os estrangeiros e a sua participação no cenário internacional. A influência desse intercâmbio se fez sentir em muitos aspectos da vida do natalense, principalmente linguagem e costumes.

No final dos anos cinquenta foi criada a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que representa um marco na vida cultural e social da cidade e do estado, facilitando a população o acesso a cursos de nível superior, o que antes só era possível para aqueles que tinha condições de estudar fora do Estado.

Outro marco de significação para a história da cidade foi a implantação da infra estrutura do Estado nos anos sessenta, com a instalação da energia de Paulo Afonso e a criação de serviços, com o surgimento da Cosern, Telern, Caern e outros que beneficiaram a população não só de Natal, com a geração de empregos e melhoria das condições de vida da sociedade.

Enfim, é impossível em curto espaço mencionar todas as transformações que atingiram Natal configurando-a como atual cidade bonita, de muito sol e com a valorização de muitos recursos naturais para a tração do turista, em especial o calor humano do natalense.

(Marlene da Silva Mariz é professora aposentada da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Autora de vários livros sobre História do Rio Grande do Norte).

LEMBRANDO O TEMPO DE GUERRA

*Tarcísio Medeiros**

O panorama de guerra que o Estado e principalmente Natal testemunharam por ocasião da 2ª Grande Guerra, imposto em decorrência de fatores geopolíticos no que tange ao aspecto estratégico da área, vital no plano de defesa do Continente americano e de manutenção das frentes de combates de todo o mundo, naquele tempo, expressou DWIGHT EISENHOWER, ex-General em chefe dos Exércitos Aliados (1941-1945), às 14:25, de 3 de agosto de 1946, à imprensa: **“Tive muita satisfação de pisar o solo do lugar de que tanto cogitei durante a guerra. Natal teve, como todos sabem, influência decisiva na guerra, possibilitando às Nações Unidas as maiores facilidades para alcançar seus objetivos”**.

Por outro lado, dessa expressiva experiência, restaram lições que, no âmbito geral dos acontecimentos, forjaram exemplos que hoje são seguidos, como: operações militares com as três armas, harmônicas e indispensáveis para consecução de tarefas comuns; - ações combinadas de forças estrangeiras e nacionais, sem desconfiança e atritos que pudessem dificultar o êxito das mesmas; a reorganização das Forças Armadas desde os grandes até os menores escalões, implicando substituição de armamentos, fardas, preparação de tropas da ativa e da reserva; modificação dos métodos de instrução de combate, em face da evolução tática e técnica tradicionais; esquema de proteção dos espaços vitais prevendo possíveis emergências em consideração à dilatação da esfera de um novo conflito e o papel que o Brasil nele pode representar; e tantos outros.

Mas, em quaisquer circunstâncias, Natal e a costa do Estado continuam representando, ontem como hoje, o mesmo papel irreversível que a história lhes assegurou. Do valor dessa situação que desfrutam, é bastante mencionar, atualmente, “Barreira do Inferno”, a base de lançamento de foguetes e mísseis balísticos, em pouco tempo de satélites artificiais, a carga da Força Aérea que vem substituindo a fama de Parnamirim, bem

como a Base Naval do Refoles, volta a sua antiga importância, no momento crítico da imposição de nossa soberania nas 200 milhas marítimas, que delimitam as águas do litoral brasileiro.

(Tarcísio Medeiros é professor aposentado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Autor de vários livros sobre História do Rio Grande do Norte).

UMA AVENIDA ESPECIAL

*Leda Batista Gurgel de Melo**

A avenida Rio Branco faz parte da minha vida. Foi o casarão, com o seu vasto sítio, morada dos nossos avós, ali localizado, que nos acolheu, na infância, como retirantes de uma das maiores secas que assolaram o sertão.

Eu a conheci ainda com o calçamento de pedras irregulares, e com poucas e desniveladas calçadas. Um paredão fechava-a na altura da rua Jovino Barreto, Próxima à nossa casa, impedindo a descida das águas e, conseqüentemente, a sua continuação.

Derrubado o muro de arrimo, na primeira chuva forte, as águas se despencaram de ladeira abaixo, fazendo um verdadeiro “canyon” escavado nas terras vermelhas daquele local, onde, em algumas tardes, teimávamos em ir brincar.

A nossa babá não tinha autoridade para nos conter, e assim, ao voltarmos para casa, com os vestidos e tênis imundos, escutávamos os carões de Mamãe, que também a atingiam. Foi preciso um forte impacto para que a brincadeira terminasse; um dia, o tio Domício, que fazia da ladeira a sua rota na volta do trabalho, disse-nos que havia muito defunto enterrado naquele barro, e que vira numa tarde dessas, já escurecendo, um esqueleto muito branco saindo do chão a acenar para ele. E repetiu o gesto. Gravou-se na minha mente infantil a imagem daqueles ossos de braço, ressuscitando, podendo acenar para nós e nos chamar.

Nunca mais voltamos àquele lugar, até que a rua fosse urbanizada e passasse a dar continuidade à avenida, ligando a cidade à Ribeira. Tornou-se mais fácil o acesso à Escola Doméstica, ao teatro e às principais casas comerciais, todas localizadas nesse bairro.

Por desconhecer coisa mais interessante, encantava-me com qualquer passeio que nos proporcionassem, até mesmo uma ida ao antigo mercado para comprar peixe na parte da tar-

de. Peixes novinhos, grandes, vermelhos, prateados, recém-chegados do mar. Só uma coisa desagradava; era passagem obrigatória pelo portão dos fundos do quartel do 21 B C, onde havia sempre uns soldados armados. Tínhamos pavor de soldados, pois em casa, as empregadas nos ameaçavam, diante de qualquer travessura ou mesmo de um berreiro, de chamá-los para nos entregarem.

A Rio Branco era, assim, o nosso trajeto natural, caso fôssemos à mercearia de Coriolano com Vovó, ou acompanhá-la nas suas visitas, ou indo à estação dos bondes para nossos passeios ao Tirol ou Petrópolis. Ela tornou-se um eixo de integração que ligava a Ribeira aos outros bairros da cidade, e a preferida para os que dispunham de automóvel, por não ter bondes em grande parte da sua extensão.

Poucos anos depois, ao voltarmos à Capital para estudar, a Avenida estava transformada. Paralelepípedos pavimentavam o leito da rua, e largas calçadas a ladeavam. Já estávamos mais amadurecidas e logo fizemos amizade com a menina da vizinhança. Nas calçadas, após o jantar, tínhamos a alegria de nos juntar aos amigos e amigas, Heitor, Marcelo, Lurdinha Monte, Alaíde e Mainha enquanto seus pais faziam rodas de conversa, sentados em confortáveis cadeiras, até as oito horas quando deveríamos todos nos recolher. Ali corríamos, brincávamos de “pão quente” de “joute” de “academia” e outras brincadeiras quase sempre envolvendo correrias. Heitor gostava de nos pegar com algumas armadilhas, fossem adivinhações, quebra-cabeças ou outra brincadeira mais inteligente. Um dia, ele apareceu com uma geringonça com duas peças de metal penduradas e ligadas por fios elétricos. Mandou que eu as segurasse com força, enquanto isso, acionou uma manivela. Era uma máquina de dar choque! Foi um sucesso. Pegava sempre os que ainda não a conheciam. Marcelo Fernandes, o caçula da turma, dava boas gargalhadas a cada aplicação do choque, e diante da nossa reação. Fui assim, também, vítima de um belo choque elétrico aplicado pelo, não menos, futuro Arcebispo de nossa Capital.

Cada vez que passo pela Avenida Rio Branco, especialmente pelo quarteirão que viu muito da minha vida, sinto uma

identidade com o local mesclada a doces recordações... Nada mais da casa da infância – o restaurante do SESC tomou seu lugar – o quartel foi substituído por um colégio, e o Banco do Brasil expulsou o mercado incendiado, já o novo, construído no lugar daquele da venda de peixes na nossa infância.

Somente as calçadas da rua ficaram para testemunhar as brincadeiras da infância, os passos em direção ao colégio, os anseios da adolescência e o amor da juventude.

(Leda Batista Gurgel de Melo é autora do livro “Cartas da Infância” atualmente em preparo na Editora da UFRN.

DIA

Nathalie*

Mira e sente a maresia
incenso e mirra
nossa poesia...
Sol dourado na pele
botão de ouro a brilhar
prenda de uma alegria.
Somos santos
somos reis
e uma estrela nos guia
cinco pontas alumia.
Natal, cidade luz.
nascendo na boca da barra
à beira-rio
à beira-mar.
Mar de tantas conquistas
passado que nos foge de vista
presente e futuro
se fundido ao nascer.
Natal, noite de sinos
canção de ninar
cantiga de roda
ciranda de sonhos
nos vendo crescer.
Natal, quantas histórias
casos de amor e glórias
passado, presente e futuro
verdejante porto seguro.

(Poetisa e jornalista, a autora pesquisa e escreve atualmente um roteiro cinematográfico sobre a vida e a obra da norte-rio-grandense Nísia Floresta Brasileira Augusta).

NATAL 400 ANOS*Branca Coelho*

Natal cidade do sol
de praias lindas e céu de anil
suas praias nos encanta
as mais belas do Brasil.

Natal presépio eu lhe chamo
que a natureza criou
Igapó era aldeia
quando Mascarenhas desembarcou.

Terra de homens nobres
homens de grande valor
terra de Câmara Cascudo
um grande pesquisador.

Tem a pedra do Rosário
que nos revela em canção
a chegada gloriosa
da Virgem da Apresentação.

Dos casarões da Ribeira
que não deixaste morrer
coloriam a Rua Chile
hoje a rua do lazer.

Seu bairro antigo das Rocas
na história está presente
no nome de Café Filho
orgulho da sua gente.

Lá no Forte dos Reis Magos
que flutua no Oceano
nos conta a sua história
já faz quatrocentos anos.

Em Genipabu tem as dunas
pra os turistas conquistar
em Ponta Negra o “careca”
bem em frente para o mar.

O farol de Mãe Luíza
sempre a iluminar
esta cidade belíssima
deste torrão potiguar.

Em Pirangi o cajueiro
conhecido por sua extensão
quem lhe descreve é o Tom
o qual lhe deu projeção.

Hoje grande capital
do Nordeste é a Rainha
tem valentes pescadores
lá na praia da Redinha.

Cresce Natal querida
teu panorama mudou
já não há mais o bondinho
a tecnologia avançou.

Famosos edifícios se erguem
formando cartões postais
é grande o desenvolvimento
da cidade do Natal.

Até na Sapucaí
na Cidade Maravilhosa
na escola do Salgueiro
também foi vitoriosa.

Não nos decepcionou
ficando em 5º lugar
a capital do Nordeste
mostrou garra e chegou lá.

Com fé eu peço a Jesus
dentro do seu desenvolvimento
cresça o trabalho e o pão
pra sustentar sua gente.

Que abra novos horizontes
aos dois mil que se aproxima
segurança, saúde e escola
pra este povo nordestino.

Esta cidade belíssima
banhada pelo Atlântico
convida os nordestinos
pra seus quatrocentos anos.

Parabéns Natal querida
com você vamos cantar
e as 400 velinhas
vamos todos apagar.

IX

Documentos

REGIMENTO INTERNO DA ACADEMIA NORTE-RIO-GRANDENSE DE LETRAS

Art. 1.º – A Academia Norte-rio-grandense de Letras paupará os seus serviços pelo presente Regimento Interno, que é subsidiário dos seus Estatutos.

DAS SESSÕES

Art. 2.º – As sessões da Academia Norte-rio-grandense de Letras distinguem-se em:

- a) sessões de Diretoria;
- b) sessões de Plenário;
- c) sessões de Assembléia Geral.

Art. 3.º – As sessões a que se referem o artigo anterior são convocadas e dirigidas pelo Presidente, tendo o 1.º Secretário à direita e, à esquerda, o 2.º **Secretário dependendo da natureza**, podem ser públicas e secretas.

Art. 4.º – A diretoria, de acordo com os Estatutos em vigor, é constituída pelo Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, Tesoureiro, Diretor da Biblioteca e Diretor da Revista. Será eleita bienalmente, nos termos dos Estatutos (art. 6º, 1º), e é da sua competência dirigir administrativamente a Academia, nos termos deste Regimento.

Parágrafo único – As decisões da Diretoria, do Plenário e da Assembléia Geral são tomadas por maioria de votos.

Art. 5.º - As sessões da Diretoria serão iniciadas com a leitura da Ata da sessão anterior, seguindo-se a leitura do expediente a cargo do 1.º Secretário.

§1º - Do expediente, constarão correspondência, comunicações diversas, assuntos da Administração, apresentação de propostas;

§2º - **Nas sessões** de Diretoria ou de Plenário, o 1º Secretário fará a leitura de trabalhos oferecidos à Academia, com uma análise rápida de relatórios e pareceres da Comissão de Sindicância, refentemente à inscrição de candidatos a vagas no

quadro social, bem como às propostas para sócios correspondentes, honorários ou beneméritos.

§3º - Esgotada a matéria do Expediente, seguir-se-à a Ordem do Dia, que constará de:

- I – assuntos que foram designados para aquela sessão;
- II – discussão de propostas, requerimentos ou indicações lidos no expediente;
- III – assuntos referentes à língua ou à literatura;
- IV – encerramento da sessão, devendo o Presidente, se possível, designar a Ordem do Dia da sessão seguinte.

Art. 6.º - A votação referente a assuntos constantes da Ordem do Dia só deixará de ser feita na mesma sessão em que forem lidos, se, através de requerimento, for solicitado o seu adiamento para a sessão seguinte.

Art. 7.º - O Acadêmico que comparecer a sessões de Diretoria poderá pedir a palavra pela ordem, com a finalidade de encaminhar ou esclarecer assuntos da Ordem do Dia, para manifestar pontos de vista, para pedir adiamentos ou para solicitar encerramento de discussões e votações.

Art. 8.º - As sessões de Assembléia Geral, solenes ou não, serão realizadas simultaneamente com a Diretoria, mediante o comparecimento de Acadêmicos, convidados especiais, além de ser franqueada ao público. Destinam-se a conferências, comemoração de datas, recepção de novos acadêmicos, homenagem a personalidades e panegírico a acadêmicos falecidos.

§1º - Além dos convites impressos, ou verbais, feitos a autoridades, a homens de letras, a famílias e à sociedade, o Presidente convidará o Governador do Estado, pessoalmente ou através de acadêmicos por ele designados, podendo o novo Acadêmico integrar a Comissão. Por ofício, serão convidados os Presidentes do Poder Legislativo, da Assembléia Legislativa e os Oficiais Gerais existentes da área.

§2º - Confirmada a presença do Governador, o Presidente designará comissão que se encarregará de recebê-lo à entrada do edifício da Academia e de acompanhá-lo à saída.

Art. 9.º - Quando se tratar de Assembléia Geral para a posse de novo acadêmico, será cumprido um ritual próprio, que obedecerá à seguinte ordem:

- a) O Presidente abrirá a sessão e, em breves palavras, dirá o objetivo da reunião, convidando o Governador do Estado, quando presente, para assumir a Presidência dos trabalhos;
- b) O Presidente, a seguir, dará cumprimento à execução dos trabalhos de posse, designando, com essa finalidade, uma comissão de três acadêmicos;
- c) A Comissão conduzirá ao recinto o novo acadêmico, que deverá ser recebido de pé pelos componentes da Mesa e por toda a assistência. O Acadêmico e a Comissão ficarão diante do Presidente. Este, proclamando o resultado da eleição de preenchimento da cadeira vaga nº....., convidará o novo acadêmico para, da tribuna, pronunciar o seu discurso de posse, voltando os componentes da Mesa e a assistência a ocupar os seus lugares.
- d) Concluída a leitura do discurso, o novo acadêmico voltará a presença do Presidente que lhe determinará a leitura do compromisso praxe, seguindo-se a leitura do termo de posse pelo 1º secretário. Será feita a imposição do capelo simbólico, pela comissão dos trabalhos. O Presidente fará entrega do diploma respectivo e convidará o recém empossado a ocupar a cadeira que lhe cabe entre os seus confrades.
- e) O Presidente concederá a palavra àquele que foi designado para, em nome da Instituição, saudar o novo acadêmico;
- f) O 1º Secretário, por determinação do Presidente, procederá à leitura de mensagens e correspondências recebidas e alusivas à posse;
- g) O Presidente, concluído o cerimonial, consultará o Governador do Estado, quando presente, se deseja proferir as palavras de encerramento da sessão; caso contrário, ele próprio o fará, acrescentando os agradecimentos a todos os presentes.

Art. 10.º - A Academia promoverá sessões de Assembléia Geral em homenagem póstuma a acadêmicos ou a membros

correspondentes, honorários e beneméritos, as quais se realizam depois de trinta dias a partir do óbito. Os respectivos panegíricos serão proferidos por acadêmicos designados pelo Presidente, sendo, na oportunidade, facultadas palavras de agradecimento a representantes das famílias dos homenageados.

Art. 11.º - As sessões secretas do Plenário destinar-se-ão ao conhecimento, estudo, discussão e aprovação de assuntos internos ou de caráter privado, bem assim ao conhecimento e apreciação dos relatórios e pareceres da Comissão de Sindicância, relativos a pedidos feitos por candidatos ao preenchimento de vagas e respectivas eleições.

§1º - Das sessões secretas não haverá Ata, salvo daquelas que se referirem à eleição.

§2º - É permitido a qualquer Acadêmico propor, em sessão Plenária, a sua transformação em sessão secreta, segundo a importância da matéria a ser discutida, ou solicitar a convocação de uma sessão secreta para outra oportunidade, destinada ao estudo, discussão e votação, dessa matéria.

Art. 12.º - As sessões de Assembléia Geral, de caráter solene, realizar-se-ão no Salão Nobre, e somente os Acadêmicos tomarão assentos nas poltronas aos mesmos reservadas.

Art. 13.º - De acordo com o artigo 20 dos Estatutos, a Academia entrará em recesso durante todo mês de dezembro, só havendo sessões, nesse período, quando deliberadas pela Diretoria, atendendo a motivos especiais.

DOS ACADÊMICOS

Art. 14.º - Os ocupantes das cadeiras preenchidas nos Termos dos Estatutos e Regimento Interno são membros efetivos e perpétuos, com a denominação de Acadêmicos, reservado a eles o direito de renúncia ou desistência, quando:

- a) comunicarem, por ofício, caso ainda não tenham tomado posse, a sua desistência formal de pertencer aos quadros da Academia;
- b) Fizerem declaração, por escrito, à Diretoria da Academia, da sua determinação, alegando motivo de foro íntimo;

c) não se pronunciarem, vencidos todos os prazos e prorrogações aos quais se refere este Regimento.

Art. 15.º - **A renúncia** ou a desistência de posse será examinada pela Diretoria e pelo Plenário, em sessão conjunta, para a devida deliberação.

Art. 16.º - Ocorrendo o falecimento de um acadêmico, o Presidente comunicará o fato à Federação das Academias de Letras do Brasil e, previamente marcada, realizará sessão de Assembléia Geral, de caráter solene, em homenagem ao Acadêmico falecido, na qual um dos membros, designado pelo Presidente, fará a regimental saudação “in memoriam”.

§1º - No final da sessão, o Presidente proclamará aberta a vaga e mandará publicar **edital na imprensa local**, com o prazo de 60 dias para a inscrição de candidatos à cadeira vaga.

§2º - As inscrições deverão constar de requerimento, “curriculum vitae” e apresentação de, pelos menos, dois exemplares de livros publicados, material que deverá ser remetido à Comissão de Sindicância para a análise e parecer respectivos, cabendo-lhe ainda opinar sobre o aspecto formal das inscrições.

§3º - **Findo o prazo das inscrições, o Presidente encerrará e, com base nas informações da Comissão de Sindicância, dará a sua conclusão final, apontando o candidato ou candidatos**, que poderão ser submetidos a votação, em sessão secreta de plenário, negando esse direito àqueles que não preencherem as condições exigidas.

§4º - Nessas eleições, o acadêmico ausente poderá voltar, desde que, em envelope fechado, envie ao Presidente carta de apresentação de sua autoria acompanhada de três cédulas destinada ao primeiro, segundo e terceiro escrutínios, onde sufragará o candidato da sua preferência, sendo eleito aquele que obtiver metade mais um dos votos que correspondam ao total dos acadêmicos existentes.

§5º - É defeso ao acadêmico comprometer-se com candidatos inscritos bem como fazer manifestações pró ou contra qualquer deles, ficando, se assim ocorrer, impedido do exercício do direito de voto.

Art. 17.º - A aceitação de membros correspondentes e honorários verificar-se-à mediante propostas de, pelo menos, três

acadêmicos , acompanhada de justificativa, a qual, depois do parecer da Comissão de Sindicância, será submetido à discussão e votação, em sessão de plenário.

Parágrafo Único – A proposta para a categoria de beneméritos será feita de modo idêntico, com a comprovação do fato ou fatos praticados pelo(s) candidato(s) que haja(m) concorrido para o engrandecimento do patrimônio material da Academia.

Art. 18.º - Para aceitação dos membros a que se refere o artigo anterior, a Comissão de Sindicância dará preferência a:

I – Brasileiros que, no Estado ou no País, se tenham destacados no campo das atividades literárias, artísticas ou científicas.

II – Sábios ou escritores estrangeiros que tenham publicado estudos relativos ao Brasil.

Art. 19.º - A Comissão de Sindicância terá o prazo de 30 dias para emitir parecer sobre a viabilidade, ou não, de candidatos a serem submetidos à votação do plenário em qualquer categoria de membro do quadro social.

Art. 20.º - O 1º Secretário comunicará ao novo membro da Academia a sua eleição, convidando-o a tomar posse em sessão de solene, cuja data será combinada.

Art. 21.º - A Comissão de Sindicância, na análise do documento de inscrição, verificará o estrito cumprimento do artigo 2º, 2 e 3 dos Estatutos e apreciará também, em caráter reservado, o conceito moral de cada candidato.

Art. 22.º - De acordo com os Estatutos, artigo 4º. não haverá discriminação de sexo para a admissão de membro, em qualquer categoria.

Art. 23.º - Somente depois de empossados, os acadêmicos gozarão das prerrogativas de membros da Academia.

Art. 24.º - O prazo para a posse do acadêmico eleito, após ter sido comunicado por ofício, ou verbalmente, será de um ano, salvo caso de força maior, devidamente comprovado, justificando requerimento de prorrogação por igual tempo, que será examinado e votado em sessão do plenário.

Parágrafo Único – Concluído o prazo de prorrogação, sem que o eleito tenha sido empossado, a Academia, em sessão de

plenário, poderá conceder uma terceira e última prorrogação de, no máximo, seis meses. Caso se esgotem os três prazos, sem que o eleito requeira a data de posse, o Presidente, de acordo com o plenário, declarará vaga a cadeira e aberta a inscrição para a nova eleição, para a qual o eleito não poderá mais inscrever-se.

Art. 25.º - No discurso de recepção, o novo acadêmico estudará a personalidade e a obra literária do seu antecessor e do patrono da cadeira.

Art. 26.º - O acadêmico encarregado de saudar o novo empossado apreciará, em nome da Academia, a personalidade e a obra literária do recipiendário.

Art. 27.º - Os acadêmicos, nas sessões de Assembléia Geral, usarão, como distintivo, o capelo simbólico, cujas características foram aprovadas em Assembléia Geral.

Art. 28.º - Em caso de doença ou invalidez, a Academia promoverá meios de ajuda financeiramente aos acadêmicos reconhecidamente necessitados.

Art. 29.º - Logo que seja possível, a Academia abonará aos membros efetivos cédulas de presença nas sessões de qualquer natureza a que compareçam.

Art. 30.º - Em nenhuma hipótese, são remunerados os cargos de Diretoria, de comissões ou de serviços prestados à Academia.

Art. 31.º - Os acadêmicos que publicarem livros devem enviar à biblioteca um exemplar, pelo menos, da obra publicada.

Art. 32.º - Os membros de qualquer categoria do quadro social poderão participar das sessões, sem direito a voto, que é privativo do Acadêmico.

Art. 33.º - Pessoalmente, ou através de correspondência, será dado aos acadêmicos o tratamento de Vossa Excelência.

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 34.º - A administração da Academia Norte-rio-grandense de Letras ficará a cargo de uma Diretoria constituída de acordo com artigo 4º deste Regimento.

Art. 35.º - Compete à Diretoria:

- a) dar cumprimento às atribuições e deveres previstos nos Estatutos, neste Regimento e nas resoluções de Assembléia Geral e de plenário;
- b) criar e preencher cargos indispensáveis ao serviço, cuja nomeação e demissão serão feitas pelo Presidente, atendidas as exigências da legislação e da previdência social.
- c) desenvolver esforços no sentido de conseguir recursos financeiros, no Município, no Estado e na União, que assegurem o funcionamento regular da Instituição e desenvolvam programas de expansão cultural.

Art. 36.º - As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

Art. 37.º - Havendo renúncia coletiva da Diretoria, a Academia reúne-se, automaticamente, no 3º dia útil, às 17 horas, presidida pelo Acadêmico mais antigo, para eleição da nova Diretoria.

Art. 38.º - O Presidente representará a Academia em juízo, ou fora dela, ativa ou passivamente, perante os poderes públicos ou terceiros.

Art. 39.º - Além de atribuições e deveres previstos nos Estatutos e neste Regimento, compete ao Presidente dirigir sessões de Diretoria, sessões de Plenário e sessões de Assembléia Geral. Assinará o expediente, nomeará comissões, indicará acadêmicos para representar a Academia, autorizará pagamento de despesas, manterá relação com a Federação das Academias de Letras do Brasil, dará seu voto de desempate nas eleições de diretoria e de plenário, advertirá, repreenderá, suspenderá e demitirá empregados, de acordo com as leis trabalhistas.

Art. 40.º - Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente nas suas faltas e impedimentos, revistido de todas as prerrogativas estabelecidas no Estatuto e neste Regimento.

Art. 41.º - Compete ao 1º Secretário:

- a) cumprir as atribuições que lhe são previstas no Estatuto e neste Regimento;

- b) encaminhar ao Presidente todo o expediente recebido que, após o despacho do Presidente, será convenientemente providenciado;
- c) ter sob sua guarda e responsabilidade os arquivos da Academia;
- d) servir de escrutinador, juntamente com o 2º Secretário, na apuração das eleições de qualquer natureza.

Art. 42.º - Compete ao 2º Secretário:

- a) lavrar as atas das sessões de Diretoria, de Plenário e de Assembléia Geral e proceder a sua leitura quando determinada pelo Presidente;
- b) cumprir, com o 1º Secretário, o funcionamento da secretaria, inclusive a supervisão dos funcionários.
- c) substituir o 1º Secretário em suas faltas e impedimentos.

Art. 43.º - Compete ao Tesoureiro:

- a) guardar e administrar o patrimônio material da Academia, de acordo com as normas aprovadas pela Diretoria;
- b) apresentar à Diretoria o balanço geral da receita e despesa de cada ano financeiro;
- c) assinar, juntamente com o Presidente, cheques de conta bancária para os diversos pagamentos.

Art. 44.º - Compete ao Diretor da Biblioteca:

- a) ter, sob sua guarda e direção, a biblioteca da Academia, promovendo a sua organização e desenvolvimento, especialmente, no que se relacione com a literatura nacional e, mais particularmente, com a do Rio Grande do Norte;
- b) solicitar dos sócios da Academia um exemplar de cada uma das suas obras publicadas;
- c) fazer registrar, em livro especial, as doações e compras de livros, apresentando, na última sessão do ano da Diretoria, um relatório do movimento da biblioteca;
- d) promover a permuta de publicações feitas pela Academia Norte-rio-grandense de Letras, com as suas congêneres, ou outras associações culturais;

- e) elaborar e propor alterações no Regimento da Biblioteca a ser, futuramente, organizado, com a aprovação da Diretoria.

Art. 45.º - Compete ao Diretor da “Revista”, que ao mesmo tempo, será um dos membros da respectiva comissão:

- a) redigir, com os outros membros da Comissão e com os acadêmicos que, para isso, se prontifiquem, uma publicação semestral, ou anual, da Revista da Academia, a qual constituirá o seu Órgão Oficial;
- b) estabelecer o plano da “Revista”, distribuindo-a em secções, de forma que se constitua numa expressão da cultura do nosso Estado;
- c) sugerir à Academia, por intermédio da Diretoria, tudo quanto possa melhorar as condições da “Revista”, intelectual e materialmente, inclusive a regularidade de sua publicação.

Art. 46.º - A Academia fará o hasteamento de sua bandeira na frente do edifício e ao lado da mesa das sessões, situando-a à esquerda da Bandeira Nacional, enquanto, ao lado direito desta, ficará a Bandeira do Estado.

Parágrafo Único – Do mesmo modo, e onde for aplicado, serão usados o escudo, o selo, o carimbo e o “ex-libris”.

Art. 47.º - O presente Regimento, devidamente adaptado aos Estatutos, entrará em vigor na data de sua publicação.

ESTATUTOS DA ACADEMIA NORTE-RIO-GRANDENSE DE LETRAS

CAPÍTULO I

DAS FINALIDADES E SEDE

Art. 1.º - A Academia Norte-rio-grandense de Letras, com sede e fôro na cidade do Natal, Capital do Estado do Rio Grande do Norte, tem por finalidade a cultura da língua, da literatura, ciências e artes, notadamente da história, sociologia, folclore, crítica, poesia, ficção e comunicações sociais de modo geral.

Parágrafo Único – A Academia manterá biblioteca e, quando possível, teatro acadêmico, cinema educativo, museu e outras iniciativas da cultura.

CAPÍTULO II

DOS PATRONOS E ACADÊMICOS

Art. 2.º - A Academia Norte-rio-grandense de Letras é constituída de quarenta(40) Cadeiras, patrocinadas por nomes notáveis na cultura do Estado, preenchidas nos termos destes Estatutos e do Regimento.

§1º - Os titulares, de acordo com o que dispõem estes Estatutos e o Regimento, são membros efetivos e perpétuos, com a denominação de Acadêmicos, ressalvado o Direito de renúncia, segundo dispuser o Regimento.

§2º - Do total das Cadeiras, oitenta e cinco por cento(85%) só poderão ser preenchidas por titulares residentes no Estado.

§3º - São condições para membro efetivo:

- a) Ser Norte-rio-grandense ou residir por mais de dez anos no Estado;
- b) Ter publicado livro de reconhecido mérito em qualquer ramo da literatura, da ciência ou da arte;

c) Atender a outras determinações contidas no Regimento;
§4º - Os membros da Academia não respondem subsidiariamente pelas obrigações da entidade.

Art. 3.º - Além dos titulares, acadêmicos efetivos e perpétuos, o quadro social compreende ainda as seguintes categorias de membros:

- a) Correspondentes;
- b) Honorários;
- c) Beneméritos.

§1º - Para a eleição de membro correspondente serão exigidos os requisitos constantes do art. 2.º, 3º dos presentes Estatutos.

§2º - A Academia poderá eleger membro honorário pessoa que, por seu notável saber ou relevantes serviços prestados à causa da cultura, se torne merecedor da homenagem.

§3º - O título de membro benemérito é reservado àqueles que hajam prestado serviços relevantes à instituição ou contribuição para o aumento do seu patrimônio.

Art. 4.º - A Academia não faz discriminação de sexo para a admissão de membro de qualquer categoria.

CAPÍTULO III

DOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO E COMISSÕES PERMANENTES

Art. 5.º - São órgãos de direção da Academia a Assembléia Geral e a Diretoria.

§1º - A Assembléia Geral é o poder máximo de decisão da Academia e será convocada mediante edital publicado na imprensa com indicação expressa da matéria a ser tratada.

§2º - As atribuições da Assembléia Geral serão especificadas no Regimento.

Art. 6.º - A Diretoria é o órgão de execução dos dispositivos estatutários e regimentais, bem como das Resoluções da Assembléia Geral.

§1º - A Diretoria é composta de Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, Tesoureiro, Diretor da Biblioteca e Diretor da Revista, eleita bianualmente em sessão de Assembléia Geral, permitida a reeleição.

Art. 7.º - Compete a Diretoria dirigir administrativamente a entidade nos termos destes Estatutos e do Regimento.

Art. 8.º - A eleição da Diretoria será processada em escrutínio secreto, na segunda quinzena de janeiro, devendo a posse verificar-se no mesmo mês.

Art. 9.º - A Academia elegerá comissões permanentes, especificadas no seu Regimento, bem assim comissões especiais designadas pelo Presidente para os fins que especificar.

Art. 10.º - Os membros da Diretoria e das comissões permanentes ou especiais não percebem qualquer remuneração dos cofres da Academia.

Art. 11.º - A Academia será representada pelo seu Presidente em suas relações com terceiros e, igualmente, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente.

Art. 12.º - O Regimento disporá sobre as sessões acadêmicas, ordinárias ou extraordinárias, que tenham por objetivo tratar de assuntos concernentes às atividades da instituição.

Art. 13.º - A Academia manterá junto à Federação das Academias de Letras do Brasil, uma Delegação, constituída de três dos seus membros, de qualquer categoria, residentes na sede daquela instituição.

Art. 14.º - Os serviços administrativos da Academia, diretamente subordinadas à Presidência, serão estabelecidos no Regimento, atendidas as disponibilidades de recursos materiais e humanos para a sua execução.

Art. 15.º - O Regimento Interno da Academia conterà normas referentes:

- a) à eleição da Diretoria e das comissões permanentes;
- b) à eleição dos Acadêmicos e demais membros;
- c) ao funcionamento administrativo da entidade;
- d) à especificação dos direitos e deveres dos membros da Academia;
- e) ao funcionamento da biblioteca, teatro acadêmico, cinema educativo, museu e demais órgãos e serviços integrantes da instituição;

- f) à utilização das diversas dependências da Academia para finalidades essenciais ao desenvolvimento e projeção cultural da entidade;
- g) à proteção e estímulo aos escritores norte-rio-grandenses;
- h) à criação de prêmios literários;
- i) à nomeação e admissão de servidores;
- j) à construção para o Musoléu dos acadêmicos, quando possível;
- l) à regulamentação do uso dos símbolos acadêmicos;
- m) a qualquer outra matéria de interesse da Academia.

CAPÍTULO IV

DO PATRIMÔNIO

Art. 16.º - O patrimônio da Academia é constituído:

- a) do edifício sede da entidade e respectivo terreno;
- b) de legados ou doações;
- c) de rendas de qualquer natureza.

CAPÍTULO V

DA REFORMA DOS ESTATUTOS E DA EXTINÇÃO DA ACADEMIA

Art. 17.º - A reforma total ou parcial destes Estatutos só poderá ser feita em Assembléia Geral Extraordinária, depois de, pelo menos, cinco anos de sua vigência, salvo motivo de força maior devidamente justificado e aprovado nos termos do Regimento.

Art. 18.º - A extinção da Academia só poderá ser efetivada por decisão unânime dos acadêmicos, em Assembléia Geral Extraordinária, convocada especialmente para esse fim.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 19.º - O Regimento da Academia será adaptado aos presentes Estatutos, no prazo de noventa(90) dias.

Art. 20.º - A Academia entrará em recessão durante todo o mês de dezembro.

Art. 21.º - O atual cargo de Secretário Geral passará a constituir o de Vice-Presidente da Academia, mantidas as demais denominações.

Art. 22.º - Fica prorrogado até 31 de janeiro de 1978 o mandato da Diretoria empossada a 31 de Janeiro de 1976.

Art. 23.º - Estes Estatutos entrarão em vigor na data do seu registro no ofício próprio da comarca, ficando revogadas as disposições em contrário.

(Aprovado em sessão de Assembléia Geral no dia 4 de janeiro de 1977 e de 27 de novembro de 1979).



Realização:



Patrocínio:



Apoio:



Este Livro foi composto em fonte Arial,
impresso em papel off set 75g,
nas oficinas da Gráfica RN/Econômico,
no mês de dezembro de 1999,
ano do IV Centenário da Cidade do Natal.

